

VICTORIA

Uma empresa do Grupo Segurador SMABTP

Relatório e Contas 2022

VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Índice

Estrutura de Governo da Sociedade	03
Relatório do Conselho de Administração	05
Informação Financeira	
Demonstração da posição financeira	30
Demonstração de resultados	32
Demonstração do Rendimento Integral	33
Demonstração de Fluxos de Caixa	34
Demonstração das alterações nos capitais próprios	35
Notas às Demonstrações Financeiras	36
Relatórios de Fiscalização	
Certificação Legal de Contas	126
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	131
Anexos	
Participação nos Resultados - Ramo Vida	134
Rentabilidade dos produtos financeiros - Ramo Vida	137

Relatório e contas aprovado em AG a 17 de abril de 2023.
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

Estrutura de Governo da Sociedade

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

José António de Melo Pinto
Ribeiro

Secretário

Marcos Manuel Guimarães de
Sousa Guedes

Conselho Fiscal

Presidente

João de Lara Everard

Vogais

Célia Custódio
Eduardo Rêgo

Vogal Suplente

Patricia Caldinha

Conselho de Administração

Presidente

Jacques Chanut

Vogais

Francisco Campilho
Carlos Suárez
Hervé Leblanc
Pierre Esparbès
Philippe Desurmont

Revisor Oficial de Contas

Deloitte & Associados, SROC S.A. (SROC nº 43)
(representada por Paulo Alexandre Rosa
Pereira Antunes (ROC nº 1610))

Comissão Executiva do Conselho de Administração

Presidente

Francisco Campilho

Vogal

Carlos Suárez

Os membros dos Órgãos Sociais foram reconduzidos para o mandato 2023-2025 na AG de 17 de abril de 2023, aguardando a aprovação pela ASF.

Estrutura de Governo da Sociedade

Diretores de Departamento

Euclides Carvalho
Dep. Canal Agentes

João Ferreira da Fonseca
Dep. Canal Corretores

Frederico Pereira
Dep. Canal Pessoais

Júlio Gonçalves
Dep. Financeiro e Gestão de Riscos

João Borbinha
Dep. de Informática

Susana Pascoal
Dep. de Marketing

Carla Martins
Dep. de Novos Canais

Tiago Monteiro
Dep. de Operações

Alberto Bento
Dep. de Recursos Humanos, Organização e Logística

Ana Aragão
Dep. Técnico Pessoais

Miguel Roque
Dep. Técnico Reais

A decorative graphic consisting of two thick, parallel blue curved lines that sweep across the bottom half of the page, framing the text.

1. Relatório do Conselho de Administração

Nos termos do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e Notas às Demonstrações Financeiras do exercício de 2022.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

O ano de 2022 foi marcado por uma desaceleração do crescimento económico mundial. A invasão em fevereiro da Ucrânia pela Rússia degenerou num conflito com consequências dramáticas a nível humano e desencadeou um conjunto de acontecimentos que muito provavelmente mudarão o panorama económico e político do globo nas próximas décadas. A guerra criou incerteza e desencadeou uma crise energética, o que pesou na atividade económica. A inflação subiu fortemente, impulsionada pelo aumento dos preços da energia e atingiu o nível mais elevado em décadas, exigindo uma mudança de paradigma nas políticas monetárias.

Após dois anos em que a pandemia de Covid-19 condicionou fortemente a vida de todos, o amplo acesso ao programa de vacinação permitiu uma melhoria da situação e uma redução das restrições em todo o mundo, com a exceção da China que manteve a sua política de Covid zero até novembro.

Assim, o fim da fase de recuperação pós-Covid, a desaceleração da China, o aumento do nível de preços e o consequente fim das políticas monetárias expansionistas

pesaram no crescimento económico mundial que deverá ter desacelerado para 3,4% em 2022 (6,2% em 2021), segundo dados do FMI. Todas as principais geografias apresentaram uma desaceleração económica, mas por razões diferentes.

Nos Estados Unidos (EUA), o elevado nível de inflação e o aperto da política económica (fim dos estímulos orçamentais e subida das taxas de juro) pesaram sobre o Produto Interno Bruto (PIB) que deverá apresentar no ano de 22 um crescimento de 2,0% face a 5,9% em 2021.

A Europa enfrentou um conjunto de fatores recessivos e inflacionários. A proximidade geográfica da Rússia e a dependência energética deste país levou a que a Guerra na Ucrânia afetasse o continente europeu com maior intensidade. A subida do preço da energia, combinada com a possibilidade de escassez pesaram sobre a atividade económica, exacerbaram a inflação e afetaram o poder de compra das famílias e o investimento. O crescimento do PIB abrandou de 5,3% para 3,5%, suportado por algum apoio das políticas orçamentais dos governos europeus.

A China vive um período de abrandamento do crescimento económico desde o final de 2021, causado pela manutenção das restrições sanitárias ligadas ao Covid-19, uma contração do setor imobiliário e menor procura global. No final de 2022 a política de Covid Zero foi finalmente abolida, mas fatores estruturais (como por exemplo os fatores demográficos) continuam a pesar. Em 2022 o PIB deverá crescer apenas 3,0% face a 8,4% em 2021 ficando distante da meta de 5,5% definida pelo governo chinês. Portugal conseguiu em 2022 contrariar a tendência de abrandamento económico dos seus parceiros económicos e devendo registar um crescimento do PIB de 6,8% face a 5,5% em 2021, continuando a beneficiar da recuperação do turismo e do consumo privado. A taxa de desemprego recuou de 6,6% para 5,9% e o défice das contas públicas melhorou de 2,9% para 1,9% do PIB.

As pressões inflacionistas que se começaram a formar em 2021, após a crise pandémica, nomeadamente a recuperação económica, os estímulos fiscais, as restrições ao nível da oferta e a dinâmica de preços de algumas matérias primas, fortaleceram-se em 2022. A inflação atingiu

assim níveis recorde das últimas décadas na generalidade das economias. A nível global os preços subiram 7,6% em 2022 (2021: 3,4%). Nos EUA, a subida foi de 4,6% para 8,1% e na Zona Euro, devido ao impacto dos preços da energia, a inflação chegou a tocar 15,3% face a 4,9% no ano anterior.

O discurso do Bancos Centrais mudou radicalmente ao longo do ano. A inflação tornou-se incontornável e o tempo da liquidez abundante e barata terminou. Os programas de compra de ativos foram terminados e as taxas de juro diretoras subidas. As autoridades monetárias europeias puseram fim a um período de 8 anos de taxas de juro negativas e subiram a taxa de juro de referência em 250 pontos base (p.b.) para 2,5%. A inversão do ciclo de taxas de juro criou condições de financiamento mais apertadas para os próprios Estados, obrigando o Banco Central Europeu a criar um mecanismo próprio para a Dívida Pública dos países com finanças mais frágeis, evitando assim o risco de fragmentação e a repetição da crise da Dívida Soberana do início da década passada. Nos Estados Unidos, a Reserva Federal subiu a taxa diretora em 425 p.b. para 4,25%.

MERCADOS FINANCEIROS

O ano de 2022 foi um ano singular para os mercados financeiros. O ritmo acelerado de

aperto nas políticas monetárias e o fim da época de elevada liquidez levaram a uma

queda sincronizada dos preços dos ativos financeiros. A já referida subida de 425 p.b. pela Reserva Federal em apenas nove meses foi a maior desde 1994, enquanto a subida de 250 p.b. do Banco Central Europeu (BCE) foi o aumento mais rápido desde a sua fundação.

Apesar de alguns episódios localizados de stress financeiro, como o mini-crash britânico, a desvalorização das ações de algumas tecnológicas americanas e a derrocada de algumas entidades no mundo dos criptoativos, não se assistiu a um colapso generalizado dos mercados financeiros. Assim, após um ano de 2021 com valorizações excelentes, os índices bolsistas registaram quebras: o índice global de ações MSCI World teve uma performance de -19,5% em dólares (2021: 20,1%). Na Europa e nos Estados Unidos as performances das ações foram também bastante negativas. Nos EUA, o índice S&P 500 desceu -19,4% (2021: 26,9%), acima da queda de 11,7% do índice Eurostoxx 50 (2021: 21,0%). No Reino-Unido o Footsie 100 registou uma subida de 0,9% (2021: 14,3%) e em Portugal, o índice PSI20 subiu 2,8% (2021: 13,7%), impulsionados pelo contributo de empresas ligadas ao sector da energia. No Oriente, o índice Nikkei 225 desceu 9,4% e o CSI300 chinês desceu 21,6%.

O mercado de obrigações, em virtude da inflexão rápida da política monetária, sofreu um aumento dramático e acentuado nas

yields, que superou inclusive o da crise de 1994. O rendimento das Treasuries norte-americanas subiu 236 p.b. para 3,88%, enquanto o rendimento das Bunds Alemãs a 10 anos subiu 275 p.b. e fechou o ano nos 2,57%. Os spreads entre os Estados da Zona Euro mantiveram-se estáveis, graças ao compromisso do BCE em intervir em caso de subidas não justificadas. Em Portugal o rendimento das Obrigações do Tesouro a 10 anos subiu 312 p.b. para 3,58%, enquanto o spread para a Dívida Alemã aumentou cerca de 37 p.b. para 101,4 p.b.. O índice Bloomberg de Obrigações Soberana Euro desceu uns impressionantes 18,2% (2021: -3,4%). O mercado de obrigações de empresas também registou um aumento significativo das yields, fruto da subida das taxas de juro e aumento dos prémios de risco. O índice iBoxx de Obrigações de Empresas Euro desvalorizou 14,2% (2021: -1,1%).

O impacto da invasão da Ucrânia no preço do petróleo foi acentuado. O preço do barril Brent atingiu um máximo de 133 dólares no início de março, antes de cair no segundo semestre para fechar o ano com uma subida de 10% e um preço de 85 dólares.

O dólar beneficiou da subida das taxas de juro norte-americanas levando a uma desvalorização do euro. A moeda única europeia fechou o ano nos 1,0711 USD/EUR, face a 1,1386 USD/EUR no final de 2021 (desvalorização de 5,9%).

MERCADO SEGURADOR

De acordo com os dados divulgados pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), em 2022 o mercado de seguros registou um volume global de prémios de 12,1 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 9,5% face ao valor de 2021. O Ramo Vida conseguiu manter, com uma diferença mínima, a sua liderança face aos Ramos Não Vida, com uma quota de 50,02%, em queda face aos 58% de 2022. Este movimento denota o comportamento consistentemente positivo dos Ramos Não Vida nestes últimos anos.

Com um volume de prémios de 6,0 mil milhões de euros, o Ramo Vida apresentou um decréscimo de 21,8% relativamente a 2022 e de 13,6% face aos valores registados no ano de 2019. Os seguros ligados a fundos de investimento, com um montante global de 3,1 mil milhões de euros, registaram uma queda de 34,4% face a 2021, passando a representar 50,6% do Ramo Vida (60,4% em 2021). No caso dos planos de poupança reforma, apesar de representarem 25,1% do total do Ramo Vida, registaram uma redução da sua produção de 20,6%. O desempenho dos mercados financeiros terá assim contribuído para a volatilidade do Ramo Vida.

Os Ramos Não Vida atingiram um volume global de prémios de 6,0 mil milhões de euros o que representa uma taxa de crescimento face a 2021 de 7,4%. Como temos vindo a referir, o crescimento destes ramos tem sido consistente e positivo ao longo dos últimos anos: 12,5% face a 2020 e 15,9% relativamente aos prémios Não Vida registados em 2019. Todos os Ramos registaram um desempenho positivo no ano de 2022. Os Ramos com maior crescimento foram: Diversos (+14,12%), Saúde (+11,85%) e Mercadorias Transportadas (+11,4%). A generalidade dos Ramos cresceu acima dos 6%, com a grande exceção pelo segundo ano consecutivo do Ramo Automóvel que registou um crescimento de 3,8%, que mantém, no entanto, a sua posição de liderança com 33% do mercado. Por outro lado, o Ramo Saúde conquista a segunda posição nos Ramos Não Vida com 19% de quota. O Ramo de Incêndios e Outros Danos, com um crescimento de 7,4%, consolida a terceira posição nos Ramos Não Vida, cabendo aos Acidentes de Trabalho a quarta posição do ranking com um crescimento de 6,4%.

Em 2022, registou-se novamente um aumento da concentração no mercado: o número de empresas de seguros reduziu-se de 71 em 2019 para 64 em 2021 e 63 em

2022. Se nas empresas nacionais a redução foi de 40 empresas em 2019 para 38 em 2021 e 37 em 2022, já nas sucursais a diminuição foi de 31 para 26 no mesmo período.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar da atividade seguradora, o ano de 2022 ficou sobretudo marcado pela publicação pela ASF das seguintes Normas Regulamentares:

- Norma Regulamentar n.º 4/2022-R, de 26 de abril – sistema de governação das empresas de seguros e de resseguros – entrou em vigor a 30 de junho de 2022;
- Norma Regulamentar n.º 6/2022-R, de 07 de junho – segurança e governação das tecnologias da informação e comunicação e subcontratação a prestadores de serviços de computação em nuvem – entrou em vigor a 30 de julho de 2022;
- Norma Regulamentar n.º 7/2022-R, de 07 de junho – conduta de mercado e ao tratamento de reclamações pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – entrou em vigor a 30 de julho de 2022;

Tendo em conta a evolução económica registada ao longo do ano, a ASF emitiu uma Circular com recomendações ao setor segurador com vista à mitigação do impacto da conjuntura macroeconómica sobre os

tomadores de seguros, segurados e beneficiários.

De registar também as iniciativas levadas a cabo em 2022 por forma a implementar as ações que visam dar cumprimento aos diplomas seguintes:

- Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro – regime geral de prevenção da corrupção – entrou em vigor a 07 de junho de 2022;
- Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro – estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União – entrou em vigor a 18 de junho de 2022;

Por outro lado, manteve-se o especial destaque à implementação das Normas Internacionais de Reporte Financeiro IFRS9 e IFRS17, com a publicação da Norma Regulamentar n.º 9/2022-R, de 2 de novembro – que aprova o Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES) – em vigor a partir de 01 de janeiro de 2023.

Com impacto nos próximos anos, foi ainda publicado o anteprojeto de revisão do Decreto-Lei 291/2007, de 21 de agosto, em consulta pública, e que visa transpor a Diretiva (UE) 2021/2118 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de novembro

de 2021, que altera a Diretiva Automóvel, a ser transposta pelos Estados-membros e

aplicada a partir de 23 de dezembro de 2023.

ATIVIDADE DA EMPRESA

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. explora em Portugal, e desde 2016 em Espanha em regime de livre prestação de serviços, todas as modalidades de seguro de vida, nomeadamente os produtos tradicionais, produtos financeiros, planos de poupança reforma, rendas e todas as formas de planos de previdência. Assume ainda, no âmbito da legislação aplicável, a gestão de fundos de pensões. O resseguro aceite não é explorado pela VICTORIA.

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. no decurso do ano de 2022 manteve-se fiel à estratégia de comercialização e perfil de carteira dos últimos anos.

Em termos de distribuição do negócio, reformulou a proposta de valor dos Novos Canais, continuou a desenvolver a aposta na venda consultiva do Canal Exclusivo Pessoais e reforçou o recrutamento de Distribuidores profissionais nos restantes canais. No que diz respeito ao negócio, implementou o simulador-emissor de mercadorias transportadas, desenvolveu o modelo conceptual da segunda fase do projeto de eficácia comercial e aumentou a proximidade aos Distribuidores, nomeadamente através da implementação de Web Services e das ações de formação.

Transversalmente, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. conseguiu implementar um novo modelo de organização de trabalho, considerando, tal como esperado pela maioria dos colaboradores, o teletrabalho como parte integrante do mesmo. Também foi possível, em 2022, implementar o Portal do Colaborador, permitindo uma melhor comunicação interna, mais autonomia na gestão de conteúdos e maior interação com outras plataformas. Ainda no âmbito dos Recursos Humanos, proporcionou a aquisição e o desenvolvimento de conhecimentos e competências individuais e coletivas através de ações de formação dirigidas a toda a população de colaboradores VICTORIA.

Como não podia deixar de ser, num ano de transição do referencial contabilístico, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. dedicou uma boa parte dos seus recursos e tempo a preparar a implementação das Normas Contabilísticas IFRS17 e 9. Igualmente, trabalhou noutros projetos regulamentares, como as Normas n.º 4 (Sistema de Governação), n.º6 (Sistema de Governação TIC) e n.º7 (Condução de Mercado), publicadas pela ASF, bem como em temas associados ao processo de prevenção de branqueamento de capitais e

combate ao financiamento do terrorismo e em atividades relacionadas com a Sustentabilidade.

Na vertente institucional, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. prosseguiu com as iniciativas conducentes a garantir a sua presença, comunicação de marca e imagem nos vários ecossistemas onde pretende ser reconhecida, nomeadamente com a prestação de apoio constante aos seus principais atores. Assim, reforçou a sua colaboração com a Associação Portuguesa de Promotores e Investidores Imobiliários, a Nova Medical School, distintas publicações

da fileira C&I, Câmaras de Comércio e Embaixadas.

Finalmente, uma nota para dois acontecimentos da vida interna da Empresa. Por um lado – depois de ter sido adiada duas vezes por força das restrições inerentes à pandemia de COVID-19 – realizou-se a comemoração dos 90 anos da VICTORIA em Portugal, junto dos colaboradores e os órgãos sociais. Por outra parte, após dezassete anos em Miraflores e com a alteração do modelo de trabalho como pano de fundo, a VICTORIA decidiu relocalizar os seus serviços centrais.

PRÉMIOS

O volume global de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento (PBE), registou um decréscimo de 2,2% face ao ano anterior,

atingindo EUR 41.693.858 (2021: EUR 42.650.769). Analisando mais detalhadamente:

Prémios e entregas	2022	%	2021	%	Var. 22/21
VIDA	41.693.858	100,0%	42.650.769	100,0%	-2,2%
Contratos de seguro	30.824.909	73,9%	30.373.739	71,2%	1,5%
Contratos de investimento	10.868.949	26,1%	12.277.030	28,8%	-11,5%

Em 2022 registou-se um aumento de 1,5% na receita proveniente de contratos de seguro (2022: EUR 30.824.909 vs. 2021: EUR 30.373.739). A produção de contratos de investimento, teve uma evolução negativa no ano, influenciada pela entrada de um contrato de dimensão significativa no final de 2021. Assim, o volume de prémios foi em 2022 de 10.868.949 EUR, ou seja 11,5%

abaixo da produção de 2021 (EUR 12.277.030).

Invertendo a tendência de 2021, a receita de prémios com origem em contratos de empresas apresentou um aumento de 1,3%, (2021: Redução de 4,8%), totalizando um volume total de prémios de EUR 16.362.664 (2021: EUR 15.962.377), dos quais EUR 49.915 correspondem a contratos em

regime de em Livre Prestação de Serviços (2021: EUR 45.057). A evolução da receita obtida através de contratos celebrados com

particulares aumentou 1,7%, situando-se em EUR 14.462.246 (2021: EUR 14.411.362).

SINISTRALIDADE E PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

O valor registado em custos com sinistros de contratos de seguro no exercício de 2022, ascendeu a EUR 27.415.181 valor superior em 6,0% face ao registado no ano transato (2021: EUR 25.851.806) mantendo assim a tendência de aumento já verificada em 2021 (aumento de 8,5%).

Face a 2021 os montantes pagos relativos a vencimentos, resgates e outras, sofreram um aumento de EUR 2.157.248. Também os valores relativos a custos com Capitais por

morte ou invalidez registaram um aumento acentuado: +15,9% para EUR 3.949.976. Em sentido contrário, evoluíram os custos com Rendas, ao apresentarem uma descida de 28,9%, ou 1,1 milhões de euros, para EUR 2.883.296. Por último, os custos de gestão imputados subiram 3,5% para 1.107.387 EUR

As indemnizações no ramo Vida apresentaram a seguinte distribuição:

Custos com sinistros	2022	2021	Var. 22/21
VIDA	27.415.181	25.851.806	6,0%
Vencimentos	11.421.202	10.474.979	9,0%
Capitais morte ou invalidez	3.949.976	3.407.706	15,9%
Rendas	2.883.296	4.056.802	-28,9%
Resgates	7.802.605	6.804.286	14,7%
Outras	250.715	38.007	559,6%
Custos gestão imputados	1.107.387	1.070.026	3,5%

A Provisão para Participação nos Resultados Atribuída, no final do exercício era de EUR 5.194.100 (2021: EUR 3.934.126), por força da seguinte movimentação: EUR 2.402.268 (2021: EUR 2.541.034) por força dos montantes pagos aos nossos segurados e EUR 13.221 (2021: EUR 21.410) utilizados para aumento dos benefícios, assim como uma dotação em função do resultado do

ramo Vida de EUR 3.675.459 (2021: EUR 2.487.520).

As provisões matemáticas sofreram um decréscimo no montante de EUR 6.374.764 (2021: - EUR 4.604.341), considerando a variação de benefícios mencionada no parágrafo anterior. Foram ainda efetuados testes de adequação das responsabilidades, à semelhança de anos anteriores.

As provisões matemáticas adicionais para garantia de resgate totalizaram EUR 3.074.364 (2021: 2.768.582).

No que respeita à provisão para compromissos de taxa, fruto essencialmente da forte subida registada nas taxas de juro ao longo do ano, o valor registado foi de EUR 674.573 (2021: EUR

10.477.253), o que representa um decréscimo de EUR 9.802.500 no exercício em apreço.

A provisão para participação nos resultados a atribuir, sofreu uma redução face ao valor registado no ano anterior, totalizando em 2022 EUR 298.769 (2021: EUR 478.676).

RESSEGURO CEDIDO

A VICTORIA manteve a sua política de resseguro, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao seu perfil de carteira. A contratação e seleção da pool de resseguradoras é efetuada de uma forma

criterosa e de acordo com a sua capacidade financeira e a política do Grupo SMA. Continuamos assim, simultaneamente, a privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

Resseguro cedido VIDA	2022	2021	Var. 22/21
Resultado	-741.929	-658.500	12,7%
Prémios adquiridos cedidos	-4.125.404	-3.890.783	6,0%
Comissões	1.995.477	1.195.927	66,9%
Participação Resultados Resseguro cedido	720.690	599.564	20,2%
Sinistros e variação de provisões	667.307	1.436.791	-53,6%

CUSTOS POR NATUREZA A IMPUTAR

O aumento da inflação em 2022, apesar do esforço de contenção, pressionou de forma assinalável as rubricas de Custos com Pessoal e Fornecimentos e Serviços Externos. Assim, os Custos com Pessoal apresentaram um incremento de 12,9% para um total de EUR 5.019.738 (2021: EUR 4.445.705), após a subida de 4,8% já registada em 2021. Já no que se refere aos

Fornecimentos e Serviços Externos, o montante assumido no ano ascendeu a EUR 3.146.645, o que representa uma variação de 10,1% (2021: EUR 2.858.767). A rubrica amortizações do exercício registou um aumento de 5,8% face ao registado no exercício anterior, enquanto que a rubrica de Juros e Comissões apresentou uma redução de 8,2%.

Globalmente os Custos por Natureza a imputar subiram no ano 9,8% para EUR 10.103.525 (2021: EUR 9.201.611) e simultaneamente o rácio de Custos por

Prémios Brutos Adquiridos deteriorou se 2,7 % (2021: diminuição de 0,8%), passando de 21,6% em 2021 para 24,2% em 2022.

Custos por natureza a imputar	2022	2021	Var. 22/21
Total	10.103.525	9.201.611	9,8%
Custos com pessoal	5.019.738	4.445.705	12,9%
Fornecimentos e Serviços Externos	3.146.645	2.858.767	10,1%
Impostos e Taxas	63.496	64.209	-1,1%
Amortizações	1.448.315	1.369.594	5,7%
Juros e Comissões	425.331	463.336	-8,2%
entregas	24,2%	21,6%	2,7%

RECURSOS HUMANOS

No final de 2022 a VICTORIA tinha um total de 295 empregados (84 Vida e 211 Seguros) (2021: 297). A média etária era de 46,67 (2021: 45,98) anos, a antiguidade média no Grupo era de 15,30 (2021: 14,71) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 58,64 % (2021: 56,90%).

Alinhado com este último indicador está também uma percentagem crescente de Colaboradores do sexo feminino em lugares de chefia; representam 44,1% no total das hierarquias (41% - 2021;).

Em termos de estrutura de graus de habilitações literárias, em 2022, 58,98% (2021: 58,59%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário, com o detalhe de que 6,10% (2021: 5,39%) dos colaboradores possuem qualificações ao nível de Mestrado. De referir que alguma desta evolução tem sido promovida pela própria empresa no âmbito

de iniciativas de desenvolvimento de potencial individual.

Dando seguimento às normas constantes no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a VICTORIA e os sindicatos STAS, SISEP e SINAPSA publicado em 08/06/2020, e de acordo com o Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2022 contribuições no total de EUR 172.427,84 (2021: EUR 155.537,00) para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores. O anterior Plano de Pensões de Benefício Definido, mantém-se em vigor para garantir o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam a receber uma pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as atualizações de pensões dos Colaboradores já reformados

ao abrigo deste Plano de Benefício Definido, agora alterado.

FORMAÇÃO

Os últimos anos foram marcados por grandes mudanças que tiveram impacto no mercado segurador e que têm constituído um enorme desafio para a área da formação.

A VICTORIA, como um dos principais *players* de mercado em algumas linhas de negócio, tem continuado a sua aposta na crescente profissionalização dos seus colaboradores, através do desenvolvimento de formações que permitam um incremento das respetivas valências técnicas e comportamentais.

Neste âmbito, o papel do Campus de Formação VICTORIA tem sido determinante para alcançar este objetivo, através da criação de um plano de formação flexível e adequado ao desenvolvimento individual de cada colaborador, fomentando a aquisição de novas competências e elevados níveis de motivação e desempenho.

Destacamos como principais indicadores de formação:

2022 Indicadores Globais de Formação	TOTAL
Ações de formação realizadas	54
Horas de formação realizadas	5.277
Nº de participações de colaboradores em formação	803

CAMPUS VICTORIA Academias de Formação	Distribuição (horas de formação)	Nº Participações
Academia de Conteúdos Técnicos	92%	674
Academia de Comportamentos	7%	102
Academia de Gestão e Liderança	1%	27

Em 2022 realizaram-se 54 ações de formação, 68% das quais foram ministradas internamente, através da equipa de formadores da VICTORIA. Estas ações, de cariz eminentemente técnico, foram

preponderantes no reforço das competências dos colaboradores, permitindo uma maior especialização da atividade desenvolvida.

Das ações realizadas com entidades externas, destacam-se a continuidade dos programas de desenvolvimento de competências direcionados para o autodesenvolvimento e alinhamento da comunicação das equipas, bem como de gestão e liderança.

Ao nível das matérias regulatórias, em 2022 foram reforçados os conhecimentos no

âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, para além da formação transversal efetuada sobre o Regime Geral de Proteção de Dados (RGPD), com o objetivo de consciencializar para a importância e o impacto da proteção de dados pessoais na gestão do negócio

ACADEMIA VICTORIA | MEDIAÇÃO

O ano de 2022 representa a consolidação da Academia de Mediação VICTORIA dedicada exclusivamente à nossa rede de distribuição e que acolhe, maioritariamente, agentes e corretores.

Integrada no Campus e Formação VICTORIA, esta Academia pretende desenvolver e reforçar uma relação de parceria com os nossos distribuidores, bem como dotá-los de valências técnicas e comerciais que permitam efetuar uma venda e um acompanhamento adequado ao cliente final.

A VICTORIA encontra-se qualificada pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF) para realizar ações de formação que proporcionem o cumprimento das 15 horas anuais mínimas exigidas para o desempenho da atividade, sendo este um dos requisitos da Diretiva de Distribuição de Seguros.

Desta forma, disponibilizamos anualmente um plano de formação aos nossos parceiros, que engloba o enquadramento na atividade seguradora, as respetivas matérias regulatórias, bem como formação técnica de produtos, comportamental e comercial, eixos fundamentais para o suporte ao desenvolvimento e consolidação da atividade de mediação.

Ao longo deste segundo ano de atividade da Academia de Mediação, efetuámos 112 ações de formação, num total de 508 horas ministradas a 906 participantes. Devido aos constrangimentos inerentes ao contexto pandémico Covid 19 e para conseguirmos manter uma proximidade regular junto dos agentes, 93% destas ações foram efetuadas em modo remoto.

A componente técnica de produto, bem como a sensibilização para a importância de um adequado diagnóstico das necessidades do cliente final, estiveram sempre

presentes no desenvolvimento dos conteúdos pedagógicos, por forma a dotar os agentes das valências necessárias para acrescentarem valor ao processo de venda. No que diz respeito às matérias regulatórias, nomeadamente no âmbito da Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, foi desenvolvida uma formação em regime de e-learning destinada especificamente a esta população.

COMUNICAÇÃO INTERNA

Foi também em 2022 que a VICTORIA deu um passo que consideramos muito importante na nossa capacidade de agilizar a comunicação interna e a colaboração corporativa. O nascimento do novo Portal do Colaborador, a nossa nova intranet, revelou-se fundamental para o cumprimento dos desafios pós pandémicos de uma comunicação interna on time e bem direcionada.

Esta implementação foi um enorme desafio que permitiu dar resposta a vários objetivos: encontrar uma solução tecnológica inovadora que respondesse às necessidades atuais e futuras da Organização, permitir uma maior agilidade e autonomia na gestão de conteúdos e, acima de tudo, conseguir uma melhor interação entre Organização e Colaboradores: mais atempada, mais

É ainda importante salientar que pelo feedback obtido, o aumento global de 12% relativo ao número de participantes nas ações de formação desenvolvidas em 2022, nesta Academia comparativamente com 2021, está muito ligado ao reconhecimento que esta população faz sobre o bom alinhamento dos conteúdos com a sua atividade e o bom know how técnico que é transmitido.

direcionada, mais colaborativa e mais atrativa

Este novo Portal do Colaborador traduz-se assim num novo espaço virtual da comunidade VICTORIA, com conteúdos de utilidade transversal para os colaboradores e que permite adicionalmente uma maior interatividade entre todos, agora que essa proximidade digital é um aspeto incontornável no modelo de gestão de qualquer organização. É aliás neste momento uma peça chave para dar resposta aos desafios que se colocam às organizações, por força de uma maior distância física associada aos novos modelos de organização.

Mantivemos o que tínhamos de melhor, no conceito de funcionamento de uma intranet como veículo principal de comunicação interna e onde estão residentes todas as

aplicações necessárias para o dia a dia, desde que tecnologicamente reúnam as condições para permitir o acesso através desta porta de entrada. Melhorámos a acessibilidade e a navegabilidade entre conteúdos, tornámo-los mais apelativos na apresentação da informação e com uma

abordagem de maior proximidade e clareza na forma e teor. Criámos um espaço virtual para que o Portal do Colaborador seja a porta de entrada todos os dias no mundo VICTORIA!

Mais um sinal de uma VICTORIA que agarra o futuro, transformando o presente.

RESPONSABILIDADE SOCIAL VICTORIA

Promover a consciencialização e escolha de uma vida saudável, plena e gratificante através de materiais informativos e atividades que potenciam a saúde, felicidade e bem-estar tem sido um dos pilares da Responsabilidade Social na VICTORIA, juntos dos nossos colaboradores. Promovemos artigos sobre temas diversos relacionados com saúde e bem-estar, dicas de reeducação alimentar, consultas de orientação nutricional. Lançámos *webinars* sobre a qualidade do sono, alertando para os benefícios essenciais para a saúde física, mental e o bom funcionamento cognitivo de dormir o suficiente e com qualidade, mas também dicas para desenvolver literacia financeira e assim potenciar melhores decisões no que toca à poupança e investimento.

Destaque ainda para a continuidade do programa de cessação tabágica para ajudar os nossos Colaboradores e os seus cônjuges neste percurso com inúmeras estratégias e

apoio de profissionais especialistas nesta área.

Mas as causas sociais são cada vez mais o nosso foco, enquanto VICTORIA socialmente responsável. O mundo à nossa volta clama por ajuda a todo o momento e por isso damos continuidade a diversas iniciativas desenvolvidas no âmbito da solidariedade, promovendo uma maior consciencialização social.

Um pequeno gesto pode fazer uma grande diferença e a VICTORIA uniu esforços para ajudar a mudar a vida de quem mais precisa, criando um grupo de voluntários para apoiar o Banco alimentar contra a Fome. Apadrinhar um Dom Maior, ajudando a financiar um mês de tratamentos a uma criança com uma doença grave, foi igualmente uma das nossas missões acarinhadas.

Mas também este ano voltámos a dinamizar o nosso Natal Solidário com enfeites que iluminaram nossa árvore da solidariedade e da esperança, mas acima de tudo que

contribuíram para iluminar a vida de quem mais precisa. Porque o sol, quando nasce, é para todos! Quisemos Apoiar a “Sol sem Fronteiras”, uma Organização Não Governamental para o Desenvolvimento fundada em 1993, que trabalha em projetos de promoção humana, que visa prioritariamente o apoio à população infantojuvenil, em cooperação internacional, voluntariado, educação para a cidadania global e Inclusão.

Porque acreditamos que também os pequenos gestos e iniciativas transformam o mundo, a recolha de tampinhas é uma

campanha contínua para ajudar quem mais precisa!

Mantemo-nos como membros associados do Programa Dignidade com a sua missão cada vez mais premente de desenvolver programas solidários que promovem a qualidade de vida e o bem-estar da nossa População, com especial relevância do Programa Abem que auxilia os mais desprotegidos para que possam aceder a medicamentos essenciais para a sua saúde. Responsabilidade social é o nosso compromisso e integra a nossa missão: VICTORIA Somos Nós!

INVESTIMENTOS

A VICTORIA – Seguros de Vida S.A., faz parte do grupo VICTORIA em Portugal e a nível internacional do Grupo SMA. A gestão de investimentos é efetuada através de mandato celebrado com a empresa SMA Vie.

No corrente ano manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento.

A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do

risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

A carteira de investimentos atingia no final de 2022 um montante global de EUR 206.874.978 (2021: EUR 226.240.202), o que representa uma redução anual de -8,6%. Tal como no ano anterior, a carteira de investimentos concentra-se principalmente na rubrica Títulos e Participações Financeiras. Assim, o investimento em Imóveis corresponde a 18,5% (2021: 16,9%) e as aplicações em títulos e participações financeiras totalizam 77,8% (2021: 79,7%).

A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

Carteira de Investimentos	2022	%	2021	%	Var. 22/21
Total	206.874.978	100,0%	226.240.203	100,0%	-8,6%
Titulos e Participações Financeiras	160.955.630	77,8%	180.325.388	79,7%	-10,7%
Imóveis	38.204.813	18,5%	38.196.370	16,9%	0,0%
Outros Activos Financeiros	7.714.535	3,7%	7.718.444	3,4%	-0,1%

A carteira de títulos foi avaliada em EUR 160.955.630 (2021: EUR 180.325.388) e a 31 de dezembro de 2022 apresentava a seguinte distribuição:

Carteira de Títulos	2022	%	2021	%	Var. 22/21
Total	160.955.631	100,0%	18.325.388	100,0%	-10,7%
Divida Publica	34.985.088	21,7%	48.959.889	27,2%	-28,5%
Acções e Participações	77.221	0,0%	115.663	0,1%	-33,2%
Obrigações Diversas	99.933.628	62,1%	98.312.387	54,5%	1,6%
Outros	25.959.694	16,1%	32.937.449	18,2%	-21,2%

A distribuição da carteira de investimentos pelas principais classes de ativos manteve-se relativamente estável no presente exercício. Assim, a exposição à classe de ativos Dívida Pública regrediu 5,4%, passando a representar 21,7% (2021: 27,2%) da carteira de títulos. Esta redução foi compensada pelo aumento de 1,6 milhões de euros na classe de ativos Obrigações Diversas que reforçou o estatuto de classe de ativos mais representativa com 62,1% (2021: 54,5%). Os restantes ativos, representados

essencialmente pelo investimento em Fundo apresentaram uma redução de 2,1% na importância relativa, devido a uma diminuição de cerca de 7 milhões de euros no valor investido. Assim a classe de ativos “Outros” encerrou o ano representado 16,1% da carteira de títulos (2021: 18,2%). No que se refere à qualidade de crédito da carteira de títulos é de registar que 75,5% (2021: 68,7%) detém notação de crédito de investimento, ou seja notação superior ou igual a BBB.

Rating	2022	2021	Variação anual
Total	100,0%	100,0%	
AAA	5,3%	7,1%	-1,8%
AA	14,2%	12,5%	1,7%
A	33,5%	26,8%	6,7%
BBB	22,5%	22,3%	0,2%
BB	2,4%	3,1%	-0,7%
B	0,0%	0,0%	0,0%
NR	22,1%	28,2%	-6,1%

O resultado de investimentos em 2022 foi negativo em 3.952.664 EUR (2021: 4.271.602), o que representa uma variação negativa de 8,2 milhões de euros. Esta redução no resultado do ano, deveu-se ao impacto da rubrica de Ganhos e Perdas Provenientes de Alienação. A companhia decidiu no contexto de subida de taxas de juro otimizar o rendimento da carteira de investimentos, vendendo os ativos adquiridos no passado com taxas de rendimento baixas, por ativos adquiridos com taxas de rendimento superiores. Esta

operação permite dotar a carteira de obrigações com melhores remunerações intrínsecas e a médio prazo promover uma recuperação sustentável do rendimento de investimentos. A curto-prazo, no entanto, esta operação implicou o reconhecimento no resultado de investimento de parte das perdas potenciais existentes em balanço. Excluindo o efeito da rubrica de ganhos e perdas, o resultado atingiu os 4.445.673 EUR, em linha com o montante de 2021: 4.410.054 EUR.

Proveitos de Investimentos	2022	2021	Var.
Total	- 3.952.664	4.271.602	-192,5%
Rendimentos	4.446.516	4.411.140	0,8%
Ganhos Realizados	49.043	420.069	-88,3%
Perdas Provenientes de Alienação	- 8.447.380	- 558.521	1412,5%
Perdas por Imparidade	- 843	- 1.086	-22,4%

FUNDOS DE PENSÕES

Durante o exercício de 2022, os ativos relativos a Fundos de Pensões registaram um decréscimo de 12,0% para EUR

14.728.315 (2020: EUR 16.777.995), distribuídos por 5 fundos distintos.

MEIO AMBIENTE

Este é um tema cada vez com mais relevo e nesse sentido 2022 é o ano em que a VICTORIA decide avançar para um Projeto de Sustentabilidade que em 2023 definirá quais os Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável associados a esta componente ambiental.

Mas as ações concretas, associadas às preocupações ambientais são já hoje uma realidade tentando sempre realizar um conjunto de ações mais estruturais e ligadas

ao negócio (como por exemplo um incremento cada vez maior da digitalização dos processos e da relação com o Cliente), como ações alinhadas com a nossa vivência do dia (sensibilizações para a redução de consumos energéticos e diminuição dos gases com efeito de estufa).

Assim, verificámos que o nosso consumo de papel foi de 1,5 (2021: 1,5) milhões de folhas, conseguindo não incrementar este valor em relação ao ano anterior apesar do incremento do nº de Clientes, do volume de negócio e de um conjunto de medidas que obrigam a um maior conjunto de documentação para uma informação correta e eficaz dos Clientes.

Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 0,8 (2021: 0,5) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Ecoponto da Câmara Municipal de Oeiras.

Os consumos de energia e água no nosso Edifício de Miraflores, situaram-se em 694.894 (2021: 606.330) KW/H de energia elétrica, 2.167 (2021: 697) m3 de gás natural e 1.356 (2021: 1.649) m3 de água.

Estas alterações dos níveis consumos são consequência lógica do aumento da presença de utilizadores no Edifício, +137% (média mensal) em relação a 2021, mas ainda -57% (média mensal) em relação a 2019, último ano sem a consequência das medidas de mitigação do risco de contágio da doença COVID-19.

Pelos mesmos motivos apresentados, o consumo nas nossas Delegações e Escritórios, excluindo o situado no Edifício VICTORIA, foi de 57.090 (2021: 46.056) KW/H de energia elétrica e de 185,00 (2021: 172,00) m3 de água.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLO INTERNO

Em 2022, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do Grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, tem como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comitês que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Manutenção do reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;
- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2022 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;

- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trianual definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na base de dados;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos através das fichas de risco;
- Conclusão do upgrade tecnológico da ferramenta eFront;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias.

As ações estratégicas delineadas pela área de Gestão de Riscos para o ano de 2023, são as seguintes:

- Atualização do software Prima Compliance (Assuretat), utilizado para a construção dos mapas de reporte quantitativos (QRT's) de modo a dar resposta à taxonomia em vigor;
- Continuação do desenvolvimento de uma gestão de riscos eficaz, com o desenvolvimento de modelos robustos que permitam efetuar análises individuais (por produtos e/ou linhas

de negócio) e análises agregadas dos riscos, com maior ou menor nível de granularidade;

- Suporte a nível de análises e respetiva comunicação que permita uma gestão e tomada de decisão conhecedora do risco a que se encontra exposta, a curto e médio prazo;
- Consolidação da nova metodologia de gestão de risco operacional, e consequente atualização das respetivas matrizes para os vários processos e a avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;
- Concluir a implementação das Normas contabilística IFRS 17 e IFRS 9 no âmbito da gestão de riscos;
- Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

O rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR de 2022 (em processo de certificação à data do presente relatório) e de 2021 é o seguinte:

	2022	2021
SCR	18.926.333	22.039.343
Rácio de Cobertura SCR	216,1%	151,8%
MCR	7.807.732	8.845.380
Rácio de Cobertura MCR	479,8%	341,8%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	40.897.345	33.466.060
Fundos Próprios Elegíveis MCR	37.458.891	30.235.136

OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação

da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

LIGAÇÕES DE GRUPO, RECURSOS COMUNS

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. é uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBTP, líder no setor de seguros para a indústria da construção em França. A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do Grupo SMA.

Em Portugal, o Grupo é representado pelo nosso acionista único VICTORIA

Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. que detém também a totalidade do capital social da VICTORIA – Seguros, S.A. As duas empresas de seguros utilizam estruturas comuns, com uma colaboração muito estreita nas áreas administrativa e comercial. A imputação de custos a cada uma das empresas é efetuada na base de critérios objetivos, observando a natureza e o fim da despesa.

RESULTADO DO EXERCÍCIO E PROPOSTA DA SUA APLICAÇÃO

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR 998.177 (2021: EUR – 48.428). O resultado do exercício, após constituição da provisão para IRC e atribuição à Provisão para Participação nos Resultados, é de EUR

842.941 (2021: EUR 76.757). Propomos que após a dotação de EUR 84.294 à reserva legal, o remanescente de EUR 758.647 seja levado a resultados transitados.

CONSOLIDAÇÃO DE RESULTADOS

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA em França são também

elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

PREVISÕES PARA 2023

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento em janeiro de 2022 atingiu EUR 4.305.125 (2022: EUR 4.297.598).

Em termos de previsões, vale a pena considerar que, à semelhança do ano de 2022, 2023 se mantém num cenário marcado pela volatilidade (mercados), a incerteza (invasão da Ucrânia), a complexidade (inflação) e a ambiguidade (recessão). Adicionalmente, ao nível microeconómico, deve ter-se em linha de conta o impacto das subidas das taxas de juro e a redução das bolsas de poupança formadas durante a pandemia, no rendimento final disponível das famílias. Numa perspetiva puramente VICTORIA, torna-se necessário observar a perda, por transferência de risco, do seu maior contrato de saúde grupo.

Tomando em linha de conta esses considerandos, a VICTORIA voltou a estabelecer para o ano de 2023 um plano assente na manutenção da sua estratégia e posicionamento (i.e., segurador generalista com foco em nichos de especialidade), procurando o crescimento rentável em todas as linhas de negócio (especialmente naquelas onde a sua proposta de valor consegue ser mais reconhecida) e a sustentabilidade e rendibilidade do negócio.

As principais ações desenhadas para o ano 2023 são as seguintes:

Mudança dos serviços centrais e o Data Center para novas instalações;

Implementação das Normas Contabilísticas IFRS17 e 9;

Consolidação do modelo de trabalho híbrido;

Lançamento do PPR Sustentável, produto Unit Linked baseado em critérios ESG;

Desenvolvimento do simulador-emissor de Vida Risco;

Nova segmentação e recrutamento de distribuidores nos canais de distribuição;

Plano de recuperação de saúde grupo, através da captação de negócio novo;

Reposicionamento técnico-comercial nas linhas de patrimoniais e responsabilidades;

Recolha de assinaturas digitais nos processos de negócio;

Entrada em produção da primeira fase tecnológica do projeto de eficácia comercial;

Integração duma nova ferramenta de gestão de desempenho no Portal do Colaborador;

Melhorias de iniciativas regulamentares como a PBC-FT e o RGPD;

Melhorias no Portal de Agentes e Portal de Clientes;

Desenvolvimento das políticas ESG, nomeadamente através do Projeto de Sustentabilidade;

Manutenção das ações de formação como eixo estratégico de evolução dos colaboradores;

Tal e como se encontra previsto no Plano 2022-2025, a VICTORIA prosseguirá, também em

2023, com o fortalecimento da execução da estratégia de negócio dos últimos cinco anos, apostando na dinamização e proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, o reforço das parcerias estratégicas e

a presença institucional VICTORIA nos vários ecossistemas onde a sua oferta diferenciada de produto e posicionamento de especialização são reconhecidos como partes integrantes duma proposta de valor distinta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA, e a todos os Parceiros, a sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

30 de março de 2023

O Conselho de Administração

A decorative graphic consisting of two thick, parallel blue curved lines that sweep across the bottom half of the page, framing the section header.

2. Informação Financeira

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2022 e 2021

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício			
		Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício Anterior
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	2.680.574		2.680.574	3.318.060
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	591		591	591
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	30.542.958		30.542.958	32.347.886
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	15.588.036		15.588.036	15.456.443
	Títulos de dívida	14.954.922		14.954.922	16.891.443
	Outros				
	Derivados de cobertura				
5	Ativos disponíveis para venda	124.698.661	843	124.697.818	142.273.959
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	10.449.131	843	10.448.288	17.596.078
	Títulos de dívida	114.249.530		114.249.530	124.677.881
	Outros				
6	Empréstimos e contas a receber	7.714.535	-	7.714.535	7.718.444
	Depósitos junto de empresas cedentes				
	Outros depósitos				
	Empréstimos concedidos	7.714.535		7.714.535	7.718.444
	Contas a receber				
	Outros				
7	Investimentos a deter até à maturidade	5.714.263		5.714.263	5.702.952
2	Terrenos e edifícios	38.210.513	5.700	38.204.813	38.196.370
	Terrenos e edifícios de uso próprio	1.114.700	5.700	1.109.000	1.101.557
	Terrenos e edifícios de rendimento	37.095.813		37.095.813	37.094.813
9	Outros Ativos tangíveis	4.542.740	3.900.085	642.655	773.498
9	Inventários	38.773		38.773	30.636
10	Ativos sob direito uso	203.915	128.104	75.811	499.678
	Goodwill				
11	Outros Ativos intangíveis	13.673.933	9.585.825	4.088.108	3.316.538
15	Provisões técnicas de resseguro cedido	538.966	-	538.966	611.819
	Provisão para prémios não adquiridos				
	Provisão matemática do ramo vida				-
	Provisão para sinistros	538.966		538.966	611.819
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
13	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.003.742		1.003.742	1.008.410
12	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	3.659.908	165.648	3.494.260	3.045.496
	Contas a receber por operações de seguro directo	399.726	24.612	375.114	671.042
	Contas a receber por outras operações de resseguro	709.049	84.830	624.219	112.240
	Contas a receber por outras operações	2.551.133	56.206	2.494.927	2.262.214
14	Ativos por impostos	1.970.102	-	1.970.102	1.760.375
	Ativos por impostos correntes	353.136		353.136	374.065
	Ativos por impostos diferidos	1.616.966		1.616.966	1.386.310
20	Acréscimos e diferimentos	242.128		242.128	171.319
	Outros elementos do Ativo				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	235.436.302	13.786.205	221.650.097	240.776.031

Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro 2022 e 2021

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
15	Provisões técnicas	149.705.547	163.796.352
	Provisão para prêmios não adquiridos	1.456.171	1.402.771
	Provisão matemática do ramo vida	132.134.356	138.484.032
	Provisão para sinistros	9.947.398	9.019.494
	De vida	9.947.398	9.019.494
	De acidentes de trabalho		
	De outros ramos		
	Provisão para participação nos resultados	5.492.869	4.412.802
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	298.769	478.676
	Provisão para participação nos resultados atribuída	5.194.100	3.934.126
	Provisão para compromissos de taxa	674.753	10.477.253
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade		
	Provisão para riscos em curso		
	Outras provisões técnicas		
16	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	31.617.961	32.471.779
17	Outros passivos financeiros	5.000.000	5.000.000
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados	5.000.000	5.000.000
	Depósitos recebidos de resseguradores		
	Outros		
13	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo	116.587	132.009
18	Outros credores por operações de seguros e outras operações	7.426.746	7.694.524
	Contas a pagar por operações de seguro directo	5.240.644	5.372.736
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	81.431	295.973
	Contas a pagar por outras operações	2.104.671	2.025.815
14	Passivos por impostos	1.655.230	1.897.748
	Passivos por impostos correntes	478.914	444.246
	Passivos por impostos diferidos	1.176.316	1.453.502
19	Passivos de locação	76.110	550.352
20	Acréscimos e diferimentos	2.398.838	1.879.488
34	Outras Provisões	141.982	191.031
	Outros elementos do passivo		
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	198.139.001	213.613.283
21	CAPITAL PRÓPRIO		
	Capital	8.500.000	8.500.000
	(Acções Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	(2.093.539)	3.876.553
	Por ajustamentos no justo valor de Ativos financeiros	(2.396.621)	3.598.324
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	303.082	278.229
	Por revalorização de Ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros Ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	470.984	(992.396)
	Outras Reservas	10.810.256	10.790.461
	Resultados Transitados	4.980.454	4.911.373
	Resultado do exercício	842.941	76.757
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	23.511.096	27.162.748
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	221.650.097	240.776.031

Demonstração de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício			Exercício Anterior
		Técnica Vida	Não Técnica	Total	
24	Prêmios adquiridos líquidos de resseguro	26.644.524		26.644.524	26.448.289
	Prêmios brutos emitidos	30.824.909		30.824.909	30.373.739
	Prêmios de resseguro cedido	(4.125.404)		(4.125.404)	(3.890.783)
	Provisão para prêmios não adquiridos (variação)	(54.981)		(54.981)	(34.667)
	Provisão para prêmios não adquiridos, parte resseguradores (variação)				
25	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	375.662		375.662	350.801
26	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(26.747.874)		(26.747.874)	(24.415.015)
	Montantes pagos	(25.747.117)		(25.747.117)	(24.184.053)
	Montantes brutos	(26.487.277)		(26.487.277)	(25.203.864)
	Parte dos resseguradores	740.160		740.160	1.019.811
	Provisão para sinistros (variação)	(1.000.757)		(1.000.757)	(230.962)
	Montantes brutos	(927.904)		(927.904)	(647.942)
	Parte dos resseguradores	(72.853)		(72.853)	416.980
27	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	9.802.500		9.802.500	1.659.963
27	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	6.374.764		6.374.764	4.604.341
	Montantes brutos	6.374.764		6.374.764	4.604.341
	Parte dos resseguradores			-	-
27	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(2.954.769)		(2.954.769)	(1.745.425)
28	Custos e gastos de exploração líquidos	(8.511.463)		(8.511.463)	(8.719.412)
	Custos de aquisição	(5.345.296)		(5.345.296)	(5.386.872)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(10.286)		(10.286)	(47.257)
	Gastos administrativos	(5.151.358)		(5.151.358)	(4.481.210)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	1.995.477		1.995.477	1.195.927
29	Rendimentos	4.263.076	183.440	4.446.516	4.411.140
	De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	4.007.189	183.440	4.190.629	4.153.836
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	255.887		255.887	257.304
30	Gastos financeiros	(1.196.256)	(18.201)	(1.214.457)	(1.237.239)
	De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas			-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				
	Outros	(1.196.256)	(18.201)	(1.214.457)	(1.237.239)
31	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(5.555.756)	14.018	(5.541.738)	(72.578)
	De Ativos disponíveis para venda	(5.561.598)	-	(5.561.598)	(65.520)
	De empréstimos e contas a receber				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado				
	De outros	5.842	14.018	19.860	(7.058)
32	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(1.581.076)	-	(1.581.076)	(1.319.491)
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros detidos para negociação			-	-
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.581.076)		(1.581.076)	(1.319.491)
	Diferenças de câmbio				
	Ganhos líquidos pela venda de Ativos não financeiros que não estejam classificados como Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	(843)	-	(843)	(1.086)
	De Ativos disponíveis para venda	(843)		(843)	(1.086)
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado				
	De investimentos a deter até à maturidade				
	De outros				
33	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	85.688		85.688	143.610
34	Outras provisões (variação)		49.049	49.049	52.506
35	Outros rendimentos/gastos		(593)	(593)	21.657
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas				
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial				
	Ganhos e perdas de Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda				
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	998.177	227.713	1.225.890	182.061
14	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes			(72.464)	(60.874)
14	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos			(310.485)	(44.430)
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	998.177	227.713	842.941	76.757

Demonstração do Rendimento Integral para os exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

Demonstração de Rendimento Integral	Exercício	Exercício anterior
Resultado líquido do exercício	842.941	76.757
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponiveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	(5.142.963)	(1.516.905)
Por via de alienações	(1.006.763)	(200.170)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	(274)	(1.120)
Participação nos Resultados a atribuir ("shadow")	179.908	65.260
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	1.463.380	371.909
Ganhos e perdas actuariais reconhecidas	12.119	61.740
Impostos diferidos e correntes decorrentes dos ganhos e perdas actuariais		
Total do rendimento integral	(3.651.652)	(1.142.529)

Demonstração de Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Demonstração de Fluxos de Caixa - Método directo	Exercicio	Exercicio Anterior
1 ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos:	161.834.580	124.280.073
Clientes (prémios recebidos)	33.727.570	34.511.873
venda/amortização de activos financeiros (Inv)	125.419.072	86.419.076
Juros e dividendos (Inv)	2.486.811	3.068.767
Recebimentos de taxas e impostos	-	-
Regularização c/c Seguradoras	201.127	280.357
Pagamentos:	160.143.793	122.864.100
Clientes (sinistros & estornos)	27.556.368	29.563.996
Comissões	2.799.718	2.678.907
Resseguradores	1.562.378	273.558
Outros prestadores	(1.331.113)	(1.462.454)
Fornecedores diversos	2.910.574	2.504.361
Pagamentos a colabores	2.074.534	2.031.716
Compra de activos financeiros (Inv)	120.616.487	83.248.081
Pagamento de taxas e impostos	3.954.438	4.025.124
Despesas de Viagem	31	644
Fundo Fixo Caixa	378	167
Regularização c/c Seguradoras	-	-
Fluxo das actividades operacionais	1.690.787	1.415.973
2 ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos:	-	-
Investimentos Financeiros (reembolso de Emp. Conc.)	-	-
Imobilizações corpóreas (alienação)	-	-
Imobilizações incorpóreas (alienação)	-	-
Juros de Emp. Conc.	-	-
Dividendos de participações	-	-
Pagamentos:	1.639.177	1.257.396
Investimentos Financeiros (Const. Emp. concedidos)	-	-
Imobilizações corpóreas (aquisição)	53.424	277.944
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	1.585.753	979.452
Fluxo das actividades de Investimentos	(1.639.177)	(1.257.396)
3 ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos:	-	-
Empréstimos Obtidos (Pela constituição)	-	-
Aumentos de Capital	-	-
Doações	-	-
Pagamentos:	689.096	646.316
Empréstimos Obtidos (Juros \$ reembolsos)	200.000	200.000
Amort. De contratos de locação financeira	489.096	446.316
Dividendos	-	-
Fluxo das actividades de financiamento	(689.096)	(646.316)
4 = 1 + 2 + 3 + 4 Total do Fluxo de Caixa	(637.486)	(487.739)
Caixa e seus equivalentes no início do período	3.318.060	3.805.799
Caixa e seus equivalentes no final do período	2.680.574	3.318.060

Demonstração das alterações nos Capitais Próprios em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Demonstração de variações do Capital Próprio	Reservas de reavaliação			Outras Reservas			Resultados transitados	Resultado do Exercício	TOTAL	
	Capital Social	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	Reserva por impostos diferidos	Reserva Legal	Prêmios de emissão				Outras Reservas
Balanco a 31 de Dezembro 2020	8.500.000	5.249.853	279.635	(1.364.305)	2.539.338	2.500.000	5.670.253	4.739.202	191.301	28.305.277
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
Balanco de abertura alterado	8.500.000	5.249.853	279.635	(1.364.305)	2.539.338	2.500.000	5.670.253	4.739.202	191.301	28.305.277
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(1.717.075)								(1.717.075)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			(1.120)							(1.120)
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		65.546	(286)							65.260
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				371.909						371.909
Aumento de reservas por aplicação de resultados					19.130					19.130
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								172.171	(191.301)	(19.130)
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							61.740			61.740
Total das variações do capital próprio	-	(1.651.529)	(1.406)	371.909	19.130	-	61.740	172.171	(191.301)	(1.219.286)
Resultado líquido do período									76.757	76.757
Distribuição antecipada de lucros										
Balanco a 31 de Dezembro 2021	8.500.000	3.598.324	278.229	(992.396)	2.558.468	2.500.000	5.731.993	4.911.373	76.757	27.162.748
Correcções de erros (IAS 8)										
Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)										-
Balanco de abertura alterado	8.500.000	3.598.324	278.229	(992.396)	2.558.468	2.500.000	5.731.993	4.911.373	76.757	27.162.748
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		(6.149.726)								(6.149.726)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio			(274)							(274)
Participação nos resultados a atribuir ("shadow")		154.781	25.127							179.908
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos				1.463.380						1.463.380
Aumento de reservas por aplicação de resultados					7.676					7.676
Distribuição de reservas										-
Distribuição de lucros/prejuízos								69.081	(76.757)	(7.676)
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio							12.119			12.119
Total das variações do capital próprio	-	(5.994.945)	24.853	1.463.380	7.676	-	12.119	69.081	(76.757)	(4.494.593)
Resultado líquido do período									842.941	842.941
Distribuição antecipada de lucros										
Balanco a 31 de Dezembro 2022	8.500.000	(2.396.621)	303.082	470.984	2.566.144	2.500.000	5.744.112	4.980.454	842.941	23.511.096

The page features a decorative graphic of two thick, parallel blue curved lines that sweep across the bottom and right side of the page, framing the title.

Notas às Demonstrações Financeiras

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

ÍNDICE

- I) Introdução**
- II) Informação por Segmentos**
- III) Políticas Contabilísticas**
- IV) Gestão de Riscos**
- V) Notas ao Balanço**
 - NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
 - NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
 - NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
 - NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
 - NOTA 5 – Ativos disponíveis para venda
 - NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber
 - NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade
 - NOTA 8 – Afetação dos Investimentos
 - NOTA 9 – Outros ativos tangíveis e Inventários
 - NOTA 10 – Ativos sob Direito de Uso
 - NOTA 11 – Outros ativos intangíveis
 - NOTA 12 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 13 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
 - NOTA 14 – Ativos e Passivos por impostos
 - NOTA 15 – Provisões Técnicas
 - NOTA 16 – Passivos Financeiros de contratos de investimento
 - NOTA 17 – Outros Passivos Financeiros
 - NOTA 18 – Outros credores por operações de seguros e outras operações
 - NOTA 19 – Passivos de Locação
 - NOTA 20 – Acréscimos e Diferimentos
 - NOTA 21 – Capital Próprio e Reservas
 - NOTA 22 – Transações entre partes relacionadas
 - NOTA 23 – Elementos extrapatrimoniais
- VI) Notas à Conta de Ganhos e Perdas**
 - NOTA 24 – Prémios de contratos de seguro
 - NOTA 25 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

efeitos contabilísticos como contratos de investimento

- NOTA 26 – Custos com sinistros
- NOTA 27 – Variação das Provisões técnicas
- NOTA 28 – Custos e gastos de exploração
- NOTA 29 – Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 30 – Gastos Financeiros
- NOTA 31 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 32 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados
- NOTA 33 – Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 34 – Outras Provisões
- NOTA 35 – Outros rendimentos/gastos
- NOTA 36 – Gastos diversos por função
- NOTA 37 – Gastos com o pessoal

VII) Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII) Justo valor de ativos e passivos financeiros

IX) Alterações das Políticas Contabilísticas

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

I - INTRODUÇÃO

O Ramo Vida é explorado pela VICTORIA desde 1930, altura em que foi criada em Portugal a agência geral da VICTORIA - Sociedade Anónima de Seguros de Vida. Em 1992, e resultante da transformação da agência geral em sociedade de direito português, surge a atual VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Com sede social no Edifício VICTORIA, Av. da Liberdade, 200, em Lisboa, está representada no país através de 5 delegações e de 7 escritórios.

No seguimento do processo iniciado no último trimestre de 2013 de adaptação da estrutura ao modelo de distribuição, enquadrado na política de contenção e racionalização de custos, concluiu-se em 2014 o

redimensionamento da estrutura adequando assim a estrutura à atual carteira de negócios.

Atualmente apresenta um capital social de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e tem como objeto social o desenvolvimento da atividade de seguro e resseguro do Ramo Vida, não sendo, no entanto, o resseguro ativo explorado pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.

No final de 2011, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. passou a ser uma empresa do Grupo Segurador SMA com sede social em Paris, França. Em Portugal, o Grupo é representado pelo acionista único VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.

II – INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

RELATO POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

O relato por segmentos operacionais, foi definido tendo em consideração a desagregação existente, por aplicação da IFRS 4 e da IAS 39, para os produtos comercializados

pela Companhia. Assim, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, temos:

RELATO POR SEGMENTOS	2022			2021		
	Contratos Seguro	Contratos Investimento	Fundos de Pensões	Contrato Seguros	Contrato Investimentos	Fundos de Pensões
Prémios brutos emitidos	30.824.909			30.373.739		
Prémios de resseguro cedido	(4.125.404)			(3.890.783)		
Prémios brutos adquiridos	30.769.928			30.339.072		
Comissões cobradas de contratos	-	375.662	82.907	-	350.801	133.550
Resultados dos investimentos	(2.232.584)	(1.838.271)		2.942.522	(1.318.102)	
Custos com sinistros brutos	(27.415.181)	-		(25.851.806)	-	
Custos de exploração brutos	(9.836.761)	(352.971)	(317.208)	(9.332.347)	(307.412)	(275.580)
Resultado técnico	3.048.058	(1.815.580)	(234.301)	1.368.315	(1.274.713)	(142.030)
Activos afectos à representação das provisões técnicas	178.696.661	31.617.961		197.485.420	32.471.778	
Provisões técnicas	149.705.547	31.617.961		163.796.352	32.471.778	

Relativamente aos contratos de investimento, a receita processada, que corresponde às entregas (prémios) efetuadas pelos tomadores de seguro, foi de EUR 10.868.949 (2021: EUR 12.277.030), o que corresponde a um decréscimo de 11,47 % (2021: aumento de 27,1%).

Deste modo, o volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento foi de EUR 41.693.858 (2021: EUR 42.650.769) registando-se assim um decréscimo de 0,02% (2021: 0,08%)

III – POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

BASES DE APRESENTAÇÃO

A Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de setembro, procedeu à revogação da anterior Norma Regulamentar n.º 4/2007-R de 27 de abril, e visa sistematizar e consolidar conteúdos anteriormente dispersos em normas regulamentares e circulares, relacionados com o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF, nomeadamente com a publicação do PCES e disposições relativas a provisões e a ativos afetos à representação das provisões técnicas.

As demonstrações financeiras apresentadas são preparadas de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros (PCES), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação. A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um carácter provisório não

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos, pelo que para efeitos de reconhecimento e mensuração são aplicáveis as regras e princípios estabelecidos no PCES.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as interpretações emitidas pelo *Internacional Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC), e pelos respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

Em 2021 a Companhia adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2021. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto VIII.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros

disponíveis para venda e das propriedades de investimento, que se encontram ao justo valor e dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras é efetuada tendo por base o princípio da continuidade das operações, o que requer que a Companhia efetue julgamentos e estimativas, e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos. Alterações em tais pressupostos, ou diferenças destes face à realidade, poderão ter impactos sobre as atuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizadas estimativas e pressupostos significativos na preparação das demonstrações financeiras, encontram-se analisadas ao longo deste documento.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade de a Companhia operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Companhia dispõe de recursos próprios adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das

operações na preparação das demonstrações financeiras.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 30 de março de 2023.

Alterações voluntárias de políticas contábilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contábilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de

janeiro de 2020 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela União Europeia (UE).

Princípios contábilísticos e critérios valorimétricos

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas da ASF. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas

ao plano contábilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguros enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Empresa realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

(i) Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objetivo registar o valor atual das responsabilidades futuras da Empresa, após dedução do valor atual dos prémios futuros relativamente às apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos atuariais enquadrados no normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efetuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projeção dos *cash-flows* futuros associados aos

contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

(ii) Provisão para compromissos de taxa

A provisão para compromissos de taxa é constituída para todos os seguros e operações em que existe uma garantia de taxa de juro, e quando se verifica que a taxa de rendibilidade efetiva das aplicações, que se encontram a representar as provisões matemáticas dessa carteira, é inferior à taxa técnica de juro utilizada no cálculo dessas mesmas provisões.

(iii) Provisão para prémios não adquiridos e custos de aquisição diferidos

De acordo com o disposto no Decreto-lei nº94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-lei nº8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. A provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro temporário anual renovável em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método *pro-rata temporis* por cada contrato em vigor.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

As despesas incorridas com a aquisição de contratos de seguro não vida, incluindo comissões de mediação e as restantes despesas imputadas à função de aquisição, são diferidas ao longo do período a que se referem, sendo reconhecidas como uma dedução ao valor das provisões técnicas de contratos de seguros e refletidas na rubrica de provisões para prémios não adquiridos.

(iv) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados, mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- a partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e
- pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, excetuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (*IBNR*).

(v) Provisão para Participação nos Resultados

A provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

Para a generalidade dos produtos, esta provisão é calculada com base nos rendimentos dos ativos afetos, incluindo as mais e menos-valias realizadas e as perdas por imparidade registadas no período, e deduzidos dos saldos negativos dos exercícios anteriores, nos casos em que esta dedução se encontre contratualmente prevista.

(vi) Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros (“PCES 07”), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

através do reconhecimento de uma responsabilidade.

(vii) Comissões de mediação

As comissões de mediação são a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pelo Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são

determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Os imóveis encontram-se a ser valorizados pelo modelo de revalorização, sendo objeto de avaliação externa independente.

Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém

a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade. O

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

controle é normalmente presumido quando a Sociedade detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

São classificadas como associadas todas as Sociedades sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade, embora não detenha o seu controle. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação da Companhia numa participada se situe, direta ou indiretamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto. A Sociedade pode ainda exercer influência significativa numa participada através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (acionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Estes investimentos são registados ao custo de aquisição, sujeito a testes de imparidade. Os

dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição. O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior valor, entre o valor em uso dos ativos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. Sempre que o valor dos passivos de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto ultrapassar os seus ativos, além da constituição de imparidade para anular o investimento, a Companhia constitui uma provisão quando existe responsabilidade sobre os passivos dessa entidade.

Ativos financeiros

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. classifica os seus ativos financeiros no reconhecimento inicial considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial, e (iii) ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados. Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber. São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial. Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Ativos financeiros detidos até à maturidade. São ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que a VICTORIA tem intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação (*trade date*), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

A venda ou reclassificação de algum título incluído na categoria de ativos financeiros detidos até à maturidade, antes da maturidade fixada, obriga a reclassificar na íntegra toda esta classe para ativos disponíveis para venda, não sendo permitida no prazo de dois anos, classificar qualquer ativo nesta categoria.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (*bid-price*). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Os investimentos a deter até à maturidade, após o reconhecimento inicial ao justo valor, são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado à taxa de juro efetiva.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (*Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures*).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas.

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da imparidade nos ativos disponíveis para venda, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, não deve ser revertida:

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros fatores

Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma

nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um ajustamento que traduza de alguma forma, a incobabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumulada.

As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes,

com base na vida útil estimada dos bens e que se situa entre os 3 e os 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridos.

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,5%
- Máquinas e ferramentas 12,5% a 25%
- Equipamento informático 25% e 33%
- Instalações interiores 10% a 16,66%

As amortizações são registadas em gastos do exercício. A Companhia avalia,

periodicamente, a adequação da vida útil estimada dos seus ativos tangíveis.

A avaliação efetuada para determinação da existência de imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a

caixa e as disponibilidades em instituições de crédito, exceto os valores que não estejam associados a uma natureza de investimento.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os

montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de

seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda

estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no

que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

base mensal pago em 2012 e (iii) prêmio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade (*settlement*).

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

De acordo com a legislação em vigor, o Plano Individual de Reforma constituído tem garantia de capital.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

-pagamento de pensões a todos os beneficiários que, à data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;

-atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Os ganhos e perdas resultantes de diferenças entre os pressupostos atuariais e financeiros utilizados e os valores efetivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado do fundo de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos atuariais, são reconhecidos diretamente numa rubrica de capital próprio.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador

complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios.

Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos

e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação. As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para

refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis. As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento.

A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva,

custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Inventários

Os inventários são valorizados ao menor dos valores entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido.

O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual, sendo o custo médio, o método de custeio aplicado.

O valor realizável líquido, é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade

empresarial deduzindo os custos estimados de conclusão e os custos estimados para efetuar a venda.

Sempre que o valor realizável líquido for inferior ao custo de aquisição, procede-se à redução do valor dos inventários, mediante reconhecimento de uma perda por imparidade, sendo estas registadas na rubrica “Perdas de imparidade (líquidas de reversão)”, na demonstração de resultados. Estas poderão ser revertidas sempre que deixarem de existir os motivos que as originaram.

Loações

A Companhia classifica como ativos sob direito de uso, os contratos de locação sobre o qual é transmitido o direito de usar e controlar um ativo, por um período superior a um ano.

Estes contratos de locação são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo

custo de aquisição da propriedade locada, que corresponde ao valor atual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

As componentes de locação variável, são registradas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

As amortizações do ativo são registradas em gastos do exercício, de forma linear e constante ao longo do período do contrato.

As locações que não cumpram com o critério definido para Ativo sob direito de uso, são registradas nos resultados da Companhia, nos períodos a que dizem respeito.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contábilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contábilístico mais adequado. As principais estimativas contábilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contábilísticos pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Companhia e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contábilístico adotado pelo Conselho de

Administração, os resultados reportados pela Companhia poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Companhia e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Ações e Fundos de Ações cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

II - Ações e Fundos de Ações, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

- a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
- b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

- a) Significativa dificuldade financeira do Emitente

Impostos sobre os lucros

A Companhia encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam

- b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
- c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
- d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
- e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
- f) Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Companhia, durante um período de cinco ou doze anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os impostos diferidos ativos só são reconhecidos até ao montante em que seja

provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados impostos diferidos ativos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionada devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do exercício, exceto nos casos em que as transações que os originaram tenham sido refletidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso das variações de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda). Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente refletido por contrapartida de capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores

que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática,

provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, o teste

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias

atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV - GESTÃO DE RISCOS

Em 2022, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito à área de Gestão de Riscos, enquadrando-se na segunda linha de defesa, integrou no ano em análise a Direção Financeira e de Gestão de Riscos, tendo como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar

e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité de Risco Operacional. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato. Nestes comités participam as funções chave, nomeadamente no Comité de Risco que tem uma periodicidade mínima trimestral e conta com a participação do Responsável da função chave gestão de risco.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

No âmbito do regime de Solvência II, destaca-se o nível de maturidade deste sistema e respetiva integração na gestão e tomada de decisão, assinalando-se as seguintes atividades:

- Manutenção do reporte extraordinário de SII determinado pela ASF no âmbito do contexto de pandemia;
- Reporte quantitativo e narrativo anual integral;
- Reporte quantitativo trimestral;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e dos Atuários Responsáveis dos resultados de Solvabilidade, bem como da informação a disponibilizar ao público;
- Revisão anual da matriz de grandes riscos, mantendo o alinhamento da mesma com a metodologia do grupo e métricas de solvência II de forma a monitorizar de perto e mitigar a exposição aos riscos de maior impacto;
- Revisão anual das políticas existentes garantindo o contínuo alinhamento com o grupo;
- Elaboração do exercício de Avaliação Interna do Risco e da Solvência, a nível solo e de grupo, o qual dá suporte à tomada de decisão para a estratégia definida para os próximos 5 anos;
- Manteve-se a nível do grupo um Comité específico de Qualidade de Dados, reunindo todas as filiais do grupo e garantindo o cumprimento de

um adequado desenvolvimento e implementação de uma Política de Qualidade de Dados, tendo por base a fiabilidade dos valores apurados em termos de solvência e gestão do negócio, nomeadamente com a identificação dos dados sensíveis e respetivos controlos;

- Formalização da identificação das funções-chave junto do supervisor

1. RISCO ESTRATÉGICO

O risco estratégico corresponde ao risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.

Neste âmbito a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. realiza um conjunto de ações de forma a mitigar este risco, tal como a manutenção de um planeamento estratégico a médio prazo com a construção de um orçamento a cinco anos. A curto prazo, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A define a elaboração anual do plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar. A estratégia é definida tendo em conta a realidade da Companhia, nomeadamente a sua capacidade de aceitar os riscos delineados, bem como o contexto do mercado segurador e financeiro envolvente.

O acompanhamento da evolução das ações definidas e do orçamento anual é realizado com uma periodicidade mensal, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

face ao previsto e, em caso de necessidade, implementar medidas de mitigação.

Dada a importância que a estratégia delineada assume na organização, esta é apresentada na reunião anual, por forma a garantir que a mesma é do conhecimento e é seguida por todos os colaboradores.

2. RISCO REPUTACIONAL

O risco reputacional corresponde ao risco de perdas originadas por eventos adversos, que possam afetar negativamente a imagem da Companhia perante os seus Stakeholders (clientes, fornecedores e restantes partes interessadas). As perdas resultantes deste risco podem refletir-se através da diminuição da receita, do aumento de custos operacionais, da perda de capital e/ou da destruição do valor do acionista.

Dado este risco assumir particular relevância na atividade seguradora - sector em que a “confiança” é um dos valores chave – a Companhia tem monitorizado periodicamente a sua evolução através da análise dos indicadores de mercado, bem como através da análise do relatório trimestral da evolução das reclamações (por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta).

3. RISCO ESPECÍFICO DE SEGUROS

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

3.1 Políticas de subscrição

Relativamente às políticas de subscrição, formalizadas na Política de Subscrição e Provisionamento publicada, mantêm-se os critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.

A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Pessoais com base no manual de Subscrição. As normas de aceitação são revistas sempre que necessário, de acordo com a evolução do mercado e segundo os critérios de prudência definidos, e dependem sobretudo das variáveis: idade das pessoas a segurar e respetivos capitais seguros. A VICTORIA Vida dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clínica e correspondente tarifação efetuada em conjunto por este e pela Direção Técnica.

3.2 Tarifação

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem como objetivo garantir a adequação dos prémios

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

praticados, relativamente aos riscos assumidos.

A construção de tarifas é efetuada pela área do atuariado e departamento técnico. Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

3.3 Provisionamento

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias mais antigas que se atualizaram para pressupostos mais prudentes.

A adequação das provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (*Loss Adequacy Test - LAT*). Em 2022, este teste foi efetuado com a projeção dos *cash-flows*

futuros esperados, os quais foram descontados com as diferentes curvas de taxas de juro associadas às carteiras de ativos que cobrem as respetivas responsabilidades. Os resultados apurados foram imediatamente reconhecidos e registados contabilisticamente.

Nesse sentido, o valor apurado em 2022 para a provisão para compromisso de taxa foi de EUR 674.753 (2021: EUR 10.477.253), o que representa um decréscimo de EUR 9.802.500.

3.4 Resseguro

A VICTORIA segue uma política de resseguro clara e rigorosa, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao perfil da carteira. Por outro lado, efetua também uma escolha criteriosa da pool de resseguradoras realizando uma análise da respetiva capacidade financeira.

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro, proporcionais e não proporcionais, resumidos no quadro seguinte:

Ramo	Tipo de Resseguro
Vida Individual	Proporcional
Vida Grupo	Proporcional
Vida Individual/Grupo (Catástrofes)	Não Proporcional

Como membro do *International Group Program* (IGP), a VICTORIA mantém ainda um acordo de resseguro com a seguradora *John Hancock* (gestor do IGP).

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

Ramo	Prêmios 2022				Prêmios 2021			
	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguros	Tx Cedência	Seguro Direto	Resseguro Cedido	Total liq. Resseguros	Tx Cedência
Vida Individual	14.462.246	1.425.788	13.036.458	9,86%	14.411.362	1.312.200	13.099.162	9,11%
Vida Grupo	16.362.663	2.699.616	13.663.047	16,50%	15.962.377	2.578.583	13.383.794	16,15%
TOTAL	30.824.909	4.125.404	26.699.505	13,38%	30.373.739	3.890.783	26.482.956	12,81%

Obs.: Estes valores não incluem contratos de Investimento classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

Resseguro cedido VIDA	2022	2021	Var 22/20
Resultado	(741.930)	(658.501)	12,7%
Prêmios adquiridos cedidos	(4.125.404)	(3.890.783)	6,0%
Comissões + Part. Resultado	2.716.167	1.795.491	51,3%
Custos com Sinistros	667.307	1.436.791	-53,6%

3.5 Riscos de Prêmios

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez. A exposição de cada a contrato a cada um destes riscos depende da natureza do produto.

A carteira de Vida, com exposição a este risco, mantém-se essencialmente composta por seguros mistos e de risco com uma componente significativa de seguros complementares de invalidez. Por esta razão, apresenta uma maior exposição nestes produtos aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A análise deste risco é efetuada anualmente através da utilização de pressupostos de mortalidade e invalidez baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado,

afetando-se assim a existência da necessidade ou não de uma revisão das respetivas bases técnicas.

3.6 Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à resolução dos contratos antes do termo acordado ou à cessação do pagamento de prémios, através por exemplo de resgate, anulação ou redução de apólices.

A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, quer pela Direção Técnica Pessoais, como pela área de Gestão de Riscos, Atuariado e Resseguro. Em particular, é efetuado um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

3.7 Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos da Companhia.

Relativamente a este risco, mantém-se o acompanhamento mensal da evolução das despesas, bem como a análise do indicador do respetivo peso relativamente aos prémios brutos emitidos.

3.8 Risco Catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade. Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do ramo vida, a principal fonte de exposição a este risco advém de aumentos significativos na mortalidade. A VICTORIA mitiga a sua exposição a este risco através da celebração de tratados de resseguro específicos, tendo como principal objetivo mitigar o risco de grandes sinistros/eventos catastróficos, reduzindo assim a necessidade de capital, bem como proteger os interesses de todas as partes envolvidas.

Medidas para mitigação do Risco específico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos é efetuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em

caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões. A mitigação dos riscos de taxa de juro é efetuada através realização, para todos os produtos, de um Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test - LAT*), com pressupostos revistos anualmente em função da evolução das carteiras (nomeadamente taxa de resgates, taxa de anulações, imputação despesas gerais por carteira) e das condições do mercado financeiro. A curva de taxas de juro usada é ajustada à composição dos títulos da carteira global.

A VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de proteção de retenção.

4. RISCO DE MERCADO

A gestão de investimentos da VICTORIA é efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Vie, pertencente também ao grupo SGAM. No ano corrente manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comitê de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para

acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos, a 31 de dezembro 2022 e comparativamente com o período homólogo, por tipo de ativos (valores de balanço):

Títulos	2022	2021	Var. %
Nacionais	8 369 364	9 070 041	-7,7%
Títulos de Rendimento Fixo	8 319 493	9 001 952	-7,6%
De Dívida Pública	8 319 493	9 001 952	-7,6%
Títulos de Rendimento Variável	49 871	68 090	-26,8%
Partes de Capital em Associadas	591	591	0,0%
Unidades de Participação em fundos de investimento	49 280	67 499	-27,0%
Estrangeiros	152 586 267	171 255 348	-10,9%
Títulos de Rendimento Fixo	126 599 223	138 270 325	-8,4%
De Dívida Pública	17 324 680	27 697 114	-37,4%
De outros Emissores Públicos	9 340 915	12 260 824	-23,8%
De outros Emissores	99 933 628	98 312 387	1,6%
Títulos de Rendimento Variável	25 987 044	32 985 023	-21,2%
Ações cotadas	76 630	115 072	-33,4%
Unidades de Participação em fundos de investimento	25 910 414	32 869 951	-21,2%
Total	160 955 631	180 325 389	-10,7%

O Risco de Mercado é composto pelos pontos que se apresentam de seguida.

[4.1.1 Risco de variação de preços no mercado de capitais, Risco de taxa de juro e Risco imobiliário](#)

Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos é de médio e longo prazo, o risco de *mismatching* assume especial relevo, efetuando neste ponto a VICTORIA um acompanhamento periódico dos ativos afetos às responsabilidades.

Em dezembro de 2022 a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 116,6% (2021: 116,5%).

Carteira	Ativos	Provisões Técnicas	Cobertura
Groupe A	58.053,8	48.298	120%
Groupe B	61.348,9	42.316	145%
Groupe C	1.431,7	1.130	127%
Groupe D	1.423,4	1.305	109%
VVI	50.155,2	50.535	99%
Confiança PPR	4.471,1	4.439	101%
Novo Valor PPR	1.812,6	1.683	108%
Sub Total VIDA	178.696,7	149.706	119%
VRV	3.975,0	3.975	100%
Maximização	550,7	551	100%
Invest	537,0	537,0	100%
VZ	2.829,6	2.830	100%
V+	4.456,2	4.456	100%
Bluecrow	237,5	238	100%
Lifeplan	14.224,5	14.225	100%
VGR	287,4	287	100%
VGV	1.702,5	1.703	100%
CI SPR	2.859,0	2.818	101%
Sub Total Uls	31.959,5	31.618	101%
Total Vida Afetos	210.356,1	181.324	116%
Livres	1.121,2	n.a.	0%
TOTAL VIDA	211.477,3	181.324	117%

(un: milhares e euros)

4.1.2 Risco de spread e Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades,

podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

Maturidades	2022	%	2021	%
<1 ano	32.496.073	19,3%	29.993.668	16,0%
1 a 2 anos	19.112.005	11,3%	31.068.047	16,5%
3 a 5 anos	67.303.042	39,9%	62.252.417	33,1%
6 a 10 anos	21.689.453	12,9%	28.908.017	15,4%
> 10 anos	2.032.678	1,2%	2.768.571	1,5%
Instrumentos Representativos de Capital	26.036.914	15,4%	33.053.112	17,6%
Total Geral	168.670.165	100,0%	188.043.832	100,0%

A gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability

Management) e definição da política de investimentos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

De acordo com os cash-flows operacionais estimados para 2023, a Companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 27,3 milhões de euros. Os ativos financeiros existentes no final de 2022 quer através de amortizações de títulos, quer através do

pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa de 35 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio positivo de cerca de 7 milhões de euros.

Análise ALM para Cash-Flows em 2023	
Cash-flows do Ativo	34.962.945
Amortizações	32.657.000
Juros	2.305.945
Cash-flows do Passivo	(27.284.374)
Prémios	42.292.022
Montantes Pagos	(26.515.861)
Outroas CF negativos	(43.060.534)
Mismatch Cash-flows ativo/passivo	7.678.571

A gestão de tesouraria é efetuada com a preocupação de minimizar os saldos em instituições bancárias e garantir simultaneamente que a companhia assegura o cumprimento atempado de todos os seus compromissos. O montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo manteve-se relativamente estável, tendo descido de 3,3 para 2,3 milhões de euros, o que representa 1,5% dos ativos totais (2021: 1,4%).

Em 2022 assistiu-se a uma subida acentuada nas taxas de juro e no rendimento dos ativos de rendimento fixo. A gestão manteve a sua orientação conservadora e prudente com foco nos ativos líquidos e de baixo risco. Neste contexto, a exposição a Dívida Pública registou um ligeiro decréscimo, mas manteve-se como um ativo importante: no final do exercício a

exposição era de 25,6 milhões de euros (2021: 36,7) que correspondem a 15,9% da carteira de ativos (2021: 20,4%). Refira-se que esta exposição se concentra essencialmente em países de menor risco, nomeadamente Alemanha, Holanda e França (67% do total).

É ainda de referir que a VICTORIA como instrumento privilegiado de gestão de liquidez, detém aplicações em fundos de mercado monetário no montante de 9,3 milhões de euros (5,8% da carteira).

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma política de investimentos prudente conservadora. A utilização e análise de indicadores de alerta

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

pré-definidos, permite à VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhia, pela área de Investimentos.

Estão implementados os seguintes indicadores:

- *Net loss limit*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objetivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.
- *Risk-based capital*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros,

bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

4.2 Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

4.2.1 Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rating Médio	2022	%	2021	%
AAA	8 581 483	5,1%	12 776 500	6,8%
AA	22 933 255	13,6%	22 562 947	12,0%
A	53 786 322	31,9%	48 245 392	25,7%
BBB	36 159 709	21,5%	40 202 525	21,4%
BB	3 911 679	2,3%	5 672 072	3,0%
B		0,0%		0,0%
CCC		0,0%		0,0%
NR	17 260 803	10,2%	25 598 782	13,6%
Instrumentos	26 036 914	15,4%	32 985 614	17,5%
Total	168 670 165	100,0%	188 043 832	100,0%

Em 2022 o perfil da carteira de investimentos manteve-se bastante conservador o que se reflete numa elevada qualidade de crédito: Cerca de 72,0% da carteira possui qualidade de investment grade, face a 71,8% em 2021. A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos reduziu-se para 8,4 milhões de euros (2021: 9,0) o que corresponde a 5,3% da carteira de investimentos e composta quase exclusivamente por dívida emitida por Portugal (8,3 milhões de euros).

4.2.2 Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes e na atribuição de poderes de cobrança. Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como

tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% do valor planos em incumprimento;
- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;
- 100% para o montante dos restantes saldos em dívida;
- Para os planos de pagamento em vigor a percentagem de provisionamento é determinada com base no risco de incumprimento e varia entre 45% e 90%.

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

4.2.3. Tomadores de Seguro

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios

pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente e calculados pela Direção Financeira:

Indicadores de Cobrança	2022	2021	Var.
Total de Prémios Brutos Emitidos	30.824.909	30.373.739	451.170
Pendentes/PBES	1,0%	2,0%	
Total de Prémios Pendentes com mais de 3 meses	18.276	170.526	(152.250)
Pendentes + 3 meses/Total de Pendentes	6,2%	28,0%	
Provisão para recibos por cobrar	17.142	33.504	(16.362)
Provisão para recibos por cobrar/Total Pendentes	5,8%	5,5%	

Comparando com o ano transato o total de prémios emitidos teve um ligeiro crescimento para 30,8 milhões de euros (2021: 30,3), tendo o indicador de cobrança “Pendentes / PBEs” registado um rácio de 1% face ao ano transato que registou 2%. A antiguidade dos prémios por cobrar reflete igualmente a evolução do indicador de cobranças, em que o total de prémios pendentes com antiguidade superior a 3 meses é de 18.276 EUR (2021: 170.526 EUR). O valor provisionado para prémios por cobrar é de 17.142 EUR (2021: 33.504 EUR).

4.2.4 Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado trimestralmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2021, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores

financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

4.3 Risco de Concentração

O risco de concentração corresponde à exposição da Companhia a possíveis perdas originadas por uma elevada exposição a determinadas fontes de risco, nomeadamente categorias de ativos.

A Direção Financeira, em particular a área de Investimentos em conjunto com entidade gestora do grupo analisa periódica e detalhadamente a estrutura a nível de carteira de ativos identificando e mitigando atempadamente este risco. Por outro lado, existe também um acompanhamento mensal da política de investimentos seguida vs. estrutura da carteira por parte do Comité de Investimentos e ALM.

Além deste acompanhamento, é também validado pela área de investimentos que as várias carteiras respeitam os limites

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

legalmente estipulados pela ASF e no caso de desvios existe uma comunicação à entidade SMA Vie, a qual responde de imediato à resolução do mesmo.

5. MARGEM DE SOLVÊNCIA

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro. Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

No regime de Solvência II salienta-se a avaliação dos ativos e passivos de uma forma consistente e baseada em princípios económicos, o maior alinhamento das exigências regulamentares de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas de seguros e a promoção de uma cultura de gestão baseada nos riscos.

O regime de Solvência II tem uma estrutura de três pilares, em que cada um governa um aspeto diferente. A saber:

Pilar I

Compreende os requisitos quantitativos, nomeadamente no que se refere às provisões técnicas, aos investimentos e ao apuramento de dois níveis de requisitos de capital – o requisito de capital de solvência (SCR) e o requisito de capital mínimo (MCR).

O SCR é calculado tendo em conta os riscos aos quais a empresa de seguros se encontra exposta, designadamente os riscos de mercado, os riscos de contraparte, os riscos específicos e os riscos operacionais.

O MCR corresponde ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora.

Pilar II

O segundo Pilar compreende os requisitos qualitativos, com enfoque na implementação de um sistema de governação robusto, o qual deve incluir mecanismos de gestão dos riscos, de controlo interno, as funções-chave (gestão de riscos, compliance, atuarial e auditoria interna) e o exercício de autoavaliação do risco e da solvência (ORSA).

No exercício ORSA, realizado com uma periodicidade mínima anual, a Companhia efetua uma análise prospetiva da suficiência do capital, tendo em conta o seu perfil de risco, o qual é apurado com base nos objetivos de negócio definidos a curto e médio prazo. Neste exercício são igualmente analisados os resultados obtidos em cenários de stress, o que

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

permite avaliar a resiliência da Companhia face a cenários adversos.

Este Pilar é também composto pelas disposições relativas ao processo de supervisão baseado nos riscos.

Pilar III

O terceiro e último Pilar compreende a transparência e a disciplina de mercado, através dos requisitos de prestação pública de informação e de reporte às entidades de supervisão e ao público. De forma sumária, este Pilar visa assegurar que a informação a respeito da solvência e situação financeira das empresas de seguros é clara, objetiva e útil para assegurar a tomada de decisões informadas por parte dos consumidores.

Neste âmbito, a Companhia reportou à ASF, de forma extraordinária, a informação de abertura de Solvência II referente a 1/1/2016. Desde então, a Companhia tem efetuado o reporte trimestral e anual dos modelos quantitativos, bem como o reporte dos relatórios narrativos, de entre os quais o Relatório sobre a Solvência e a Situação Financeira - relatório anual, disponibilizado no segundo trimestre e certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável. Em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar o rácio de cobertura do SCR e o rácio de cobertura do MCR dos dois últimos exercícios:

	2022	2021
SCR	18.926.333	22.039.343
Rácio de Cobertura SCR	216,1%	151,8%
MCR	7.807.732	8.845.380
Rácio de Cobertura MCR	479,8%	341,8%
Fundos Próprios Elegíveis SCR	40.897.345	33.466.060
Fundos Próprios Elegíveis MCR	37.458.891	30.235.136

Os dados relativos a 2022 poderão ser alvo de alteração, dado que o processo de certificação se encontra em curso à data da realização do presente relatório

6. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos processos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2022 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuação da atualização dos processos e da matriz de risco operacional;
- Avaliação dos riscos e dos controlos de acordo com o plano trienal definido em sede do Comité de Risco;
- Gestão do Registo de Incidentes/Perdas, na base de dados;
- Gestão do Registo sobre a avaliação dos riscos e controlos através das fichas de risco;
- Conclusão do upgrade tecnológico da ferramenta eFront;
- Acompanhamento e gestão de implementação de melhorias.
- Divulgação aos Departamentos das informações e matérias específicas nos quais possam ter impacto e a toda a empresa, em matérias transversais, através de e-mail, sempre com o conhecimento da área de Gestão de Riscos;
- Divulgação das medidas restritivas, tendo em vista a sua publicação no Portal de Agentes, cumprindo assim as orientações da ASF;
- Acompanhamento das iniciativas legislativas e colaboração para a implementação na VICTORIA dos diplomas publicados;
- Representação da VICTORIA nas comissões e grupos de trabalho criados na Associação Portuguesa de Seguradores (APS), prestando os seus contributos, nomeadamente, nas Consultas Públicas lançadas pela ASF;
- Monitorização e Controlo periódico do “Reporte Externo”;
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;
- Controlo mensal das atividades da Autoridade de Supervisão ou outras entidades públicas, relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e

7. RISCO DE CONFORMIDADE

No âmbito da conformidade pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função mantém-se integrada na área do Jurídico e visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.

Neste domínio, as principais atividades desenvolvidas em 2022 consubstanciam-se nos seguintes procedimentos:

- Verificação diária dos sítios institucionais;

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

quaisquer ações implementadas, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;

- Participação no Comité de Risco Operacional, com periodicidade trimestral;
- Controlo diário dos Parceiros face à lista de pessoas/ entidades sancionadas, através de query;
- Reporte mensal à UIF/DCIAP das situações previstas na Portaria n.º 310/2018, de 4 de dezembro;
- Monitorização trimestral às apólices de risco elevado e a diligências simplificadas;
- Atualização periódica da Matriz de Avaliação de Risco de Branqueamento

de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo, nomeadamente devido à alteração de jurisdições não cooperantes e outros fatores de risco quando se justificou;

- Acompanhamento do Projeto Informático para implementação do processo de avaliação de Risco PBC/FT nos sistemas operacionais da VICTORIA;
- Articulação e reporte de informação para a organização de Prevenção de Branqueamento de Capitais e Combate ao Financiamento do Terrorismo constituída no Grupo SMA.

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

	2022	2021
CAIXA E EQUIVALENTES	4.112	4.676
DEPÓSITOS À ORDEM	2.676.462	3.313.384
	2.680.574	3.318.060

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem encontram-se refletidos em Outros

Credores por Outras Operações, no montante de Euros 342.214. A existência destes saldos deve-se na sua generalidade, ao desfasamento no reconhecimento de algumas operações.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

NOTA 2 – TERRENOS E EDIFÍCIOS

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de depreciação são determinadas pelo nº de anos de vida útil

atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas.

Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

Edifício	Última avaliação	Valor aquisição	Valor de avaliação	Varição Justo Valor	Vida útil
R Dr Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2022	269.410	159.000	(84.254)	80
R Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto	2022	152.931	192.000	(25.863)	61
Av Dr Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2022	288.999	322.000	54.669	70
Av Alberto Sampaio 60 – Viseu	2022	389.122	228.000	(46.889)	80
Av da Liberdade 200 – Lisboa	2022	25.769.867	36.903.813	11.901.431	98
Av D João II 46 A e B - Setúbal	2022	331.976	197.900	(83.976)	79
Av Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2022	362.297	207.800	(152.426)	90
Total		27.564.602	38.210.513	11.562.692	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

Terrenos e Edifícios Uso Próprio	Saldo Inicial		Aquisições / Transferências	Reavaliações	Alienações / Transferências	Amortizações	Saldo final
	Valor Bruto	Amortizações					Valor Líquido
Terrenos	259.263			(36.263)			223.000
Edifícios	847.737	5.443		54.849		11.143	886.000
Total	1.107.000	5.443	-	18.586	-	11.143	1.109.000
Terrenos e Edifícios Rendimento							
Terrenos	13.877.130			200			13.877.330
Edifícios	23.217.683			800			23.218.483
Total	37.094.813	-	-	1.000	-	-	37.095.813
Terrenos e Edifícios	38.201.813	5.443	-	19.586	-	11.143	38.204.813

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram consideradas as avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito.

Relat Relativamente ao imóvel sito na Av. da Liberdade, as avaliações realizadas nos últimos anos têm registado as seguintes valorizações:

Euros 37.093.000 em 2021; Euros 37.430.000 em 2020; Euros 38.800.000 em 2019; Euros 31.800.000 em 2018. O valor resultante da avaliação efetuada em 2022 foi de Euros 38.106.000. Tendo em conta o carácter ilíquido dos ativos imobiliários, consideramos prudente e correto que atendendo à atual conjuntura

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(volatilidade anormalmente elevada das taxas de juro), mitigar esse efeito no impacto da taxa de desconto assumida como input para o apuramento do valor do imóvel. Desta forma e para o devido efeito, consideramos que o horizonte temporal deve ser alargado. Assim, recalculou-se a taxa de desconto, considerando a evolução dos indicadores utilizados desde o início do ano até junho (data da avaliação), o que resulta uma alteração da taxa de desconto de 5,611% para 5,796%.

A atualização da taxa de desconto, permite assim determinar como justo valor do imóvel 36.914.560 EUR. Considerando que o valor apurado desta forma é próximo do valor registado em 2021 como Justo Valor do Imóvel, optou-se por mantê-lo inalterado, i.e., 36.903.813 EUR.

Anualmente são efetuados testes de imparidade.

NOTA 3 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

No início de dezembro de 2014, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A adquiriu uma quota representativa de 59% do capital social de 1.000 Euros da sociedade SELICOMI Portugal, Lda, entidade constituída igualmente em dezembro, cuja atividade tem por objeto a compra e venda de bens imóveis, bem como a exploração e gestão, nomeadamente o arrendamento, dos mesmos. Esta sociedade encontra-se valorizada, de acordo com as políticas contabilísticas

descritas no ponto III, ao custo de aquisição líquido de imparidades.

O património imobiliário da sociedade, é constituído pelo imóvel sito no número 46 da Rua Camilo Castelo Branco, adquirido pelo montante de Euros 14.904.239. De acordo com avaliação efetuada no fim do exercício, o valor do imóvel ascende a Euros 18.396.000 (2020: Euros 19.196.000).

NOTA 4 – ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas são analisados como segue:

	2022			2021		
	Custo aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor Balanço	Custo aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor Balanço
Instrumentos de capital e Unidade de Participação	16.852.979	(1.264.943)	15.588.036	15.303.797	152.646	15.456.443
Títulos de Dívida	16.147.570	(1.192.648)	14.954.922	17.177.062	(285.619)	16.891.443
Dívida Pública	3.628.706	(258.635)	3.370.071	4.948.171	(102.139)	4.846.032
De Outros Emissores Públicos	1.163.780	(18.278)	1.145.502	924.365	(8.429)	915.936
De Outros Emissores	11.235.736	(915.735)	10.320.001	11.191.610	(175.051)	11.016.559
Juros a receber	119.348		119.348	112.916		112.916
Total	33.000.549	(2.457.591)	30.542.958	32.480.859	(132.973)	32.347.886

Em 31 de dezembro de 2022 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’.

De acordo com as normas IFRS 7 e IFRS 13, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor são direta ou indiretamente observáveis

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não são observáveis

Sectores	2022					2021				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	4,7%	1.446.672	1.446.672			5,4%	1.754.114	1.754.114		
Bens Consumo, Não Cíclicas	8,7%	2.666.300	2.666.300			5,5%	1.779.223	1.779.223		
Industrial e Matérias Primas	0,9%	265.347	265.347			1,5%	498.998	498.998		
Comunicações e Tecnologia	2,7%	831.296	831.296			6,6%	2.144.399	2.144.399		
Utilities	2,2%	674.712	674.712			2,0%	631.218	631.218		
Energia	3,2%	966.233	966.233			3,3%	1.082.590	1.082.590		
Serviços	0,0%	-				0,0%	-			
Financeiro	13,7%	4.165.752	4.165.752			12,8%	4.142.187	4.142.187		
Dívida Soberana	13,1%	4.015.240	4.015.240			15,4%	4.973.786	4.973.786		
Fundo Acções	11,1%	3.401.321		3.401.321		23,0%	7.434.682		7.434.682	
Fundo Imobiliário	0,0%	-				0,0%	-			
Fundo Commodities	0,2%	49.280		49.280		0,2%	67.499		67.499	
Fundo Obrigações	39,5%	12.060.805		12.060.805		24,3%	7.839.190		7.839.190	
Total Geral	100%	30.542.958	15.031.552	15.511.406	-	100%	32.347.886	17.006.515	15.341.371	-

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

NOTA 5 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

	2022				2021			
	Custo aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de Justo Valor	Valor Balanço	Custo aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de Justo Valor	Valor Balanço
Instrumentos de capital e Unidade de Participação	9.780.295	(843)	668.836	10.448.288	16.625.243	(7.664)	978.499	17.596.078
Títulos de Dívida	117.314.987	-	(3.065.457)	114.249.530	121.903.275	-	2.774.606	124.677.881
Dívida Pública	16.609.169		(262.115)	16.347.054	25.062.463		602.744	25.665.207
De Outros Emissores Públicos	8.317.216		(164.208)	8.153.008	11.079.395		168.982	11.248.377
De Outros Emissores	91.608.802		(2.639.134)	88.969.668	84.737.444		2.002.880	86.740.324
Juros a receber	779.800			779.800	1.023.973			1.023.973
Total	127.095.282	(843)	(2.396.621)	124.697.818	138.528.518	(7.664)	3.753.105	142.273.959

Dos quais:

Sectores	2022					2021				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	12,3%	15.292.104	15.292.104			10,9%	15.568.321	15.568.321		
Bens Consumo, Não Cíclicas	17,7%	22.062.170	22.062.170			10,5%	14.908.328	14.908.328		
Industrial e Matérias Primas	5,2%	6.518.168	6.518.168			7,2%	10.311.409	10.311.409		
Comunicações e Tecnologia	7,1%	8.887.146	8.887.146			9,1%	12.884.121	12.884.121		
Utilities	3,7%	4.578.994	4.578.994			3,9%	5.569.257	5.569.257		
Energia	1,4%	1.788.916	1.788.916			1,4%	2.028.293	2.028.293		
Financeiro	27,0%	33.675.703	33.675.703			23,6%	33.593.743	33.593.743		
Serviços	0,0%	-				0,0%	-			
Dívida Soberana	17,2%	21.446.329	21.446.329			21,0%	29.814.408	29.814.408		
Fundo Imobiliário	0,0%	10.045		10.045		0,0%	10.881		10.881	
Fundo Ações	1,8%	2.213.521		2.213.521		1,8%	2.546.328		2.546.328	
Fundo Obrigações	6,6%	8.212.949		8.212.949		10,6%	15.028.392		15.028.392	
Fundo Outros	0,0%	11.773		11.773		0,0%	10.478		10.478	
Total Geral	100%	124.697.818	114.249.530	10.448.288		100%	142.273.959	124.677.880	17.596.079	

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

NOTA 6 – EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A rubrica é analisada do seguinte modo:

	2022	2021
Outros Depósitos – Dep Prazo	-	-
Juros a receber	-	-
Empréstimos concedidos	7.714.535	7.718.444
Emp. Hipotecários	-	-
Emp. S/ apólices	93.630	108.960
Outros Empréstimos	7.592.042	7.592.042
Juros a receber	28.863	17.442
Contas a receber	-	-
Total	7.714.535	7.718.444

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo carácter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.

O montante reconhecido em Outros Empréstimos, respeita a suprimentos efetuados à sociedade SELICOMI Portugal, Lda., entidade referida na Nota 3.

NOTA 7 – INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

	2022		2021	
	Justo Valor	Valor de Balanço	Justo Valor	Valor de Balanço
Títulos de Dívida	5.747.452	5.714.263	6.518.707	5.702.952
Dívida Pública	5.692.220	5.659.031	6.463.475	5.647.720
De Outros Emissores Públicos				
De Outros Emissores				
Acréscimos de Juros	55.232	55.232	55.232	55.232
Total	5.747.452	5.714.263	6.518.707	5.702.952

No decurso de 2022 não houve alterações nos ativos classificados nesta categoria. A variação positiva no justo valor deveu-se à evolução positiva registada pelas obrigações de Dívida Pública Nacionais que representam a totalidade deste investimento. Por forma a assegurar os requisitos que possibilitam a classificação dos títulos nesta categoria de

investimentos, a VICTORIA efetuou testes de liquidez à restante carteira de ativos, tendo-se verificado que a Companhia detém meios mais que suficientes para financiar os passivos estimados até ao final de 2024, pelo que não se estima qualquer necessidade de realização destes ativos.

NOTA 8 – AFETAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

A 31 de dezembro de 2022 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

	2022				
	Seguros de Vida			Não Afectos	TOTAL
	Com Participação Resultados	Sem Participação nos Resultados	Classificados como contrato de investimento		
Caixa e equivalentes	431.304	1.130.097	1.075.003	44.170	2.680.574
Terrenos e Edifícios	20.084.742	17.015.969		1.104.102	38.204.813
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos				591	591
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	30.542.958	-	30.542.958
Instrumentos de Capital e Unid Participação			15.588.036		15.588.036
Títulos de Dívida			14.954.922		14.954.922
Activos disponíveis para venda	81.625.503	43.060.542	-	11.773	124.697.818
Instrumentos de Capital e Unid Participação	4.557.151	5.879.364		11.773	10.448.288
Títulos de Dívida	77.068.352	37.181.178			114.249.530
Investimentos a deter até à maturidade	3.759.354	1.954.909			5.714.263
Títulos de Dívida	3.759.354	1.954.909			5.714.263
Empréstimos concedidos e contas a receber	7.714.535	-	-	-	7.714.535
Depósitos a Prazo				-	-
Empréstimos concedidos	7.714.535			-	7.714.535
Conta a receber				-	-
TOTAL	113.615.438	63.161.517	31.617.961	1.160.636	209.555.552

Para o ano transato, a afetação era a seguinte:

	2021				
	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida classificados como contrato	Não Afectos	TOTAL
Caixa e equivalentes	371 165	2 206 967	123 893	616 035	3 318 060
Terrenos e Edifícios	20 080 773	17 015 969		1 099 628	38 196 370
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos				591	591
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	-	-	32 347 886	-	32 347 886
Instrumentos de Capital e Unid Participação			15 456 443		15 456 443
Títulos de Dívida			16 891 443		16 891 443
Activos disponíveis para venda	93 996 007	48 267 475	-	10 477	142 273 959
Instrumentos de Capital e Unid Participação	8 338 816	9 246 785		10 477	17 596 078
Títulos de Dívida	85 657 191	39 020 690			124 677 881
Investimentos a deter até à maturidade	3 751 771	1 951 181			5 702 952
Títulos de Dívida	3 751 771	1 951 181			5 702 952
Empréstimos concedidos e contas a receber	7 718 444	-	-	-	7 718 444
Depósitos a Prazo				-	-
Empréstimos concedidos	7 718 444			-	7 718 444
Conta a receber				-	-
TOTAL	125 918 160	69 441 592	32 471 779	1 726 731	229 558 262

NOTA 9 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS E INVENTÁRIOS

A 31 de dezembro de 2022 os Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	1.349.083	(1.322.560)	1.324			(3.062)	(5.514)	3.062	22.333
Máquinas e ferramentas	135.154	(132.589)					(611)		1.954
Equipamento informático	1.498.574	(1.131.194)	52.100				(124.495)		294.985
Instalações interiores	623.671	(293.128)					(53.647)		276.896
Outro Equipamento	839.409	(839.409)							-
Sub-Total	4.445.891	(3.718.880)	53.424		-	(3.062)	(184.267)	3.062	596.168
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	46.487								46.487
TOTAL	4.492.378	(3.718.880)	53.424	-	-	(3.062)	(184.267)	3.062	642.655

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 10 – ATIVOS SOB DIRETO DE USO

Da análise efetuada aos contratos existentes na Companhia a 31 de dezembro de 2021, os ativos sob direito de uso estão classificados da seguinte forma:

ATIVOS SOB DIREITO USO	Saldo Inicial	Entradas/Ajustes	Saídas/Ajustes	Amortizações	Saldo Final	Juros Suportados
Terrenos e Edifícios de uso próprio						
Contratos de arrendamento	377.297			(377.297)	-	(17.204)
Ativos tangíveis						
Viaturas	122.381	14.855		(61.425)	75.811	(13.087)
Total	499.678	14.855	-	(438.722)	75.811	(30.291)

A componente variável destes contratos totalizou 27.038 Euros (2021: 31.592 Euros), os quais se encontram registados em resultados do ano.

NOTA 11 – OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS

A 31 de dezembro de 2022 a análise é efetuada através do seguinte quadro:

OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	
Despesas Aplicações Informáticas	10.853.464	(8.771.642)	3.238		995.964		(814.183)		2.266.841
Activos intangíveis em curso	1.234.716	-	1.582.515		(995.964)				1.821.267
Outros	-	-							-
TOTAL	12.088.180	(8.771.642)	1.585.753	-	-	-	(814.183)	-	4.088.108

Do montante de aquisições correspondente a 1.585.753 euros, destacam-se como projetos de maior relevo, a adoção da Norma Contabilística IFRS17 (implementação) e o Upgrade Prophet (modulo atuarial Vida) que corresponde respetivamente a 48,3% e 19,4% do total.

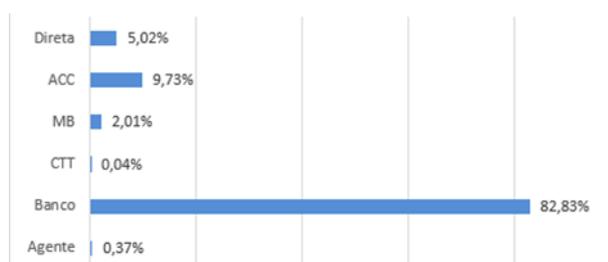
NOTA 12 – OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta conta é analisado como se segue:

	2022	2021
Tomadores de Seguros	353.361	675.702
Mediadores de Seguros	46.365	46.297
Imparidade	(24.612)	(50.957)
Sub-Total	375.114	671.042
Resseguradores	709.049	169.824
Imparidade	(84.830)	(57.584)
Sub-Total	624.219	112.240
Outros Devedores	2.551.133	2.326.283
Imparidade	(56.206)	(64.069)
Sub-Total	2.494.927	2.262.214
TOTAL	3.494.260	3.045.496

A Companhia tem vindo a efetuar um esforço no desenvolvimento ferramentas, nomeadamente através da sua página na internet, que possibilitam uma maior proximidade com o cliente e com o mediador, bem como ao nível dos processos por forma a

alcançar uma maior eficácia na cobrança de prémios, incentivando a utilização do canal bancário através dos protocolos de DD e SEPA. A distribuição da cobrança pelos diferentes canais, foi a seguinte:



A imparidade registada na rubrica Devedores por operações de seguro direto, respeita a contratos de seguros com prémios em atraso com mais de 3 meses no montante de Euros 18.276 (2021: Euros 170.526).

Em Outros devedores encontra-se incluído o saldo com a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. no montante de Euros 1.845.826 (2021: Euros 2.020.246).

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

NOTA 13 – ATIVOS E PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades da Companhia em matéria de obrigações com benefícios dos empregados. Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano à ASF, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores. No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de

financiamento deveria permanecer no benefício definido.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.

A VICTORIA encontra-se a aguardar parecer da ASF relativamente ao procedimento a adotar. Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus. Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2022 e 2021 são como segue:

	2022	2021
Benefícios de pós emprego	1.003.742	1.008.410
Outros Benefícios de longo prazo	(116.587)	(132.009)
	887.155	876.401

É intenção da Companhia solicitar junto da Autoridade de Supervisão a recuperação do

valor em excesso relativo ao Plano de Benefício Definido. O impacto no resultado do exercício

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 31.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua

conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.

- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

O plano de contribuição definida abrange participantes e ex-participantes.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2022 e 2021, são como segue:

	2022	2021
	Pensões	Pensões
Responsabilidade por benefícios	609.901	624.874
Justo valor dos activos do fundo	609.901	624.874
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	-	-

A variação dos ativos do plano contribuição definida em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como se segue:

	2022	2021
Ativos do Plano a 01 de janeiro	624.874	599.449
Contribuições do empregador	52.174	51.469
Rendimentos e Ganhos financeiros Líquidos	3.540	15.614
Benefícios pagos	(1.133)	(32.633)
Perdas financeiras	(65.903)	(6.055)
Outras receitas/encargos	(3.651)	(2.970)
Ativos do Plano a 31 de dezembro	609.901	624.874

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A taxa de rendimento líquida de encargo de gestão obtida em 2022 foi de -10,4% (1,2% em 2021).

As contribuições do empregador seguem o estipulado no CCT e são efetuadas mensalmente.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

-pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;

-atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido, tem as seguintes características:

	Número	Pensão anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	3	2.801 €	933 €	77

Entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia reconhece para a generalidade dos colaboradores, a responsabilidade com os prémios de permanência em conformidade com o estabelecido pelo CCT, bem como os

benefícios de índole particular como são a atribuição de prémios de antiguidade.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2022 e 2021, são como segue:

	2022			2021		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidade por benefícios	32.572	784.051	816.623	44.394	1.061.980	1.106.374
Justo valor dos activos do fundo	919.655	784.123	1.703.778	1.028.566	954.209	1.982.775
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	887.083	72	887.155	984.172	(107.771)	876.401

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

	2022			2021		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor actual da responsabilidade em 01 de Janeiro	44.394	1.061.980	1.106.374	49.968	1.127.025	1.176.993
Custo do serviço corrente			-		12.275	12.275
Custo de juros	421	8.807	9.228	198	4.473	4.671
(Ganhos) e perdas actuariais	(9.442)	(212.001)	(221.443)	(2.971)	(22.657)	(25.628)
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	(15.422)	(15.422)	-	-	-
Benefícios pagos	(2.801)	(59.313)	(62.114)	(2.801)	(59.136)	(61.937)
Redução por alteração do Plano-CCT	-	-	-	-	-	-
Valor actual da responsabilidade em 31 de Dezembro	32.572	784.051	816.623	44.394	1.061.980	1.106.374

A variação dos ativos do plano de benefício definido em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é analisada como se segue:

	2022			2021		
	Fundo	Outros	Total	Fundo	Outros	Total
Activos do plano em 01 de Janeiro	1.028.566	954.209	1.982.775	1.015.912	1.009.671	2.025.583
Retorno esperado dos activos	1.029	(8.588)	(7.559)	(3.454)	(13.529)	(16.983)
Ganhos e (perdas) actuariais	(107.139)	(102.185)	(209.324)	18.909	17.203	36.112
Contribuições do empregador		-	-		-	-
Benefícios pagos	(2.801)	(59.313)	(62.114)	(2.801)	(59.136)	(61.937)
Redução por alteração do Plano-CCT			-			-
Activos do plano em 31 de Dezembro	919.655	784.123	1.703.778	1.028.566	954.209	1.982.775

A taxa de rendimento líquida de encargo de gestão obtida em 2022 foi de -10,4% (1,6% em 2021).

Os outros ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, são como segue:

	2022			2021		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente			-		12.275	12.275
Custo de juros	421	8.807	9.228	198	4.472	4.670
Retorno esperado dos activos	(1.029)	8.588	7.559	3.454	13.530	16.984
Benefícios passados não reconhecidos			-			-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas			-			-
Ganhos e perdas actuariais			-			-
Total do custo do ano	(608)	17.395	16.787	3.652	30.277	33.929

O justo valor dos ativos que constituem o plano em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022		2021	
Fundos de Investimento Imobiliários	0,00%	-	0,00%	-
Fundos de Investimento em Acções	9,30%	85.487	10,80%	111.111
Fundos de Investimento em Obrigações	68,71%	631.854	67,08%	689.929
Obrigações de Taxa Variável	4,97%	45.664	4,45%	45.721
Obrigações de Taxa Fixa	14,98%	137.723	14,94%	153.677
Mercado Monetário	2,06%	18.927	2,73%	28.128
Total	100,00%	919.655	100,00%	1.028.566

O retorno real dos ativos do Fundo de Pensões da VICTORIA foi de Euros -106.110 e do Fundo de Multireforma foi de Euros -110.772.

Os ganhos e perdas atuariais em 2022 e 2021 são analisados como segue

	2022			2021		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 01 de Janeiro	105.905	(267.746)	(161.841)	84.025	(307.606)	(223.581)
Ganhos e (perdas) actuariais das responsabilidades	9.442	212.001	221.443	2.971	22.657	25.628
Ganhos e (perdas) actuariais do fundo	(107.139)	(102.185)	(209.324)	18.909	17.203	36.112
Redução por alteração do Plano-CCT			-			-
Desvios actuariais reconhecidos em reservas em 31 de Dezembro	8.208	(157.930)	(149.722)	105.905	(267.746)	(161.841)

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2022	2021
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	4,041%	0,948%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

A duração das responsabilidades com pensões em pagamento é de 11 anos.

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	2022	2021	2020	2019	2018
Responsabilidade por benefícios	816.623	1.106.374	1.176.993	1.172.152	1.163.144
Justo valor dos activos do fundo	1.703.778	1.982.775	2.025.583	2.005.434	1.926.334
Activos/(Responsabilidades) líquidas em balanço	887.155	876.401	848.590	833.282	763.190

NOTA 14 – ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o

rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Investimentos Financeiros	170 487	-	-	(280 340)	170 487	(280 340)
Benefícios a empregados	153 190	165 611	-	-	153 190	165 611
Provisões	65 360	87 178	-	-	65 360	87 178
Imóveis	167 175	167 175	(1 176 316)	(1 173 162)	(1 009 141)	(1 005 987)
Prejuízos Fiscais	1 060 755	966 346	-	-	1 060 755	966 346
Impostos Diferidos Ativos / (passivos)	1 616 966	1 386 310	(1 176 316)	(1 453 502)	440 650	(67 192)

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

	2022			2021		
	Reconhecido resultados	Reconhecido nas reservas	Total	Reconhecido resultados	Reconhecido nas	Total
Investimentos Financeiros	-	450.827	450.827	(0)	91.156	91.156
Benefícios a empregados	(12.421)		(12.421)	(6.053)		(6.053)
Provisões	(21.819)		(21.819)	(28.666)		(28.666)
Imóveis	(3.154)	-	(3.154)	866	252	1.118
Prejuízos fiscais	94.409	-	94.409	269.924	-	269.924
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	57.015	450.827	507.842	236.071	91.408	327.479

O montante de reporte fiscal existente à data, relativamente a prejuízos, é de Euros 5.051.213, acrescido do valor espectável para o presente exercício (2021: Euros 4.601.647). Para a avaliação e reconhecimento de IDA, tem em conta os resultados futuros expectáveis e evidenciados no plano elaborado a 5 anos e aprovados pelo CE.

Adicionalmente, a VICTORIA tem em consideração o facto de aplicar o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades, uma vez que integra o perímetro fiscal da empresa mãe, VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2022 e 2021 é analisado como segue:

	2022	2021
Imposto Corrente	(72.464)	(60.874)
Imposto Diferido	(310.485)	(44.430)
Imposto Exercício	(382.949)	(105.304)

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

	2022	2021	Varição
Imposto Corrente	312.860	(699.693)	1.012.553
Investimentos Financeiro	368.753	(642.309)	1.011.062
Imóveis	(55.893)	(57.384)	1.491
Imposto Diferido	158.125	(292.702)	450.827
Investimentos Financeiro	170.487	(280.340)	450.827
Imóveis	(12.362)	(12.362)	(0)
Total imposto reconhecido reservas	470.985	(992.396)	1.463.380

A reconciliação da taxa de impostos é analisada como segue:

	2022	2021
RESULTADO ANTES IMPOSTO	1 225 890	182 061
Taxa de Imposto	22,50%	22,50%
Imposto Calculado com base taxa imp.	(275 824)	(40 964)
Imposto diferido - dif temporarias	(80 120)	48 946
Outros proveitos e custos excluidos tributação	4 286	(12 619)
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º 46 e 51	41 274	39 793
Imposto Autonomo (Trib.Autonoma+Derrama)	(72 464)	(60 874)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(382 949)	(105 304)
Taxa efetiva	31,24%	57,84%

NOTA 15 – PROVISÕES TÉCNICAS

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021 são analisadas como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor do balanço	2021
Provisões técnicas de seguro directo	150.733.007	1.027.460	149.705.547	163.796.352
Provisão matemática	132.987.972	853.616	132.134.356	138.484.032
Prov. prémios não adquiridos	1.630.015	173.844	1.456.171	1.402.771
Provisão para sinistros	9.947.398		9.947.398	9.019.494
Provisão participação resultados	5.492.869		5.492.869	4.412.802
Provisão para compromissos taxa	674.753		674.753	10.477.253
Provisões técnicas de resseguro	538.966		538.966	611.819
Provisão matemática	-		-	-
Provisão para sinistros	538.966		538.966	611.819

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

Provisão Matemática	2022	2021
Seguros de Vida		
Contratos c/ Part Resultados		
Carteira Antiga	-	1.196
Carteira Nova		
Individual Tradicionais	38.025.598	43.681.310
Produtos financeiros Individuais	13.293.767	15.072.873
Rendas Individual	99.866	133.920
Rendas Grupo	2.334.720	2.794.780
Grupo Tradicionais	1.966.757	2.349.270
Produtos financeiros Grupo	50.535.291	49.514.689
Contratos s/ Part Resultados		
Carteira Antiga	-	1
Carteira Nova		
Rendas Individual	5.937.675	4.868.542
Rendas Grupo	14.820.129	16.042.290
Individual Tradicionais	2.046.189	1.256.579
Seguro ligados a Fundos de Investimento	3.074.364	2.768.582
TOTAL	132.134.356	138.484.032

De acordo com a política contabilística da Companhia, anualmente é efetuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (Loss Adequacy Test - LAT). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se

reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 3.074.364 (2021: Euros 2.768.582) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021
Seguros de Vida	157.560	5.942.400
Seguro ligados a Fundos de Investimento	517.193	4.534.853
TOTAL	674.753	10.477.253

Este teste é efetuado com os *cash-flows* (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. Em

resultado dos testes efetuados a 2021 e 2020, verificou-se um decréscimo de Euros 1.659.963. Os pressupostos atuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prêmios não adquiridos)	
Seguros de Renda				
Rendas Certas-Amortizações	PM 60/64	4%	Provisão Matemática	
Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%	Provisão Matemática	
	GRF 80	2,5%	Provisão Matemática	
	DAV94 MR	2%	Provisão Matemática	
		1%	Provisão Matemática	
		0,25%	Provisão Matemática	
		0,10%	Provisão Matemática	
		H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012	2%	Provisão Matemática
	M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012	2%	Provisão Matemática	
	HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012	2%	Provisão Matemática	
	Seguros de Capital			
	Mistos	AF	3,5%	Provisão Matemática
PM 60/64		4%	Provisão Matemática	
GKM 80		2,75%	Provisão Matemática	
GKM 80		2%	Provisão Matemática	
Temporários	PM 46/49	3,5%	Provisão Matemática	
	PM 60/64	4%	Provisão Matemática	
	40% GKM 80	0%	Provisão Matemática	
Temporário Anual Renovável			Provisão para Prêmios não adquiridos	
Investimento Seguro		Min. 0%; Máx. 0,25%	Provisão Matemática	
Investimento Programado		0,00%	Provisão Matemática	
Confiança PPR		0,00%	Provisão Matemática	
PPR Novo Valor		3,5%	Provisão Matemática	
Valor Mais PPR		3,5%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática	
Garantia Valor PPR/E		0,00%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática	
Garantia Rendimento		0,00%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática	
Invest		4%	Passivo Financeiro	
PPR Valorização		4%	Passivo Financeiro	
PPR/E Ações Maximização	n.a.	n.a	Passivo Financeiro	
BlueCrow Capital	n.a.	n.a	Passivo Financeiro	
VX0		0,00%	Passivo Financeiro	

Seguro Grupo

Modalidade	Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
Seguros de Renda			
Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%	Provisão Matemática
	GRF 80	2,5%	Provisão Matemática
	DAV94 MR	2%	Provisão Matemática
		1%	Provisão Matemática
		0,25%	Provisão Matemática
		0,10%	Provisão Matemática
		H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012	2%
	M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012	2%	Provisão Matemática
	HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos)	2%	Provisão Matemática
Seguros de Capital			
Capital Diferido sem contrasseguro	PF 60/64	4%	Provisão Matemática
Misto	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
Temporário Anual Renovável			Provisão para Prémios não adquiridos
Capital Diferido com contrasseguro	TV 73/77	4%	Passivo Financeiro
	GKF 80	Min. 0%; Máx. 2%	Provisão Matemática
Lifeplan Investment	n.a.	n.a	Passivo Financeiro

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data de balanço, e inclui uma provisão estimada, no montante de Euros 413.887 (2021: Euros 301.894), relativa a

sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2022 ainda não reportados (IBNR). O desenvolvimento da provisão para sinistros em 2022 é analisado como segue:

Provisão para sinistros em 31-12-2021	Montantes pagos no exercício ⁽¹⁾	Provisão para sinistros em 31-12-2021 ⁽¹⁾	Reajustamentos
9.019.494	1.935.420	6.113.920	(970.154)

¹⁾ referentes a sinistros de exercícios anteriores.

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2022, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de

sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Provisão para Participação nos Resultados

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respetivas modalidades;
- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de

participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

No exercício de 2022, e pelas condições de mercado verificadas, a Reserva de Reavaliação por ajustamento do justo valor, registou valores negativos em todas as carteiras. Como resultado, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi revertida e o valor é zero até que a situação se inverta.

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2022, é a seguinte:

Participação nos Resultados Atribuída	Saldo Inicial	Atribuída	Distribuída		Saldo Final
			Pagamentos	Aumento Benefícios	
Carteira Antiga	40.159	11	11	-	40.159
Carteira Nova					
Individual	275.539	49.408	49.408	-	275.539
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Grupo Tradicionais	3.336.385	3.264.525	2.340.980	-	4.259.930
VICTORIA Vantagem Investimento	21.205	361.515	11.865	13.221	357.634
Total	3.934.126	3.675.459	2.402.264	13.221	5.194.100

NOTA 16 – PASSIVOS FINANCEIROS DE CONTRATOS DE INVESTIMENTO

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos

contratuais, existir uma taxa mínima garantida, assumem para a Companhia risco de investimento.

Os movimentos ocorridos são os seguintes:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Com Risco de Investimento	Sem Risco de Investimento	TOTAL
Valor Inicial	18.257.721	14.214.058	32.471.779
Entradas no período	4.684.549	6.179.758	10.864.307
Montantes Pagos	6.572.946	3.496.398	10.069.344
Rendimentos (Gastos)	458.437	(1.733.960)	(1.275.523)
Encargos de Gestão	192.295	150.708	343.003
Passivos Adquiridos de ou transferi	(30.255)	-	(30.255)
Valor Final	16.605.211	15.012.750	31.617.961

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos

financeiros que os compõem, conforme Nota 8.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Em passivos subordinados, o montante registado de Euros 5.000.000 respeita ao empréstimo subordinado concedido pela

VICTORIA – Seguros, S.A., com os requisitos técnicos para reforço dos fundos próprios elegíveis para efeitos de Solvência II.

NOTA 18 – OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta conta é analisado como segue:

	2022	2021
Tomadores de Seguros	4.989.288	5.003.812
Mediadores de Seguros	214.730	294.471
Co-Seguros	36.626	74.453
Sub-total	5.240.644	5.372.736
Resseguradores	81.431	295.973
Outros Credores	2.104.671	2.025.815
TOTAL	7.426.746	7.694.524

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 4.669.448 (2021: Euros 4.337.902) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados

pelos clientes. A rubrica Outros Credores inclui o saldo com a VICTORIA – Seguros, S.A no montante de Euros 1.721.032 (2021: Euros 1.697.725) e ainda o montante relativo a Depósitos à ordem referidos na Nota 1.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

NOTA 19 – PASSIVOS DE LOCAÇÃO

Os passivos resultantes dos ativos sob direito de uso, são os seguintes:

Passivos de Locação	2022	2021
Terrenos e Edifícios	-	424.956
Ativos tangíveis	76.110	125.396
	76.110	550.352

Os compromissos assumidos na componente variável destes contratos, não incluídos na mensuração do passivo de locação, totaliza

Euros 36.416 e tem a seguinte distribuição temporal:

2023	2024	2025	2026
22 578	8 783	3 087	1 968

NOTA 20 – ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e

rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

	2022	2021
Rendas e Alugueres	39.948	39.790
Outros acréscimos e diferimentos	202.180	131.529
Total	242.128	171.319

Acréscimos e diferimentos no Passivo

	2022	2021
Férias e subsídio de férias	422.570	405.904
Outros encargos com pessoal	104.586	100.461
Incentivos comerciais e de	821.200	557.599
Rendas e alugueres	413.173	237.237
Outros acréscimos e diferimentos	637.309	578.287
Total	2.398.838	1.879.488

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

NOTA 21 – CAPITAL PRÓPRIO**I. Capital**

O capital social da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A., no montante de Euros 8.500.000, detido na sua totalidade pela VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., é representado por 1.700.000 ações de valor nominal de Euros 5 cada, encontra-se integralmente subscrito e realizado em numerário.

Em 2003, de acordo com a deliberação da Assembleia Geral Extraordinária de 16 de junho, a Empresa procedeu a um aumento do

capital social de Euros 1.000.000 pela emissão de 200.000 novas ações de valor nominal de Euros 5, e prémio de emissão de Euros 2.500.000.

II. Reservas de Reavaliação

As Reservas de reavaliação sofreram no decurso do exercício de 2022, as seguintes alterações:

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
De Justo Valor de Activos Financeiros	3.753.105	(5.142.963)	(1.006.763)	(2.396.621)
Instrumentos de capital e Unid Participação	978.499	(322.969)	13.306	668.836
Títulos de Dívida	2.774.606	(4.819.994)	(1.020.069)	(3.065.457)
Dívida Pública	602.744	(692.227)	(172.632)	(262.115)
De Outros Emissores Públicos	168.982	(294.059)	(39.131)	(164.208)
De Outros Emissores	2.002.880	(3.833.708)	(808.306)	(2.639.134)
Terrenos e Edifícios	303.356	(274)	-	303.082
Total	4.056.461	(5.143.237)	(1.006.763)	(2.093.539)
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")	(179.908)	179.908		-
Total	3.876.553	(4.963.329)	(1.006.763)	(2.093.539)

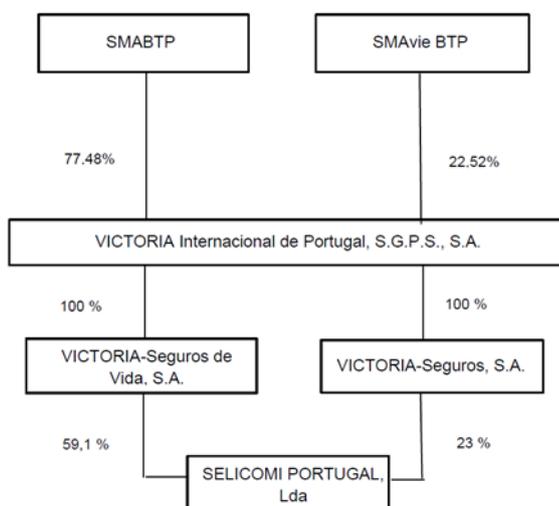
III. Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. tem de constituir uma reserva legal de pelo menos

10% sobre o resultado líquido anual, até à concorrência do Capital social.

NOTA 22 – TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

No decurso de 2021, as entidades relacionadas da Companhia podem ser analisadas como se segue:



A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

GANHOS E PERDAS	VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, SA	VICTORIA-Seguros, SA	Selicomi	ASEFA	SMA Vie	Investimo	Imperio Assurance
Prêmios Adquiridos de Seguro Direto				49 899			
Prêmios Adquiridos de Resseguro Cedido							(13 878)
Rendimentos de investimentos			439 718				
Total dos Proveitos	-	-	439 718	49 899	-	-	(13 878)
Custos e gastos de exploração - comissões Resseg							(913)
Custos com sinistros - parte dos resseguradores							(2 100)
Variação Provisões Técnicas							
Outros Gastos Gerais e Administrativos	149 122	200 000		-	114 546	30 000	-
Total dos Custos	149 122	200 000	-	-	114 546	30 000	(3 013)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2022	(149 122)	(200 000)	439 718	49 899	(114 546)	(30 000)	(10 865)
Líquido Proveitos/ (Custos) 2021	(139 231)	(200 000)	423 430	40 920	(122 344)	(30 000)	(8 293)

BALANÇO	VICTORIA Internacional de Portugal, SGPS, SA	VICTORIA-Seguros, SA	Selicomi	ASEFA	SMA Vie	Investimo	Imperio Assurance
Ativo							
Empréstimos e contas a receber			7.592.042				
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido							
Outros Devedores por operações de seguro e outras	1.845.826						
Total do Ativo	1.845.826	-	7.592.042	-	-	-	-
Passivo							
Passivos Subordinados		5.000.000					
Depósitos recebidos de resseguradores							
Outros Credores por operações de seguro e outras		1.721.032					10.864
Total do Passivo	-	6.721.032	-	-	-	-	10.864
Líquido Ativo / (Passivo) 2022	1.845.826	(6.721.032)	7.592.042	-	-	-	(10.864)
Líquido Ativo / (Passivo) 2021	2.020.246	(6.697.725)	7.592.042	-	-	-	(3.547)

As transações efetuadas com as entidades VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. e VICTORIA – Seguros, S.A. revestem a natureza meramente administrativa.

No que se refere às entidades SMA Vie e Investimo, desenvolvem a atividade de *front office* da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

NOTA 23 – ELEMENTOS EXTRA PATRIMONIAIS

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2022 e 2021, são analisadas como segue:

Natureza da Garantia	2022	2021
Avales, fianças e outras garantias de crédito		
Águas de Portugal	-	6.089
Total	-	6.089

Fundos de Pensões

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela Companhia era de Euros 14.728.315 (2021: Euros 16.777.995), dos quais Euros 2.105.411 (2021: Euros 2.222.722) têm taxa garantida.

VI – NOTAS À CONTA DE GANHO E PERDAS

NOTA 24 – PRÉMIOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Relativamente ao Seguro de Vida, temos:

Prémios brutos emitidos de seguro directo	2022	2021
Relativos a contratos individuais	14.462.246	14.411.362
Relativos a contratos de grupo	16.312.748	15.918.122
Relativos a contratos de grupo em LPS	49.915	44.255
	30.824.909	30.373.739
Periódicos	18.737.637	18.560.271
Periódicos em LPS	49.915	44.255
Não Periódicos	12.037.357	11.769.213
	30.824.909	30.373.739
De contratos sem participação nos resultados	10.452.088	9.817.237
De contratos com participação nos resultados	20.322.906	20.512.247
De contratos com participação nos resultados em	49.915	44.255
	30.824.909	30.373.739
Prémios brutos emitidos de resseguro aceite		
Saldo de resseguro	(741.930)	(658.500)

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

A VICTORIA iniciou em 2016, junto das autoridades competentes, o processo de autorização para explorar em Espanha, em regime de livre prestação de serviços, todas as

modalidades de seguro de vida. O impacto desse negócio, na receita de prémios de 2022 foi de 49.915€ (em 2020: 44.255€).

NOTA 25 – COMISSÕES RECEBIDAS DE CONTRATOS DE SEGURO CONSIDERADOS PARA EFEITOS CONTABILÍSTICOS COMO CONTRATOS DE INVESTIMENTO

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

	2022	2021
Encargos Subscrição	4.642	6.802
Comissão de Gestão	342.390	334.375
Encargos Resgate	28.630	9.624
	375.662	350.801

NOTA 26 – CUSTOS COM SINISTROS

Os custos com sinistros de contratos de seguros, são analisados da seguinte forma:

Custos com sinistros	2022	2021
Vida	27.415.181	25.851.806
Vencimentos	11.421.202	10.474.979
Capitais morte ou Invalidez	3.949.976	3.407.706
Rendas	2.883.296	4.056.802
Resgates	7.802.605	6.804.286
Outras	250.715	38.007
Custos gestão imputados	1.107.387	1.070.026

NOTA 27 – VARIAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Decorrente das alterações às provisões técnicas, conforme explanado na Nota 15, os impactos são analisados da seguinte forma:

-A provisão matemática do ramo Vida, registou em 2022 um decréscimo de Euros 6.374.764 situação idêntica à verificada nos últimos anos,

nomeadamente em 2021 que registou um decréscimo de Euros 4.604.341.

-As outras provisões técnicas correspondem à provisão para compromissos de taxa, que como explicado na Nota 15, evidenciou uma diminuição de Euros 9.802.500.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

-A participação de resultados da Companhia registou uma dotação total de Euros 3.675.459 (2021: Euros 2.344.989), sendo em parte compensado pela existência de contratos em resseguro no montante de Euros 720.690 (2021: Euros 599.564).

NOTA 28 – Custos e gastos de exploração

Como custos e gastos de exploração, a Companhia regista os custos incorridos quer com a angariação de novos contratos, bem como com a manutenção da carteira existentes. A sua composição, e analisada como se segue:

	2022		2021	
	Contratos de Seguros	Contratos de Investimento	Contratos de Seguros	Contratos de Investimento
Custos de aquisição	5.182.295	173.287	5.277.997	156.132
Remunerações e outros custos	2.410.038	60.192	2.920.387	55.081
Custos imputados	2.772.257	113.095	2.357.610	101.051
Gastos administrativos	4.971.674	179.684	4.329.930	151.280
Outros custos	16.886		290.635	
Custos imputados	4.954.788	179.684	4.039.295	151.280
Total	10.153.969	352.971	9.607.927	307.412

NOTA 29 – RENDIMENTOS / RÉDITOS DE INVESTIMENTOS

Os critérios de valorimetria utilizados na mensuração dos investimentos estão referidos na nota III. Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

	2022	2021
Terrenos e Edifícios	2.124.794	2.101.777
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Associadas	183.440	176.857
Activos financeiros detidos para negociação		
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por	255.809	257.304
Instrumentos de Capital e Unid Participação	6.332	4.557
Títulos de Dívida	249.477	252.747
Activos disponíveis para venda	1.448.982	1.451.517
Instrumentos de Capital e Unid Participação	-	167
Títulos de Dívida	1.448.982	1.451.350
Empréstimos concedidos e contas a receber	258.305	248.841
Depósitos	163	-
Empréstimos concedidos	258.142	248.841
Investimentos a deter até à maturidade	175.186	174.844
Instrumentos de Capital e Unid Participação		
Títulos de Dívida	175.186	174.844
TOTAL	4.446.516	4.411.140

Os rendimentos de investimentos em associadas, respeitam a lucros distribuídos no ano pela sociedade SELICOMI Portugal, Lda.

NOTA 30 – GASTOS FINANCEIROS

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 36.

NOTA 31 – GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS AO JUSTO VALOR POR RESERVAS

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por reservas é analisada como segue:

	2022	2021
Activos disponiveis para venda		
Instrumentos de Capital e Unid Participação	(28 425)	(96 608)
Títulos de Dívida	(5 533 173)	31 088
Sub - Total	(5 561 598)	(65 520)
Terrenos e Edificios	19 860	(7 058)
Total	(5 541 738)	(72 578)

NOTA 32 – GANHOS E PERDAS EM INVESTIMENTOS AO JUSTO VALOR POR RESULTADOS

Os ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por resultados é analisada como segue:

Ativos Financeiros	2022		2021	
	Valias Realizadas	Ajustamento ao Justo Valor	Valias Realizadas	Ajustamento ao Justo Valor
Activos financeiros detidos para negociação				
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	(399.008)	(2.457.591)	67.098	(132.973)
Instrumentos de Capital e Unid Participação	(378.589)	(1.264.943)	84.724	152.646
Títulos de Dívida	(20.419)	(1.192.648)	(17.626)	(285.619)
TOTAL	(399.008)	(2.457.591)	67.098	(132.973)

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Passivos Financeiros	2022	2021
Gastos em passivos	(1.669.372)	(1.612.985)
Ganhos em passivos	2.944.895	359.369
TOTAL	1.275.523	(1.253.616)

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos ativos financeiros afetos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

NOTA 33 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS TÉCNICOS

O saldo é como segue:

	2022	2021		2022	2021
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	-	-	Por gestão Co-Seguro		
Por gestão Fundos de Pensões	97.281	65.040	Por gestão Fundos de Pensões	180.118	198.590
Por outros	-	7	Por outros	2.851	10.067
Sub-total	97.281	65.047		182.969	208.657
Total	85.688	143.610			

NOTA 34 – OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÕES)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da Companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda

uma provisão para fazer face a responsabilidades assumidas enquanto entidade gestora de Fundos de Pensões. Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização/Tr	Saldo final
Outras Provisões	191.031	-	49.049	-	141.982

NOTA 35 – OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

O saldo é como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022	2021		2022	2021
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Multas e penalidades	24.000	-	Restituição impostos		
Quotizações diversas e donativos	12.685	16.395	Outros rendimentos e ganhos	51.736	111.508
Outros gastos e perdas	8.038	6.582			
Gastos e perdas financeiras			Rendimentos e ganhos financeiros		
Juros suportados	45	185	Juros obtidos	-	280
Outros gastos e perdas	14.637	12.616	Outros rendimentos e ganhos	112	
Ajustamentos			Ajustamentos		
De recibos por cobrar	-	-	De recibos por cobrar	16.361	55.051
De créditos de cobrança duvidosa	9.399	-	De créditos de cobrança duvidosa		31.774
Perdas em Activos Tangíveis	-	141.178	Ganhos em Activos Tangíveis	-	-
			Outros	2	-
Sub-total	68.804	176.956		68.211	198.613
Total	(593)	21.657			

NOTA 36 – GASTOS DIVERSOS POR FUNÇÃO

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

	2022	2021
Despesas com Pessoal	5.019.738	4.445.705
Fornecimento e Serviços Externos	3.146.645	2.858.767
Impostos e Taxas	63.496	64.209
Amortizações do Exercício	1.448.315	1.369.594
Juros Suportados	230.291	261.125
Comissões	195.040	202.211
Total	10.103.525	9.201.611

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários dos Revisores Oficiais de contas que têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 44.300 Euros;

-Serviços de certificação dos elementos de informação para efeitos de Solvência II e outros serviços de garantia de fiabilidade, no montante de 28.000 Euros;

-Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 14.200 Euros, relativos aos Fundos de Pensões geridos pela VICTORIA – Seguros de Vida, SA

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, é analisada da seguinte forma:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	2022		2021	
	Contratos de Seguros	Contratos de Investimento	Contratos de Seguros	Contratos de Investimento
Custos com sinistros	1.118.335		1.039.556	
Custos de exploração	7.160.745	292.780	6.396.905	252.331
Custos de aquisição	2.523.165	113.096	2.357.610	101.051
Custos administrativos	4.637.580	179.684	4.039.295	151.280
Custos com investimentos	957.262	257.195	981.324	255.915
Custos Gestão Fundos de Pensões	317.208		275.580	
Total	9.553.550	549.975	8.693.365	508.246

NOTA 37 – GASTOS COM O PESSOAL**Número médio de trabalhadores**

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o

exercício a empresa teve, além de 1 membro do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 85 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados	
	2022	2021
Quadros superiores	17	17
Quadros médios	6	6
Profissionais altamente qualificados	19	19
Profissionais qualificados	41	43
Profissionais semi – qualificados	1	1
Estagiários e aprendizes		
Total	84	86

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 são analisados como segue:

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Rubricas	2022	2021
Remunerações		
dos órgãos sociais	229.803	114.486
do pessoal	3.476.126	3.317.087
Encargos sobre remunerações	864.033	800.070
Benefícios pós-emprego		
Planos de contribuição definida	52.174	51.469
Planos de benefício definido	16.787	21.654
Outros benefícios a longo prazo dos	-	12.275
Benefícios de cessação de emprego	-	-
Seguros obrigatórios	83.993	74.965
Gastos de ação social	20.438	18.295
Outros gastos com pessoal	276.384	35.404
Total de custos com pessoal	5.019.738	4.445.705

Os órgãos da Companhia responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da Companhia no Grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial
- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

e sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Orgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		VIDA	SEGUROS
Conselho Executivo	2	244.178	228.175
Gestão Topo	11	427.484	769.995
Gestão intermédia I	23	510.991	877.948

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

Governo da Sociedade

Os órgãos sociais da VICTORIA, nomeadamente os membros não executivos do Conselho de Administração, os quais integram outros órgãos de gestão de sociedades do Grupo SMA,

e a Mesa da Assembleia Geral, não auferem qualquer tipo de remuneração fixa ou variável. Os membros do Conselho Fiscal auferem um valor anual fixo que é definido pelo Conselho de Administração em função da complexidade das funções desempenhadas e da situação económica da empresa.

O Conselho Executivo é composto pelo Administrador-Delegado e por um

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Administrador, os únicos membros do Conselho de Administração com funções executivas. Ambos sustentam a sua política de remuneração nas duas componentes básicas: remuneração fixa e remuneração variável.

A definição e aprovação dos valores que devem ser aplicados relativamente à política de remuneração desta função é da responsabilidade do Conselho de

Administração da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A., sendo ratificados nas Assembleias Gerais das duas sociedades operacionais.

Os benefícios atribuídos aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização, apresentados de forma agregada e individual, são os seguintes:

			2022	2021
Conselho de Administração			250.831	123.844
Administrador Delegado	Cyrille Mascarelle	Outras remunerações	-	14.195
		Bónus Anual	-	16.291
Administrador Delegado	Francisco Campilho	Outras remunerações	188.875	93.358
		Bónus Anual	61.956	-
Vogal	Carlos Suárez	Outras remunerações	-	-
		Bónus Anual	-	-
Conselho Fiscal			19.000	6.000
Presidente	João de Lara Everard	Outras remunerações	-	-
Vogal	Santiago Gil de Biedma	Outras remunerações	-	3.000
Vogal	António Vilar Ribeiro	Outras remunerações	-	3.000
Vogal	Célia Maria Custódio	Outras remunerações	9.500	-
Vogal	Eduardo Roque Rêgo	Outras remunerações	9.500	-

VII) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

O ano de 2023, ficará indubitavelmente marcado pela entrada em vigor a 01 de janeiro de 2023, da norma contabilística IFRS 17 – Contrato de Seguro, que vem substituir a atual IFRS 4 e pela IFRS 9 – Instrumentos Financeiros que vem substituir a IAS 39.

A adoção da IFRS 17, para além de novas regras para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos contratos de seguro e de resseguro, reveste-se igualmente por uma

alteração estrutural profunda e significativa, da forma como os contratos de seguros são contabilizados e, conseqüentemente, das demonstrações financeiras das empresas de seguros, pelo que é considerado um marco importante para o setor segurador a nível internacional.

O objetivo da norma, visa reforçar a transparência, a consistência e a comparabilidade das demonstrações

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

financeiras, e providenciar informação mais adequada sobre o negócio segurador, possibilitar aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliarem o efeito dos contratos de seguro sobre a posição financeira da entidade, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

A IFRS 17 aplica-se a contratos de seguro e resseguro, bem como a contratos de investimento com características de participação discricionária. Embora o conceito de contrato de seguro em IFRS17, não seja substancialmente diferente do preconizado pela IFRS 4, esta prevê que algumas componentes existentes nos contratos, possam ser excluídas do âmbito da IFRS 17.

Deste facto resulta que, a adoção da IFRS 17 implica a avaliação da carteira de seguros tendo em conta os seus direitos e obrigações de carácter substantivo, quer estes decorram de um contrato, de disposições legislativas ou regulamentares.

Sendo o objetivo da IFRS 17 assegurar que uma entidade represente fielmente os contratos de seguro, a companhia tem de proceder à definição das metodologias e opções contabilísticas mais apropriadas sobre os vários temas exigidos pela norma.

Da análise efetuada aos produtos existentes, a companhia decidiu proceder à criação de 12 grupos de contratos tendo em consideração fatores como a tipologia de risco e forma de gestão, se estão em comercialização e se têm participação de resultados. Desta análise, um

dos produtos foi reclassificado para IFRS 9 por se tratar de um seguro de capital diferido com contra-seguro do prémio e sem participação de resultados.

No que respeita aos modelos de mensuração, e conforme previsto na norma, a companhia adota o Premium Allocation Approach ou Abordagem de imputação dos prémios, aos grupos de contrato de curto prazo ou seja, aos comumente denominados contratos anuais renováveis. Neste modelo, sendo um método simplificado, o Passivo de Seguros resultante é semelhante à atual Provisão para prémios não adquiridos.

Os restantes grupos de contratos são mensurados pelo Modelo Geral de Mensuração. Neste modelo, o Passivo de Seguros é calculado tendo em consideração a estimativa dos fluxos de caixa futuros, a taxa de desconto por forma a refletir o valor temporal do dinheiro e os riscos financeiros relacionados com os fluxos de caixa futuros, o ajustamento de risco de forma a refletir a incerteza resultante de riscos não financeiros e a margem de serviços futuros, que representa o lucro futuro a reconhecer ao prestar o serviço do contrato.

A aplicação deste modelo de mensuração aproxima-se dos atuais critérios de Solvência II, nomeadamente ao nível da estimativa dos fluxos de caixa. No entanto, enquanto o focus de Solvência II é centrado nas exigências de capital tendo por base um balanço avaliado por critérios económicos a uma determinada data,

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

a IFRS 17 como norma de reporte que é, está focada em demonstrar, para além da posição financeira representada em balanço, atenta também à performance obtida no período, nomeadamente através do resultado de contratos de seguro e do resultado da componente financeira dos contratos de seguro. Conceitos como margem de serviços futuros, inexistente em Solvência II, assumem uma preponderância enorme em IFRS17 pelo facto da sua libertação ter de acompanhar a cobertura do risco.

As sinergias destes dois regimes, que anteriormente se julgavam ser uma mais valia, revelaram-se insuficientes e exigiu um esforço enorme às seguradoras, ao nível dos recursos humanos e financeiros. Em termos tecnológicos a opção seguida pela VICTORIA, depois de consultar diversas soluções disponíveis no mercado a opção recaiu na solução já existente para efeitos de Solvência II – o Prophet. Desta feita, foi necessário proceder à aquisição da solução IFRS 17 da FIS, com a componente de integração direta no sistema contabilístico da companhia, por forma a garantir um mapeamento direto entre a parte atuarial e a contabilística, otimizando as possibilidades de divulgações.

Esta decisão teve como fatores principais o facto de ser uma solução reconhecida no mercado segurador, ser conhecida dos utilizadores e testada ao nível da Solvência II (Vida em particular), ser implementada pela própria softwarehouse. Desta forma,

procurou-se minimizar riscos associados à escolha de uma solução desconhecida e otimizar o tempo de implementação pelos fatores acima mencionados, terminologias familiares por partes dos utilizadores VICTORIA e produtos conhecidos por parte do implementador.

Conforme já foi mencionado, a norma IFRS 17 entra em vigor a 1 de janeiro de 2023 e irá exigir a divulgação comparativa com o ano anterior. O princípio base da transição para o novo normativo é o de que os contratos em vigor na data de início de aplicação da IFRS 17 devem ser mensurados como se o normativo estivesse em vigor desde a data da sua comercialização (abordagem retrospectiva total). Na impossibilidade de adotar a abordagem retrospectiva total, por dificuldades técnicas ou problemas de exequibilidade, existe ainda a abordagem retrospectiva modificada e a abordagem de justo valor.

Da análise efetuada à carteira, a companhia optou pela abordagem retrospectiva total e abordagem de justo valor, tendo como fatores de decisão, a qualidade dos dados disponíveis, a antiguidade dos grupos de contrato, a complexidade dos sistemas informáticos onde estão residentes os produtos e o número de contratos pertencentes a cada um dos grupos. A entrada da IFRS 17 é acompanhada pela entrada em simultâneo da IFRS 9, com o objetivo de amenizar o mismatch entre ativos e passivos uma vez que quer ativos quer passivos passarão a estar avaliados ao justo

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

valor e serão sensíveis à evolução das taxas de juro.

A IFRS 9 introduziu uma nova abordagem na classificação e mensuração dos instrumentos financeiros, que assenta no modelo de negócio definido pela gestão e na natureza dos instrumentos. A norma também exige que as entidades avaliem periodicamente se os seus ativos financeiros estão sujeitos a perdas de crédito, estabelecendo um modelo de perda de crédito esperado (Expected Credit Loss - ECL) para cálculo das imparidades em ativos financeiros.

Outros eventos que não os relacionados com o normativo contabilístico, mas que de forma significativa também influenciam a atividade das empresas, e em particular a atividade seguradora, encontram-se abaixo descritos.

O ano de 2023 iniciou-se já praticamente livre dos efeitos da pandemia de Covid-19 que assolou o Mundo nos últimos 3 anos. Graças ao desenvolvimento e distribuição de vacinas a nível global, os níveis de severidade e mortalidade da doença desceram significativamente e permitiram a retirada da maioria das medidas de controlo sanitário que afetavam a vida de todos nós. A China, país onde a pandemia teve o seu início, foi o último país a flexibilizar as medidas de controlo da doença, tendo abandonado a Política de Covid zero no final de 2022.

A Guerra na Ucrânia iniciou-se em finais de fevereiro de 2022, após a invasão por tropas russas. A expectativa de uma resolução rápida

do conflito, foi-se desvanecendo pouco a pouco, e mais de 1 ano após o seu início é difícil prever em que de data e de que forma poderá a Paz ser alcançada. Para além do devastador impacto humano, a guerra tem tido um forte impacto económico no mundo. A tendência de subida das pressões inflacionistas, que se tinha iniciado com a recuperação económica num contexto pós pandemia, agravou-se de forma substancial com os efeitos do conflito no preço da energia e algumas matérias primas, como o trigo. A inflação atingiu em 2022 valores máximos das últimas décadas e obrigou os bancos centrais a intervirem aumentando as taxas de juro.

O processo de ajustamento económico não está ainda concluído. Apesar de a economia global se mostrar resiliente ao efeito da subida das taxas de juro, a estabilidade de preços ainda não foi atingida, não estando dessa forma concluído o ciclo de subida nos juros. Este ano, e até ao momento atual, a Reserva Federal nos Estados Unidos da América, subiu a taxa diretora em 25 p.b. para 4,75%, sendo expectável que possa ainda subir mais 75 p.b. para 5,25%. Na Europa, o Banco Central Europeu, iniciou em 2022 o ciclo mais rápido de subida de juros da sua história, tendo, porém, já em 2023 subida a taxa de referência em mais 50 p.b. para 3%, podendo ainda ir até aos 3,5%. Assim neste contexto de alteração do paradigma de taxas de juro muito baixas que nos acompanhou nos últimos anos, o nível de incerteza mantém-se elevado, apesar de

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

globalmente se antever que a recessão económica será evitada e que a estabilidade monetária regresse.

No caso da VICTORIA, o ambiente de incerteza poderá implicar alguma volatilidade no preço dos ativos financeiros detidos, porém, a subida das taxas de juro permite antecipar uma recuperação dos rendimentos, assente quer nos novos investimentos quer através dos reinvestimentos feitos a taxas de juro superiores.

A redução do ritmo de crescimento económico e o aumento generalizado do nível de preços, tornam a atividade da companhia mais desafiante, sendo expectável as linhas de negócio mais sensíveis à atividade económica possam apresentar indicadores de crescimento mais comedidos. Igualmente desafiante é o impacto do nível de preços nos custos com sinistros e na globalidade das despesas da companhia e que obrigará a manter uma disciplina financeira apertada.

Neste momento e tendo em conta todas as análises e estudos efetuados, entende

a companhia, que, relativamente aos ativos intangíveis registados, nomeadamente projetos informáticos em curso, a atual situação não coloca em causa a sua pertinência e conseqüentemente a continuidade dos mesmos.

A temática das Finanças Sustentáveis será uma prioridade para o exercício, ao longo do qual se implementarão um conjunto de iniciativas que visam dar corpo à estratégia de longo prazo do Conselho de Administração.

Adicionalmente, parte dos riscos mencionados deverá continuar a ser mitigada pelas esperadas medidas económicas e sociais adotadas pelo Governo, nomeadamente no apoio às famílias, à habitação e na mitigação dos efeitos da subida da inflação.

Por parte do Conselho de Administração, não se perspetivam alterações de políticas que possam impactar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa..

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados. Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo

valor de ativos e passivos pela VICTORIA - Seguros de Vida, S.A. são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

Ativos financeiros disponíveis para venda, Ativos financeiros reclassificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos financeiros detidos para negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos,

normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES ÀS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

IX.1 ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação

financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

IX.2 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRARAM EM VIGOR NO EXERCÍCIO

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela

primeira vez no exercício iniciado em 1 de janeiro de 2022:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Emenda à norma IFRS 3	1-jan-22	Esta emenda corresponde à atualização da referência à estrutura concetual de 2018; requisitos adicionais para análise de obrigações de acordo com norma IAS 37 ou IFRIC 21 na data de aquisição; e clarificação explícita que ativos contingentes não são reconhecidos numa combinação de negócio.

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Emenda à norma IAS 16 – “Proceeds before intended use”	1-jan-22	Esta emenda corresponde a uma alteração à norma IAS 16 para proibição de dedução ao custo de um ativo tangível de proveitos relacionados com a venda de produtos antes do ativo estar disponível para uso.
Emenda à norma IAS 37 – Contratos Onerosos	1-jan-22	Esta emenda corresponde a clarificação que custos de cumprimento de um contrato correspondem a custos diretamente relacionados com o contrato.
Melhoramentos anuais 2018-2020	1-jan-22	Correspondem essencialmente a emendas às seguintes normas: - IFRS 1 – expediente prático que permite que uma subsidiária que adote pela primeira vez IFRS numa data posterior à sua empresa mãe possa optar pela mensuração das diferenças de transposição cumulativas relativamente a todas as unidades operacionais estrangeiras pela quantia que seria incluída nas demonstrações financeiras da empresa mãe, com base na data de transição da empresa mãe para as IFRS; - IFRS 9 – clarifica as comissões que devem ser incluídas no teste de 10% para efeitos de desreconhecimento de um passivo financeiro.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, decorrente da adoção das normas,

interpretações, emendas e revisões acima referidas.

IX. 3 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES QUE ENTRAM EM VIGOR EM EXERCÍCIOS FUTUROS

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à

data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
IFRS 17 - Contratos de Seguros	1-jan-23	Esta norma estabelece, para os contratos de seguros dentro do seu âmbito de aplicação, os princípios para o seu reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação. Esta norma substitui a norma IFRS 4 - Contratos de Seguros.
Emenda à norma IAS 8 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros – Definição de estimativas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 altera a definição de estimativa contabilística para montante monetário nas demonstrações financeiras sujeito a incerteza de mensuração.
Emenda à norma IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras e IFRS Practice Statement 2 – Divulgação de políticas contabilísticas	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em fevereiro de 2021 clarifica que devem ser divulgadas as políticas contabilísticas materiais, em vez das políticas contabilísticas significativas, tendo introduzido exemplos para identificação de política contabilística material.
Emenda à norma IAS 12 Impostos sobre o rendimento – Impostos diferidos	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em maio de 2021 clarifica que a isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos não se aplica em transações que produzam montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis
Emenda à norma IFRS 17 – Contratos de seguro – aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – informação comparativa	1-jan-23	Esta emenda publicada pelo IASB em dezembro de 2021 introduz alterações sobre informação comparativa a apresentar quando uma entidade adota as duas normas IFRS 17 e IFRS 9 em simultâneo.

Estas emendas apesar de aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não foram adotadas pela Empresa em 2022, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória. Da

implementação da IFRS 17, e conforme explicitado no ponto VII, os impactos na operativa da companhia são significativos, no

Notas às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021

entanto o impacto financeiro ainda não se encontram quantificado.

IX.4 NORMAS, INTERPRETAÇÕES, EMENDAS E REVISÕES AINDA NÃO ADOTADAS PELA UNIÃO EUROPEIA

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Descrição
Emendas à norma IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – Classificação de passivos como correntes e não correntes; Diferimento da data de aplicação; Passivos não correntes com <i>covenants</i>	1-jan-24	Estas emendas publicadas pelo IASB clarificam a classificação dos passivos como correntes e não correntes analisando as condições contratuais existentes à data de reporte. A emenda relativa a passivos não correntes com <i>covenants</i> clarificou que apenas as condições que devem ser cumpridas antes ou na data de referência das demonstrações financeiras relevam para efeitos da classificação como corrente/não corrente, adiando ainda a data de aplicação para 1 de janeiro de 2024

Estas normas não foram ainda adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia e, como tal, não foram aplicadas pela Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Relativamente a estas normas e interpretações, emitidas pelo IASB mas ainda

não aprovadas (“*endorsed*”) pela União Europeia, não se estima que a futura adoção das mesmas decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras anexas.

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS									
	1.1 - Nacionais									
	1.1.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.1.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	Selicomi, Lda		591			591,00		591,00		
	sub-total		591			591,00		591,00		
	1.1.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.1.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total		591			591,00		591,00		
	1.2 - Estrangeiras									
	1.2.1 - Partes de capital em empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.2 - Obrigações de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.3 - Outros títulos de empresas do grupo									
	sub-total									
	1.2.4 - Partes de capital em empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.5 - Obrigações de empresas associadas									
	sub-total									
	1.2.6 - Outros títulos de empresas associadas									
	sub-total									
	sub-total		591			591,00		591,00		
	total		591			591,00		591,00		
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		110.000	9957%		109.523,72	99,89	109.883,00	667,00	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		180.000	9915%		178.461,92	99,84	179.707,00	2.311,00	2,875%
PTOTEAOE0021	O.T. JUN TF 08/23 - AFS		250.000	10145%		253.613,06	101,73	254.315,00	2.272,00	4,950%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		2.650.000	9957%		2.638.526,18	99,57	2.638.526,00	16.073,00	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - HTM		3.050.000	9903%		3.020.505,62	99,03	3.020.506,00	39.159,00	2,875%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		880.000	9859%		867.592,00	99,89	879.067,00	5.337,00	2,875%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	
PTOTETO0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		570.000	9625%		548.625,00	99,84	569.071,00	7.318,00	2,875%
PTOTEAOE0021	O.T. JUN TF 08/23 - AFS		580.000	11073%		642.234,00	101,73	590.011,00	5.270,00	4,950%
	sub-total		8.270.000			8.259.081,50		8.241.086,00	78.407,00	
	2.1.1.2 - De outros emissores públicos									
	sub-total		-			0,00		0,00		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175	0%		0,00	0,00	0,00	0,00	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125	0%		0,00	0,00	0,00	0,00	
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75	0%		0,00	0,00	0,00	0,00	
913012876001	COPINAQUE 90/95		249	0%		0,00	0,00	0,00	0,00	
913910003301	FABRIFER 91/96		100	0%		0,00	0,00	0,00	0,00	
913012886001	SOMEK 92/97		150	0%		0,00	0,00	0,00	0,00	
913012886002	SOMEK 94/99		349	0%		0,00	0,00	0,00	0,00	
	sub-total		1.222			0,00		0,00	0,00	
	sub-total		8.271.222			8.259.081,50		8.241.086,00	78.407,00	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
	sub-total		-			0,00		0,00		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total		-			0,00		0,00		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
	sub-total		-			0,00		0,00		
	2.1.2.4 - Outros									
	FUNDO COMPENSAÇÃO TRABALHADOR	10.003				11.009,00		11.773,00		
	sub-total	10.003				11.009,00		11.773,00		
	sub-total	10.003				11.009,00		11.773,00		
	total	10.003	8.271.222			8.270.090,50		8.252.859,00	78.407,00	
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
FR0127176370	FRENCH T - BILL (CUP ZERO) 22/23		1.950.000	9996%		1.949.292,00	99,43	1.938.963,00	0,00	0,000%
FR0127034694	FRENCH T - BILL 22/23 (CUP ZERO)		240.000	10001%		240.015,99	100,00	239.990,00	0,00	0,000%
FR0127462846	FRENCH T - BILL 22/23(CUP ZERO)		2.300.000	9964%		2.291.705,21	99,64	2.291.812,00	0,00	0,000%
FR0127317016	FRENCH T -BILL 22/23 (CUP ZERO)		600.000	9971%		598.231,45	98,83	592.968,00	0,00	0,000%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	10352%		828.159,84	103,57	828.568,00	49.452,00	6,250%
IT0005439275	BUONI POL DEL TES TF 21/24		160.000	9955%		159.284,21	96,01	153.613,00	0,00	0,000%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		900.000	9337%		840.341,92	90,58	815.211,00	222,00	0,250%
FR0013286192	FRANCE O.A.T. TF 17/28		400.000	9869%		394.772,00	89,44	357.744,00	1.808,00	0,750%
FR0013451507	FRANCE O.A.T. TF 18/29		900.000	8627%		776.413,00	82,08	738.738,00	0,00	0,000%
FR0014002WK3	FRANCE O.A.T. TF 21/31		3.200.000	8003%		2.560.914,39	76,76	2.456.192,00	0,00	0,000%
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	10158%		507.883,94	101,75	508.760,00	29.110,00	8,500%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	10181%		2.137.982,07	101,03	2.121.672,00	16.383,00	4,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		370.000	10315%		381.663,64	97,30	360.006,00	5.575,00	2,500%
GRR000000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	2%		110,06	0,17	1.071,00	0,00	0,000%
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		2.400.000	10003%		2.400.799,91	99,91	2.397.840,00	86.301,00	3,750%
FR0127176370	FRENCH T - BILL (CUP ZERO) 22/23		550.000	9990%		549.424,94	99,43	546.887,00	0,00	0,000%
FR0127462846	FRENCH T - BILL 22/23(CUP ZERO)		472.000	9962%		470.205,93	99,64	470.320,00	0,00	0,000%
FR0127317016	FRENCH T -BILL 22/23 (CUP ZERO)		150.000	9950%		149.251,65	98,83	148.242,00	0,00	0,000%
FR0127317008	FRENCH T-BILL 22/23 (CUP ZERO)		100.000	9946%		99.460,43	99,71	99.708,00	0,00	0,000%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		20.000	9560%		19.120,00	90,58	18.116,00	5,00	0,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		50.000	10618%		53.090,00	97,30	48.649,00	754,00	2,500%
	sub-total		18.792.000			17.408.122,58		17.135.070,00	189.610,00	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		1.110.000	9989%		1.108.746,14	99,09	1.099.899,00	24.557,00	2,375%
FR0014007RB1	CAISSE D'AMORT DETTE SOC TF 22/32		300.000	9987%		299.601,81	77,19	231.567,00	1.280,00	0,450%
FR001400DCH4	CAISSE DES DEPOTS ET CON TF 22/27		900.000	9925%		893.290,71	98,01	882.108,00	5.400,00	3,000%
ES0224261034	CORES TF 14/24		400.000	9990%		399.585,20	98,73	394.916,00	2.082,00	2,500%
EU000A2SCAD0	EFSF TF 22/25		600.000	9886%		593.181,11	95,93	575.586,00	394,00	1,500%
DE000A2TSTQ2	KFW 19/23		4.400.000	10054%		4.423.954,63	100,35	4.415.312,00	1.037,00	2,828%
FR0013246873	UNEDIC TF 17/27		600.000	9981%		598.856,32	92,27	553.620,00	5.712,00	1,250%
FR001400DCH4	CAISSE DES DEPOTS ET CON TF 22/27		200.000	9924%		198.472,00	98,01	196.024,00	1.200,00	3,000%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	9952%		99.520,00	98,73	98.729,00	521,00	2,500%
EU000A2SCAD0	EFSF TF 22/25		50.000	9874%		49.372,00	95,93	47.965,00	33,00	1,500%
DE000A2TSTQ2	KFW 19/23		800.000	10335%		826.832,00	100,35	802.784,00	188,00	2,828%
	sub-total		9.460.000			9.491.411,92		9.298.510,00	42.404,00	
	2.2.1.3 - De outros emissores									
FR001400DCB7	AGENCE FRANCAISE DEVELOP TF 22/33		700.000	9943%		696.031,91	99,28	694.946,00	4.900,00	3,500%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	9991%		99.911,25	97,57	97.566,00	723,00	1,250%
FR0013505559	AIR LIQUIDE FINANCE TF 20/25		200.000	9995%		199.897,10	95,15	190.296,00	1.496,00	1,000%
XS2029574634	ALD SA TF 19/23		300.000	9995%		299.858,04	98,53	295.584,00	512,00	0,375%
XS2444281260	ALFA LAVAL TREASURY TF 22/26		300.000	9971%		299.130,52	91,33	273.990,00	2.273,00	0,875%
XS1878191219	AMADEUS IT GROUP TF 18/26		800.000	9988%		799.062,17	92,58	740.640,00	3.419,00	1,500%
FR001400CSG4	ARVAL SERVI TF 22/26		2.900.000	9965%		2.889.765,44	99,22	2.877.264,00	31.781,00	4,000%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		300.000	9997%		299.899,05	99,60	298.809,00	7.983,00	4,625%
FR0013399060	AUCHAN HS TF 19/24		1.100.000	9993%		1.099.201,56	97,99	1.077.890,00	26.502,00	2,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		300.000	9991%		299.734,13	100,19	300.561,00	8.438,00	2,950%
FR0013386539	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/23		1.200.000	9995%		1.199.353,39	99,25	1.191.012,00	4.907,00	0,750%
FR0013408960	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29		700.000	8746%		612.225,66	86,07	602.455,00	9.766,00	1,750%
FR0014009A50	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 22/25		200.000	9995%		199.892,02	93,98	187.950,00	1.216,00	1,000%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
							unitário	Total	Juros Acruados	
FR0014007PV3	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 22/27		700.000	9348%		654.354,44	84,44	591.045,00	503,00	0,625%
FR0014006XE5	BANQUE FED CREDIT MUTUEL TF 21/25		1.700.000	9593%		1.630.879,82	92,34	1.569.831,00	139,00	0,010%
XS2102355588	BMW FINANCE TF 20/23		2.100.000	10000%		2.099.952,15	99,38	2.086.980,00	0,00	0,000%
XS2447561403	BMW FINANCE TF 22/25		1.300.000	9709%		1.262.137,86	94,20	1.224.613,00	5.556,00	0,500%
FR0013465358	BNP PARIBAS 19/26		400.000	9984%		399.350,94	91,67	366.660,00	1.151,00	0,500%
FR0013398070	BNP PARIBAS 19/27		500.000	9925%		496.232,94	93,16	465.810,00	9.955,00	2,125%
FR0014007LK5	BNP PARIBAS 22/30		900.000	8063%		725.697,93	79,14	712.224,00	3.733,00	0,875%
XS1068871448	BNP PARIBAS TF 14/24		300.000	9967%		299.018,76	98,86	296.577,00	4.392,00	2,375%
XS1547407830	BNP PARIBAS TF 17/23		100.000	10076%		100.759,24	98,71	98.705,00	253,00	1,125%
XS1527126772	BP CAPITAL MARKETS PLC TF 16/24		300.000	10000%		299.999,78	97,86	293.574,00	3.121,00	1,117%
FR0013231743	BPCE SA TF 17/23		100.000	10002%		100.016,96	99,95	99.951,00	1.070,00	1,125%
FR0013312493	BPCE SA TF 18/24		100.000	10062%		100.622,44	97,36	97.359,00	801,00	0,875%
FR0013476199	BPCE SA TF 20/26		1.700.000	9091%		1.545.469,37	90,05	1.530.799,00	4.075,00	0,250%
FR0014007VF4	BPCE SA TF 22/26		500.000	9274%		463.719,90	90,13	450.650,00	1.705,00	0,375%
FR0014009YD9	BPCE SA TF 22/27		900.000	9296%		836.669,19	91,80	826.227,00	10.745,00	1,750%
FR0012682060	BPI FRANCE SACA TF 15/25		1.200.000	9900%		1.188.012,51	93,70	1.124.436,00	3.616,00	0,500%
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		100.000	9991%		99.911,66	91,57	91.570,00	582,00	1,200%
FR0013460607	BUREAU VERITAS SA TF 19/27		600.000	9280%		556.802,96	88,51	531.042,00	6.417,00	1,125%
FR0013201084	BUREAU VERITAS TF 16/23		200.000	9992%		199.834,49	99,54	199.072,00	788,00	1,250%
XS2434702424	CAIXABANK SA 22/28		1.800.000	8754%		1.575.785,18	86,61	1.558.908,00	10.603,00	0,625%
FR0013446580	CARREFOUR BANQUE 19/23		400.000	10009%		400.357,57	100,11	400.436,00	557,00	2,640%
FR0014003Z81	CARREFOUR BANQUE TF 21/25		500.000	10000%		499.999,35	91,55	457.730,00	293,00	0,107%
XS2405875480	COLGATE PALMOLIVE TF 21/29		1.400.000	8494%		1.189.174,94	82,14	1.150.002,00	587,00	0,300%
FR0014007ML1	CREDIT AGRICOLE SA 22/28		2.500.000	8725%		2.181.125,62	86,15	2.153.750,00	15.111,00	0,625%
XS2016807864	CREDIT AGRICOLE TF 19/24		100.000	10041%		100.408,73	95,79	95.790,00	260,00	0,500%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		300.000	9997%		299.914,42	96,27	288.819,00	5.690,00	3,250%
DE000A2R9ZT1	DAIMLER INTL FINANCE BV TF 19/23		3.370.000	9994%		3.367.977,80	97,60	3.288.985,00	1.270,00	0,250%
FR0013216918	DANONE SA TF 16/24		1.100.000	10000%		1.099.984,86	95,84	1.054.229,00	1.239,00	0,709%
XS1828032786	DEUT TEL TF 18/25		800.000	9993%		799.417,90	94,87	758.936,00	904,00	1,375%
XS1752475720	DEUTSCHE BAHN FINANCE GMBH TF 18/27		1.900.000	9055%		1.720.467,95	89,26	1.695.959,00	729,00	1,000%
XS2103015009	E ON SE TF 20/23		500.000	9987%		499.325,85	97,32	486.610,00	0,00	0,000%
XS2433244089	E ON SE TF 22/26		700.000	9959%		697.149,10	90,28	631.946,00	832,00	0,125%
BE0002596741	ELIA SYSTEM OP TF 18/28		800.000	9345%		747.610,52	87,36	698.840,00	3.847,00	1,500%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS2066706909	ENEL FINANCE INTL NV TF 19/27		100.000	9962%		99.615,69	85,96	85.955,00	202,00	0,375%
FR0013504677	ENGIE SA TF 20/28		900.000	9237%		831.343,72	90,11	810.999,00	12.039,00	1,750%
XS1180451657	ENI SPA TF 15/26		100.000	9978%		99.780,12	93,59	93.594,00	1.364,00	1,500%
XS1551068676	ENI SPA TF 17/27		100.000	10476%		104.758,80	91,44	91.444,00	1.430,00	1,500%
XS1571293684	ERICSSON LM TF 17/24		100.000	9987%		99.869,59	97,45	97.453,00	1.567,00	1,875%
XS2345996743	ERICSSON LM TF 21/29		400.000	7607%		304.291,40	75,09	300.344,00	2.400,00	1,000%
FR0013463668	ESSILORLUXOTTICA TF 19/27		500.000	8841%		442.040,15	87,20	436.020,00	175,00	0,375%
FR0013516051	ESSILORLUXOTTICA TF 20/24		200.000	9999%		199.989,70	97,23	194.458,00	493,00	0,250%
FR0013369493	EUTELSAT SA TF 18/25		400.000	9516%		380.656,27	87,11	348.452,00	1.973,00	2,000%
FR0013422623	EUTELSAT SA TF 19/27		1.700.000	8367%		1.422.328,28	82,07	1.395.207,00	17.920,00	2,250%
XS2332254015	FCA BANK SPA IRELAND TF 21/28		700.000	9997%		699.791,92	95,07	665.469,00	0,00	0,000%
BE0002218841	FLUXYS BELGIUM TF 14/29		300.000	9021%		270.638,23	89,02	267.063,00	768,00	2,750%
XS1554373677	FRESENIUS FIN IRELAND PL TF 17/27		225.000	9972%		224.366,02	91,55	205.997,00	4.362,00	2,125%
XS1681519184	GLAXOSMITHKLINE CAPITAL TF 17/26		1.400.000	9286%		1.300.105,98	91,83	1.285.676,00	4.219,00	1,000%
BE0002280494	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24		700.000	9992%		699.469,42	97,40	681.779,00	5.854,00	1,375%
BE0002595735	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 18/25		300.000	9973%		299.201,75	96,19	288.582,00	3.005,00	1,875%
XS2147977479	HEINEKEN TF 20/25		200.000	9988%		199.758,38	95,93	191.850,00	2.458,00	1,625%
XS2126093744	HONEYWELL INT TF 20/24		200.000	9993%		199.854,54	96,16	192.316,00	0,00	0,000%
XS1944456109	IBM CORP TF 19/25		1.800.000	9632%		1.733.727,92	94,80	1.706.310,00	14.412,00	0,875%
BE0002448232	INFRA CVBA TF 13/23		200.000	9993%		199.858,60	99,68	199.362,00	1.274,00	3,750%
BE0002478536	INFRA CVBA TF 14/29		200.000	9994%		199.887,98	88,99	177.984,00	906,00	2,625%
FR0013281946	INGENICO GROUP SA TF 17/24		100.000	10148%		101.481,21	96,15	96.149,00	485,00	1,625%
XS2461234622	JP MORGAN 22/30		300.000	8825%		264.744,03	86,89	260.658,00	4.566,00	1,963%
BE0002832138	KBC GROUP 21/27		1.100.000	8869%		975.634,53	88,01	968.154,00	2.298,00	0,250%
XS1679515038	KIMBERLY-CLARK CORP TF 17/24		900.000	9617%		865.515,55	95,71	861.363,00	1.772,00	0,625%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		300.000	9974%		299.215,14	93,57	280.722,00	1.366,00	0,625%
FR0014009E10	L' OREAL SA TF 22/24		100.000	9990%		99.901,66	97,14	97.140,00	285,00	0,375%
FR0014009E18	L' OREAL SA TF 22/26		1.900.000	9362%		1.778.712,47	92,71	1.761.414,00	12.617,00	0,875%
FR00140087C4	LA BANQUE POSTALE 22/28		1.000.000	8756%		875.634,09	86,52	865.200,00	8.904,00	1,000%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		2.100.000	9560%		2.007.527,27	92,92	1.951.404,00	35.384,00	3,000%
FR0014001R34	LA BANQUE POSTALE TF 21/32		1.300.000	8233%		1.070.278,80	79,84	1.037.881,00	4.034,00	0,750%
XS2463961321	LINDE PLC TF 22/27		1.100.000	9195%		1.011.409,73	90,86	999.405,00	8.288,00	1,000%
FR0013506508	LVMH MOET HENNESSY VUITT TF 20/25		800.000	9987%		798.948,38	95,23	761.848,00	4.405,00	0,750%
XS2462321212	NESTLE FINANCE INTL LTD TF 22/27		1.870.000	9228%		1.725.603,23	91,01	1.701.924,00	12.418,00	0,875%
XS1707074941	NESTLE FINANCE INTL TF 17/24		1.000.000	9987%		998.728,52	98,00	979.980,00	3.565,00	0,375%
XS2148372696	NESTLE TF 20/26		300.000	9968%		299.031,87	94,47	283.413,00	2.534,00	1,125%
FR0013241676	ORANGE SA TF 17/27		300.000	9970%		299.089,40	90,98	272.940,00	1.393,00	1,500%
FR0013396512	ORANGE SA TF 19/24		400.000	9999%		399.945,35	96,99	387.976,00	2.084,00	1,125%
FR0013396520	ORANGE SA TF 19/29		400.000	9990%		399.608,79	91,16	364.640,00	7.671,00	2,000%
FR0013323326	PEUGEOT TF 18/25		500.000	9989%		499.436,02	96,16	480.805,00	7.836,00	2,000%
XS1708192684	PROCTER & GAMBLE CO TF 17/24		1.100.000	9984%		1.098.185,77	95,30	1.048.278,00	1.010,00	0,500%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		200.000	9965%		199.307,11	95,34	190.686,00	935,00	1,875%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
							unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
FR0013309606	RCI BANQUE SA 12/2023		450.000	10000%		449.982,52	99,98	449.888,00	1.749,00	1,749%
FR0014007K15	RCI BANQUE SA TF 22/25		100.000	9971%		99.708,88	90,75	90.746,00	233,00	0,500%
XS2126161681	RELX FINANCE BV TF 20/24		700.000	9981%		698.693,82	95,98	671.846,00	0,00	0,000%
XS1789751531	RICHEMONT INT TF 18/26		2.300.000	9393%		2.160.288,44	92,99	2.138.701,00	17.644,00	1,000%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		400.000	9993%		399.710,12	99,82	399.276,00	3.466,00	2,875%
FR0014002G44	SAFRAN SA TF 21/26		800.000	9030%		722.422,34	89,55	716.432,00	795,00	0,125%
FR0014002G36	SAFRAN SA TF 21/31		200.000	8001%		160.012,18	78,12	156.248,00	1.204,00	0,750%
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		400.000	9331%		373.229,00	85,80	343.192,00	493,00	0,625%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		300.000	9971%		299.127,15	92,67	278.016,00	4.469,00	1,875%
FR0013505104	SANOFI TF 20/25		700.000	9987%		699.097,64	95,57	668.976,00	5.255,00	1,000%
FR0014009KS6	SANOFI TF 22/25		600.000	9600%		575.985,67	95,40	572.370,00	3.869,00	0,875%
XS1956025651	SANTAN CONSUMER FINANCE TF 19/24		500.000	9989%		499.473,30	97,23	486.130,00	4.205,00	1,000%
XS2018637913	SANTANDER CONSUMER FINANCE TF 19/24		100.000	10013%		100.126,89	95,36	95.355,00	192,00	0,375%
DE000A2TSTE8	SAP SE TF 18/24		1.300.000	9982%		1.297.641,09	95,78	1.245.179,00	561,00	0,750%
DE000A2G8VT5	SAP SE TF 18/26		500.000	9992%		499.585,59	93,36	466.780,00	4.014,00	1,000%
DE000A2YB7A7	SCHAEFFLER AG TF 19/24		437.000	10002%		437.088,95	97,56	426.337,00	6.286,00	1,875%
FR0012939841	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23		600.000	9995%		599.688,22	99,10	594.576,00	2.811,00	1,500%
FR0013259116	SEB SA TF 17/24		100.000	9997%		99.971,23	95,29	95.291,00	879,00	1,500%
XS1788951090	SEB TF 18/23		3.650.000	9993%		3.647.602,02	99,68	3.638.393,00	14.650,00	0,500%
XS1986416268	SIKA CAPITAL BV TF 19/27		450.000	9984%		449.293,72	88,50	398.232,00	2.654,00	0,875%
FR0013311503	SOCIETE GENERALE TF 18/25		1.200.000	9722%		1.166.666,87	94,56	1.134.696,00	12.649,00	1,125%
XS2203996132	SODEXO TF 20/28		1.000.000	9482%		948.150,65	88,39	883.910,00	4.575,00	1,000%
FR0014006TQ7	TDF INFRASTR TF 21/29		600.000	7703%		462.169,62	75,39	452.346,00	863,00	1,750%
FR0013346822	TELEPERFORMANCE TF 18/25		100.000	10327%		103.267,79	93,95	93.945,00	935,00	1,875%
FR0013534500	TEREGA SA TF 20/30		400.000	8803%		352.128,19	75,07	300.264,00	1.007,00	0,875%
FR0013486834	TEREGA SASU TF 20/28		600.000	8875%		532.486,58	82,20	493.200,00	3.154,00	0,625%
FR0013330115	THALES SA TF 18/24		100.000	10097%		100.965,70	96,55	96.546,00	614,00	0,875%
FR0013537305	THALES SA TF 20/26		700.000	9243%		646.975,17	88,51	619.542,00	0,00	0,000%
FR0013479748	THALES SA TF 20/27		200.000	9983%		199.659,64	86,64	173.278,00	460,00	0,250%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		300.000	9981%		299.431,65	98,87	296.595,00	993,00	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		300.000	10101%		303.024,84	93,57	280.707,00	6.645,00	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		400.000	9999%		399.940,58	93,15	372.588,00	3.175,00	3,369%
XS2338955805	TOYOTA MOTOR CRED CORP TF 21/27		1.600.000	8678%		1.388.402,80	84,60	1.353.568,00	307,00	0,125%
CH1142231682	UBS GROUP AG 21/26		2.200.000	8941%		1.966.912,44	88,76	1.952.786,00	874,00	0,250%
BE0002784651	UCB SA TF 21/28		400.000	8031%		321.242,05	78,99	315.940,00	3.025,00	1,000%
XS2450200824	UNILEVER FINANCE TF 22/26		1.200.000	9375%		1.125.033,00	92,18	1.106.208,00	7.545,00	0,750%
XS1654192191	UNILEVER NV TF 17/25		500.000	9988%		499.406,88	94,13	470.625,00	1.834,00	0,875%
XS2147133578	UNILEVER NV TF 20/30		400.000	9971%		398.822,68	89,66	358.632,00	5.389,00	1,750%
XS1145750037	URENCO FINANCE NV TF 14/24		300.000	9988%		299.651,44	97,06	291.171,00	566,00	2,375%
FR0013424868	VIVENDI SA TF 19/25		500.000	9493%		474.656,76	92,90	464.495,00	1.738,00	0,625%
XS1586555945	VOLKSWAGEN INTL FIN NV TF 17/27		500.000	9427%		471.367,47	89,73	448.625,00	7.089,00	1,875%
XS2115085230	VOLVO TREASURY AB TF 20/23		100.000	10000%		100.002,42	99,78	99.776,00	0,00	0,000%
XS2230884657	VOLVO TREASURY AB TF 20/24		700.000	9985%		698.970,18	94,30	660.107,00	252,00	0,125%
XS2343821794	VW LEASING GMBH TF 21/24		240.000	9991%		239.788,59	93,72	224.930,00	0,00	0,000%
XS2343822842	VW LEASING GMBH TF 21/26		600.000	8826%		529.570,68	86,32	517.902,00	1.011,00	0,375%
FR001400CSG4	ARVAL SERVI TF 22/26		300.000	9964%		298.923,00	99,22	297.648,00	3.288,00	4,000%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de	Valor total de aquisição	Valor de balanço			Taxa de Juro
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		500.000	10000%		500.000,00	99,60	498.015,00	13.305,00	4,625%
FR0013399060	AUCHAN HS TF 19/24		500.000	9969%		498.430,00	97,99	489.950,00	12.046,00	2,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		300.000	9926%		297.777,00	100,19	300.561,00	8.438,00	2,950%
FR0013408960	BANQUE FED CRED MUTUEL TF 19/29		300.000	9930%		297.906,00	86,07	258.195,00	4.186,00	1,750%
FR0014006XE5	BANQUE FED CREDIT MUTUEL TF 21/25		100.000	9981%		99.812,00	92,34	92.343,00	8,00	0,010%
XS2102355588	BMW FINANCE TF 20/23		300.000	9997%		299.922,00	99,38	298.140,00	0,00	0,000%
FR0013465358	BNP PARIBAS 19/26		200.000	9981%		199.612,00	91,67	183.330,00	575,00	0,500%
FR0013398070	BNP PARIBAS 19/27		200.000	9928%		198.564,00	93,16	186.324,00	3.982,00	2,125%
FR0014007LK5	BNP PARIBAS 22/30		100.000	9912%		99.117,00	79,14	79.136,00	415,00	0,875%
FR0013476199	BPCE SA TF 20/26		100.000	9966%		99.656,00	90,05	90.047,00	240,00	0,250%
FR0014007VF4	BPCE SA TF 22/26		300.000	9964%		298.908,00	90,13	270.390,00	1.023,00	0,375%
FR0012682060	BPI FRANCE SACA TF 15/25		300.000	9874%		296.220,00	93,70	281.109,00	904,00	0,500%
XS2405875480	COLGATE PALMOLIVE TF 21/29		100.000	9970%		99.701,00	82,14	82.143,00	42,00	0,300%
XS2550081454	COOPERATIEVE RABOBANK UA TF 22/28		100.000	9975%		99.748,00	100,87	100.867,00	824,00	4,625%
XS1550135831	CREDIT AGRICOLE LONDON TF 17/24		100.000	10406%		104.058,00	96,15	96.153,00	290,00	1,000%
FR0014007ML1	CREDIT AGRICOLE SA 22/28		300.000	10000%		299.985,00	86,15	258.450,00	1.813,00	0,625%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		200.000	9997%		199.932,00	96,27	192.546,00	3.793,00	3,250%
DE000A2R9ZT1	DAIMLER INTL FINANCE BV TF 19/23		100.000	9975%		99.751,06	97,60	97.596,00	38,00	0,250%
XS1828032786	DEUT TEL TF 18/25		100.000	10477%		104.765,00	94,87	94.867,00	113,00	1,375%
XS2433244089	E ON SE TF 22/26		100.000	9947%		99.467,00	90,28	90.278,00	119,00	0,125%
FR0013463668	ESSILORLUXOTTICA TF 19/27		300.000	9905%		297.159,00	87,20	261.612,00	105,00	0,375%
FR0013516051	ESSILORLUXOTTICA TF 20/24		100.000	9998%		99.982,00	97,23	97.229,00	247,00	0,250%
FR0013369493	EUTELSAT SA TF 18/25		200.000	10496%		209.910,00	87,11	174.226,00	986,00	2,000%
FR0013422623	EUTELSAT SA TF 19/27		100.000	9982%		99.822,00	82,07	82.071,00	1.054,00	2,250%
XS2332254015	FCA BANK SPA IRELAND TF 21/28		100.000	9993%		99.931,00	95,07	95.067,00	0,00	0,000%
BE0002280494	GRP BRUXELLES LAMBERT SA TF 17/24		100.000	10359%		103.590,00	97,40	97.397,00	836,00	1,375%
XS1944456109	IBM CORP TF 19/25		500.000	9940%		496.985,00	94,80	473.975,00	4.003,00	0,875%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		500.000	9936%		496.810,00	99,68	498.405,00	3.185,00	3,750%
FR0013281946	INGENICO GROUP SA TF 17/24		100.000	10390%		103.900,00	96,15	96.149,00	485,00	1,625%
XS1253558388	KRAFT HEINZ FOODS TF 15/23		100.000	10520%		105.200,00	99,60	99.604,00	1.008,00	2,000%
FR0014009E10	L' OREAL SA TF 22/24		200.000	9984%		199.686,00	97,14	194.280,00	569,00	0,375%
FR00140087C4	LA BANQUE POSTALE 22/28		300.000	9973%		299.199,00	86,52	259.560,00	2.671,00	1,000%
XS2463961321	LINDE PLC TF 22/27		100.000	9969%		99.685,00	90,86	90.855,00	753,00	1,000%
XS2462321212	NESTLE FINANCE INTL LTD TF 22/27		170.000	9986%		169.768,80	91,01	154.720,00	1.129,00	0,875%
XS2148372696	NESTLE TF 20/26		200.000	9942%		198.838,00	94,47	188.942,00	1.689,00	1,125%
FR0013309606	RCI BANQUE SA 12/2023		75.000	9914%		74.358,60	99,98	74.981,00	292,00	1,749%
XS2126161681	RELX FINANCE BV TF 20/24		100.000	9938%		99.383,00	95,98	95.978,00	0,00	0,000%
XS1956025651	SANTAN CONSUMER FINANCE TF 19/24		300.000	9956%		298.665,00	97,23	291.678,00	2.523,00	1,000%
DE000A2YB7A7	SCHAEFFLER AG TF 19/24		48.000	10550%		50.640,00	97,56	46.829,00	690,00	1,875%
XS1788951090	SEB TF 18/23		200.000	9957%		199.146,00	99,68	199.364,00	803,00	0,500%
XS2203995910	SODEXO TF 20/24		300.000	9990%		299.709,00	97,29	291.864,00	1.430,00	0,500%
FR0013486834	TEREGA SASU TF 20/28		100.000	9935%		99.349,00	82,20	82.200,00	526,00	0,625%
FR0013479748	THALES SA TF 20/27		200.000	9971%		199.418,00	86,64	173.278,00	460,00	0,250%
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		300.000	9933%		297.993,00	98,87	296.595,00	992,00	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		600.000	10000%		600.000,00	93,57	561.414,00	13.290,00	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		100.000	10000%		100.000,00	93,15	93.147,00	794,00	3,369%
XS2450200824	UNILEVER FINANCE TF 22/26		300.000	9986%		299.577,00	92,18	276.552,00	1.886,00	0,750%
XS1865186321	VW LEASING GMBH TF 18/23		100.000	10191%		101.910,10	99,73	99.731,00	871,00	1,000%
XS2343821794	VW LEASING GMBH TF 21/24		570.000	9982%		568.974,00	93,72	534.210,00	0,00	0,000%

X) INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de	Valor total de aquisição	Valor de balanço		
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados
	sub-total		107.455.000			102.570.644,75	99.289.669,00	643.959,00	
	sub-total		135.707.000			129.470.179,25	125.723.249,00	875.973,00	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável								
	2.2.2.1 - Acções								
LU0775917882	GRAND CITY PROPERTIES	993			21,26	21.111,18	9,19	9.126,00	
DE000LEG1110	LEG IMMOBILIEN	211			100,43	21.191,78	60,86	12.842,00	
DE000A2E4MK4	NORATIS AG (GE)	1.750			21,10	36.932,51	11,60	20.300,00	
CH0001319265	SCHWEIZERISCH NATIONAL BANK-REG	1			4.352,75	4.352,75	4.810,33	4.810,00	
US92936U1097	WP CAREY INC (US)	405			76,96	31.167,70	72,97	29.552,00	
		3.360				114.755,92		76.630,00	
	2.2.2.2 - Títulos de participação								
	sub-total								
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento								
FR0010199075	BATI ACT INVEST PARTS 4 DEC	70.810			21,95	1.554.279,50	31,26	2.213.521,00	
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	630			9.782,10	6.162.722,03	9.792,37	6.169.193,00	
FR0010529743	OSTRUM ISR CASH EONIA-I	25			10.721,76	268.044,05	10.751,99	268.800,00	
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	7.152			106,69	763.070,25	106,95	764.931,00	
FR0000291239	CPR CASH - P	44			22.024,89	969.095,10	22.041,95	969.846,00	
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	2			20.112,45	40.224,90	20.089,44	40.179,00	
IE00B06YB680	PREFF PAN-EUROPEAN REAL ESTATE FUND	182			56,39	10.243,32	55,30	10.045,00	
FR0010199075	BATI ACT INVEST PARTS 4 DEC	1.362			34,03	46.350,86	31,26	42.576,00	
LU0171307068	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - WORLD HEALTHSCIENCE FUND (1)	131			48,07	6.300,00	59,57	7.807,00	
LU0274210672	DB X-TRACKERS MSCI USA TRN	587			36,49	21.417,75	102,44	60.132,00	
IE00BLNMPR11	MERCER LOW VOLATILITY EQUITY FUND	163			141,46	23.000,00	151,67	24.660,00	
IE00BLGYN474	MERCER SUSTAINABLE GLOBAL EQ	31.451			112,01	3.522.682,25	102,50	3.223.733,00	
IE00B6Z10102	Mercer Low Volatility Equity Fund NOT HEDGED	90			300,17	27.068,08	301,72	27.208,00	
LU0106235459	SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC	312			33,08	10.332,00	48,68	15.204,00	
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	61			9.770,15	595.979,39	9.792,37	597.335,00	
LU0329592371	BLACKROCK GLOBAL FUNDS - EUR SHORT DUR BONDS	2.791			16,48	46.000,00	15,57	43.457,00	
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	21			2.281,90	47.919,92	2.253,77	47.329,00	
IE00B66F4759	ISHARES EURO HY CORP BND	225			107,01	24.077,48	89,72	20.188,00	
IE00BM957972	MERCER ABS RET FIXED INCOME FUND	49.912			101,36	5.058.845,65	95,14	4.748.637,00	
IE00BBPLSL15	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 1	16.794			107,16	1.799.676,97	103,49	1.738.051,00	
IE00BBPLSM22	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 2	17.885			101,77	1.820.232,17	96,80	1.731.286,00	
IE00B1KQVY57	MGI EURO BOND-M7E	21.110			140,29	2.961.408,72	119,54	2.523.480,00	
FR0010529743	OSTRUM ISR CASH EONIA-I	13			10.740,87	139.631,31	10.751,99	139.776,00	
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	1.132			136,30	154.223,89	121,67	137.679,00	
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	488			107,47	52.446,40	106,95	52.193,00	
FR0000293698	BTP TRESORERIE	15			10.827,90	162.418,50	10.723,87	160.858,00	
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	6			20.359,04	122.154,22	20.089,44	120.537,00	
PTMNSKHE0012	LYNX DISCOVERY FUND	12.910			4,26	55.000,00	3,82	49.280,00	
	sub-total	236.304				26.464.844,71		25.947.921,00	
	2.2.2.4 - Outros								
	sub-total					0,00		0,00	
	total	236.304	135.707.000			156.049.779,88		151.747.800,00	875.973,00
	3 - TOTAL GERAL	249.667	143.978.813			164.320.461,38		160.001.250,00	954.380,00

The page features a decorative graphic on the left side consisting of two thick, blue, curved lines that sweep upwards and to the right, partially framing the text.

3. Relatórios de Fiscalização

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

(Montantes expressos em euros)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. (“Companhia”), que compreendem a Demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 221.650.097 euros e um total de capital próprio de 23.511.096 euros, incluindo um resultado líquido de 842.941 euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes da Companhia nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

PA



“Deloitte”, “nós” e “nossos” refere-se a uma ou mais firmas-membro e entidades relacionadas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas-membro e entidades relacionadas são entidades legais separadas e independentes entre si e, conseqüentemente, para todos e quaisquer efeitos, não obrigam ou vinculam as demais. A DTTL e cada firma-membro da DTTL e respetivas entidades relacionadas são exclusivamente responsáveis pelos seus próprios atos e omissões não podendo ser responsabilizadas pelos atos e omissões das outras. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação, acesse a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NUIT e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, mas não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Suficiência das provisões técnicas (Notas III, 15 e 16)

<p>As provisões técnicas da Companhia em 31 de dezembro de 2022, que incluem a provisão para prémios não adquiridos, a provisão matemática do ramo vida, a provisão para sinistros, a provisão para participação nos resultados, a provisão para compromissos de taxa e os passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento, ascendem a 181.323.508 euros, conforme detalhadas nas Notas 15 e 16 do Anexo às demonstrações financeiras, e representam cerca de 91,5% do total do passivo nessa data, sendo a sua mensuração efetuada com base nas políticas contabilísticas apresentadas nesse Anexo.</p> <p>A Companhia realiza periodicamente um exercício de adequabilidade dos passivos (LAT) para avaliar a suficiência das provisões técnicas constituídas para cobertura das responsabilidades assumidas perante os segurados, registando na rubrica “Provisão para compromissos de taxa” as insuficiências que sejam identificadas desta forma. A determinação da provisão para LAT requer a aplicação pelo Conselho de Administração de julgamentos significativos ao nível das metodologias de cálculo a utilizar e dos pressupostos a assumir, estando assim as estimativas sujeitas a subjetividade e incerteza.</p> <p>Desta forma, alterações nas metodologias utilizadas ou nos pressupostos assumidos podem ter impacto nas estimativas efetuadas, e consequentemente no montante apurado das provisões técnicas.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria para dar resposta aos riscos de distorção material identificados incluíram:</p> <ul style="list-style-type: none">• Análise das atividades de controlo implementadas pela Companhia consideradas relevantes no processo de determinação das provisões técnicas e da sua adequação face aos riscos que visam mitigar;• Análise da reconciliação entre os detalhes das provisões técnicas da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e os respetivos saldos contabilísticos;• Obtenção de entendimento e análise à razoabilidade dos principais pressupostos e metodologias de cálculo utilizadas pela Companhia para apuramento das provisões técnicas em 31 de dezembro de 2022;• Análise da reconciliação entre a informação utilizada para o cálculo das provisões técnicas e os respetivos saldos contabilísticos;• Realização de testes, por amostragem, ao cálculo das provisões técnicas com referência a 31 de dezembro de 2022;• Recálculo, com base nos fluxos de caixa por produto estimados no sistema atuarial da Companhia, da provisão para compromissos de taxa considerando as taxas de desconto aplicáveis;• Leitura do relatório atuarial e análise dos resultados e conclusões apresentados;
---	---

PA

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
--	---

Suficiência das provisões técnicas (Notas III, 15 e 16) (cont.)

Tendo em conta os fatores descritos acima relativamente à dimensão e à relevância das provisões técnicas e que eventuais alterações nas metodologias e pressupostos utilizados para a estimativa do LAT podem ter impactos relevantes no apuramento das provisões técnicas, bem como a necessidade de utilização de julgamentos, a determinação das provisões técnicas foi definida como uma matéria relevante de auditoria.	<ul style="list-style-type: none">Revisão das divulgações constantes das demonstrações financeiras relacionadas com esta matéria, tendo em consideração o normativo contabilístico aplicável.
--	---

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao ano findo em 31 de dezembro de 2021 são apresentadas de forma a dar cumprimento aos requisitos de publicação de contas. Estas demonstrações financeiras foram examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, cuja Certificação Legal das Contas, datada de 1 de abril de 2022, não continha reservas nem ênfases.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Companhia se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Companhia.

PA

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não se detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não se detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou desrespeito do controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe alguma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Companhia para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Companhia descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

PA

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que, para os aspetos materiais, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento da Companhia, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos eleitos auditores da Companhia pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de novembro de 2022, para concluir o mandato compreendido entre 2020 e 2022;
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude;
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Companhia nesta mesma data;
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do anterior artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, entretanto revogado, e do artigo 5.º, número 1, do Regulamento (UE) n.º 537/2014, e que mantivemos a nossa independência face à Companhia durante a realização da auditoria.

Lisboa, 11 de abril de 2023



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Paulo Alexandre Rosa Pereira Antunes, ROC
Registo na OROC n.º 1610
Registo na CMVM n.º 20161220

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do artigo 420º, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. (“Companhia”), relativos ao ano de 2022, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ATIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Companhia, o Conselho Fiscal procedeu, ao longo de 2022, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Companhia, em especial no que respeita:

- Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do artigo 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, as seguintes ações:

- Analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- Indagou sobre alterações na estrutura organizativa da Companhia, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- Acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Companhia, com especial incidência para o Comité de Gestão de Riscos, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité de Risco Operacional;
- Analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos;
- Participou em reuniões, numa base trimestral, com o Conselho Executivo, através nas quais acompanhou a atividade da Sociedade, a regularidade dos registos contabilísticos e o cumprimento das normas legais e estatutárias aplicáveis tendo obtido do Conselho de Administração e dos diversos Serviços da Sociedade as informações e os esclarecimentos solicitados;
- Reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, da qual obteve os esclarecimentos necessários à compreensão das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022, bem como do trabalho que foi desenvolvido. Analisou o conteúdo da Certificação Legal das Contas, emitida na modalidade de opinião sem reservas, relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 com a qual concordou e dá aqui como integralmente reproduzida;
- Analisou os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo revisor oficial de contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;
- Comunicou ao Conselho de Administração as matérias relevantes de que tomou conhecimento no exercício das funções.

Finalmente, o Conselho Fiscal examinou as demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2022, as quais compreendem a demonstração da posição financeira, a conta de ganhos e perdas, a demonstração rendimento integral, a demonstração de variações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como o respetivo anexo, que inclui as principais políticas contabilísticas e estimativas e incertezas associadas à aplicação daquelas políticas. Adicionalmente, procedemos à análise do Relatório de Gestão do exercício de 2022, preparado pelo Conselho de Administração, e da proposta de aplicação de resultados nele incluído

2. PARECER

Face ao exposto, e tendo em consideração o trabalho realizado, somos de parecer que a Assembleia Geral aprove:

- a. O Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022; e,
- b. A proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Lisboa, 12 de abril de 2023

O CONSELHO FISCAL



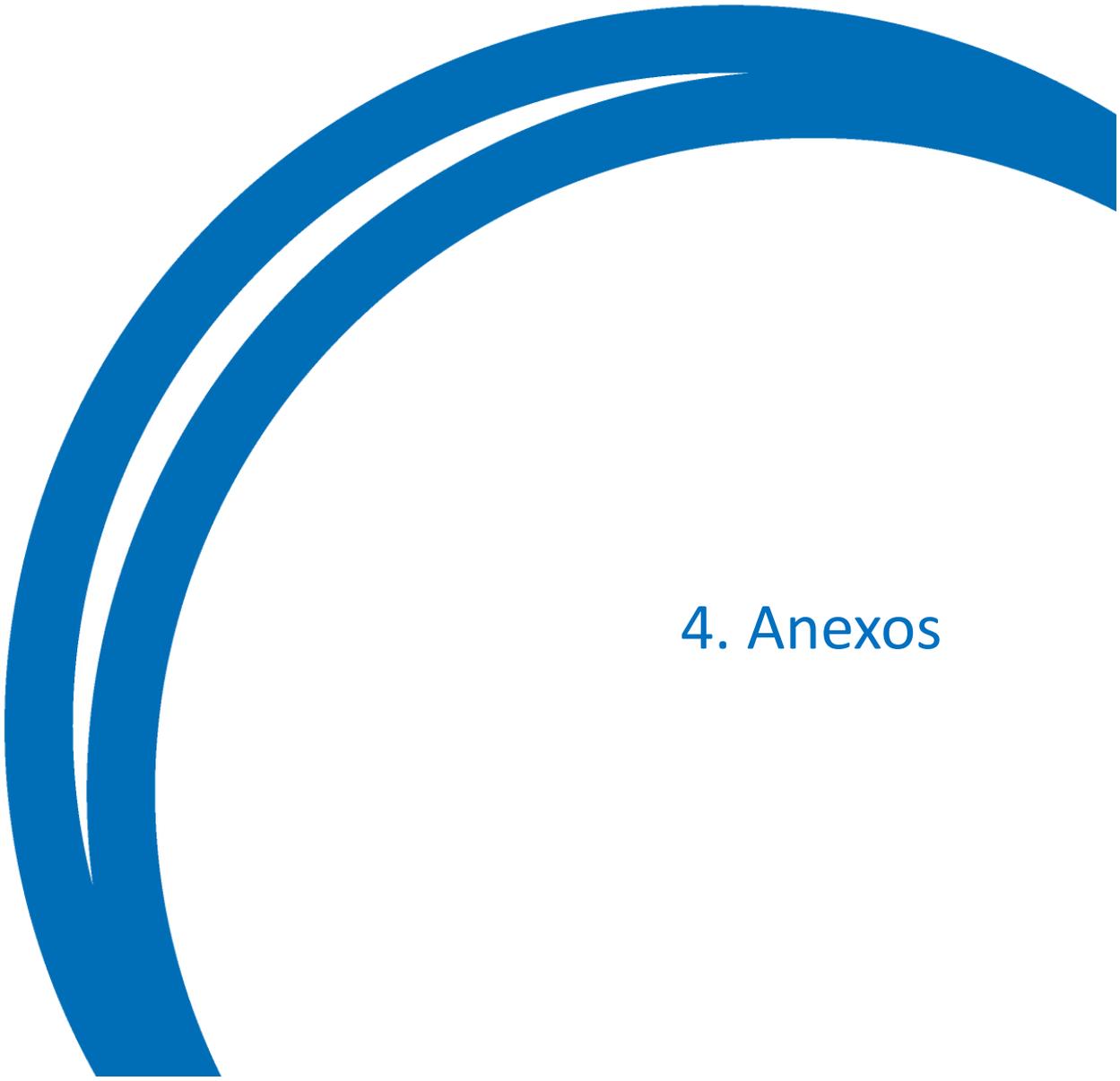
João de Lara Everard
Presidente



Célia Maria Pedro Custódio
Vogal



Eduardo Roque do Rosário Rêgo
Vogal



4. Anexos

ANEXO I

PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - RAMO VIDA

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados atribuída em 2022	Participação nos resultados a atribuir em 2023	Base de Incidências	Distribuição
SEGURO INDIVIDUAL				
Carteira Antiga				
Dividendos				
F1 e F4	1%	1%	Provisão Matemática	No início da anuidade. <i>Desconto no prêmio</i>
Capital adicional				
F1 e F4	1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	1% × anos do contrato (min. 20%, max. 25%)	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. <i>Aumento do capital seguro</i>
Carteira Nova				
Produtos Tradicionais				
Bónus				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal (F14), Reforma Segura (ACC), Nova Geração	0%	0%	Provisão Matemática	
Experiência Segura, Vida Ativa e Geração Segura (com taxa garantida de 2,75%)	0%	0%	Provisão Matemática	

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados atribuída em 2022	Participação nos resultados a atribuir em 2023	Base de Incidências	Distribuição
Experiência Segura e Geração Segura (com taxa garantida de 2%)	0%	0%	Provisão Matemática	
Vida 30+, Vida 50+	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguro de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Capital adicional				
Futuro Seguro (F11), Futuro Programado (F15-F17), Dotal F(14), Reforma Segura (ACC) Nova Geração – Sobrevivência	0%	0%	Capital Seguro	Contratos que terminam por morte ou sobrevivência. <i>Aumento do capital seguro</i>
Nova Geração – Morte	100%	100%		
Proteção Vida (FT), Renda Certa (FRT)	100%	100%	Capital ou Renda segura	Contratos que terminam por morte <i>Aumento do capital ou renda segura</i>
Desconto no Prémio				
Proteção Vida (FT)	50,5%	50,5%	Prémio	No início da anuidade. <i>desconto no prémio</i>

TIPO DE PARTICIPAÇÃO	Participação nos resultados atribuída em 2021	Participação nos resultados a atribuir em 2022	Base de Incidência	Distribuição
SEGURO DE GRUPO				
<i>Produtos Tradicionais</i>				
Bónus				
Misto (G11), Capital Diferido (G19)	0%	0%	Provisão Matemática	
Seguros de rendas	0%	0%	Provisão Matemática	
Vantagem Investimento	0%	Variável de acordo com a variante do produto	Provisão Matemática	
Desconto no prémio				
Seguro de risco	50.5%	50.5%	Prémio da Cobertura base	No início da anuidade. <i>Desconto no prémio</i>

ANEXO II

RENTABILIDADE DOS PRODUTOS FINANCEIROS - RAMO VIDA

Produto	Situação da carteira	Tipo de taxa garantida	Taxa Juro 2022
PPR Valor Mais	Fechada	Fixa	3,50%
PPR Valorização	Fechada	Fixa	4,00%
VICTORIA Garantia Rendimento	Fechada	Indexada à Euribor	0,00%
PPR Garantia Valor	Fechada	Indexada à Euribor	0,00%
VICTORIA Reforma Valor	Fechada	Fixa	4,00%
INVEST	Fechada	Fixa	4,00%
Vantagem Investimento	Aberta	Fixa + Indexada à Euribor	Entre 0,25% e 2% de acordo com a variante
PPR Novo Valor	Fechada	Fixa	3,50%
Investimento Seguro	Fechada	Fixada anualmente	0,00%
Investimento Programado	Fechada	Fixada anualmente	0,00%
Confiança PPR	Fechada	Fixada anualmente	0,00%
LifePlan Moderado	Aberta	Sem garantia de taxa	-10,82%
LifePlan Dinâmico	Aberta	Sem garantia de taxa	-14,68%
PPR Ações Maximização	Aberta	Sem garantia de taxa	-13,08%